



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)



**A VARIAÇÃO NO USO DO MODO SUBJUNTIVO NO PORTUGUÊS AFRO-  
BRASILEIRO**

**por**

**SÔNIA MOREIRA COUTINHO DOS SANTOS**

**Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti**

**SALVADOR**  
**2005**



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)



**A VARIAÇÃO NO USO DO MODO SUBJUNTIVO NO PORTUGUÊS AFRO-  
BRASILEIRO**

**por**

**SÔNIA MOREIRA COUTINHO DOS SANTOS**

**Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

**SALVADOR**  
**2005**

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

S237 Santos, Sônia Moreira Coutinho dos.

A variação no uso do modo subjuntivo no português afro-brasileiro / Sônia Moreira Coutinho dos Santos. - 2005.

143 f. : il. + anexos.

Orientador : Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

1. Sociolinguística - Brasil - Zona rural. 2. Língua portuguesa - Modo. 3. Língua portuguesa - Morfologia. 4. Língua portuguesa - Brasil - História - Zona rural. 5. Língua portuguesa - Português falado - Zona rural. 6. Língua portuguesa - Variação. I. Ramacciotti, Dante Eustachio Lucchesi. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 81'27(81)

A

Memória de minha saudosa e querida mãe.  
Aos meus filhos Genésio e Deborah.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em particular, ao professor Dante, por ter aceito ser meu orientador, pela realização deste trabalho e, principalmente, pelo compromisso e competência demonstrados desde os primeiros momentos em que nos conhecemos.

A todos os professores do curso que contribuíram com seus valiosos ensinamentos para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço, em especial, aos meus familiares pelo apoio que me foi dado durante toda esta jornada.

À amiga Patrícia Andrade pelo incentivo desde o início e pelas orientações esclarecedoras nos momentos de “obscuridade”.

À Silvana Araújo companheira de viagem e amiga incentivadora nos momentos difíceis.

À Joselita pela preocupação constante com o meu bem-estar.

À Vanessa pelo auxílio valioso nos meus momentos de pouca intimidade com a moderna tecnologia.

Às amigas Lúcia, Edivalda, Nora, Tânia, Vânia, Luciana, Rute, Vera Rosa, Rosália, Avani, Rita de Cássia e Cecília, que sempre torceram por mim.

Agradeço à Gerência de Pós-graduação da UNEB pelo apoio que me foi dado.

Por fim, um agradecimento especial a Deus por tudo que Ele me tem proporcionado.

## RESUMO

Apresenta-se nesta dissertação uma descrição da variação no uso das formas do subjuntivo e indicativo em comunidades rurais de descendentes afro-brasileiros. Para isso, tomou-se como base para análise amostras de fala do *Corpus* base do português afro-brasileiro, do Projeto Vertentes da UFBA. Essa análise partiu do princípio de que a variação presente no português popular do Brasil (PPB), é resultante do intensivo contato entre línguas, sobretudo com as africanas, quando do seu processo de formação. As conseqüências desse processo se manifestam de maneira diferenciada, atingindo mais diretamente os dialetos rurais, principalmente de comunidades de afro-descendentes que se mantiveram isoladas. Esta pesquisa tem como base teórica a Teoria da Variação Lingüística Laboviana, a qual considera a variação um fenômeno inerente à língua. Com base nessa teoria, a variação no uso do modo subjuntivo será analisada considerando-se quais os fatores sociais e lingüísticos que influenciam neste processo. Utilizou-se também dos pressupostos teóricos desenvolvidos no âmbito da crioulística para uma melhor explicitação do fenômeno analisado. Comprovou-se que a variação verificada por esta pesquisa, no uso das formas do subjuntivo, no referido dialeto tem motivações mais lingüísticas do que sociais, e configura-se como um processo de variação estável.

**Palavras-chave:** português afro-brasileiro; morfologia verbal; modo subjuntivo; variação; contato entre línguas.

## RESUMÉ

Dans cette dissertation, on présente une description de la variation de l'usage des formes du subjonctif et de l'indicatif dans les communautés rurales de descendants afro-brésiliens. Cette analyse a comme base la parole du *corpus* base du portugais afro-brésilien du Projet Vertentes de l'UFBA. Cette analyse est partie du principe que la variation présente dans le portugais du Brésil (PPB) est le résultat du contact intensif entre langues, surtout les africaines, lors de son processus de formation. Les conséquences de ce processus se manifestent de façons différenciées et atteignent plus directement les dialectes ruraux, principalement les dialectes des communautés afro-descendantes, qui sont restés isolés. Cette recherche, a comme base théorique de la Variation Linguistique Labovienne qui considère la variation comme un phénomène inhérent à la langue. En se basant sur cette théorie, la variation de l'usage du mode subjonctif est analysée en prenant en considération les facteurs sociaux et linguistiques qui influencent ce processus. On a également utilisé des présupposés théoriques développés dans les parlers créoles (créolistiques) pour bien expliciter le phénomène analysé. On arrive à prouver que la variation vérifiée par cette recherche, sur les usages des formes du subjonctif concernant ce dialecte, a des motivations plus linguistiques que sociales et on la configure comme un processus de variation stable.

Mots-clés: Portugais afro-brésilien; Morphologie verbale; Variation; Mode subjonctif; Contact entre langues.

## LISTAS DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

### Listas de Quadros

Quadro 1: Situação da variação do subjuntivo <i>versus indicativo no português afro-brasileiro</i>	93
Quadro 2: Frequência Geral das formas do subjuntivo e do indicativo	96

### Lista de Tabelas

Tabela 1 Uso do subjuntivo segundo a variável forma verbal prevista pelo padrão normativo	97
Tabela 2 Uso do subjuntivo segundo a variável regularidade da flexão verbal	100
Tabela 3 Uso do subjuntivo segundo a variável tempo do evento (real ou referido) em relação ao momento da enunciação	103
Tabela 4 Uso do subjuntivo segundo a variável contexto sintático	106
Tabela 5 Funcionamento do contexto sintático nos três dialetos	118

### Lista de Gráficos

Gráfico 1 Atuação da variável social sexo	121
Gráfico 2. Atuação da variável social faixa etária	122
Gráfico 3. Atuação da variável social nível de escolaridade	124
Gráfico 4. Atuação da variável social estada fora da comunidade	126



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO I A CATEGORIA DE MODO</b>	15
A ABORDAGEM HISTÓRICA	15
A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA TRADICIONAL	19
A ABORDAGEM DESCRITIVA	21
OS CONTEXTOS DE USO DO MODO SUBJUNTIVO	24
SUBJUNTIVO E VARIAÇÃO	29
<b>CAPÍTULO II HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO</b>	38
2.1 A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL	38
<b>2.1.1 Os três vetores étnicos na formação lingüística do Português do Brasil</b>	49
<b>2.1.1.1 O elemento Português</b>	49
<b>2.1.1.2 O elemento Indígena</b>	51
<b>2.1.1.3 O elemento Africano</b>	53
2.2 A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PROCESSO DE SUA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA	57
<b>2.2.1 Hipóteses explicativas sobre a formação do português brasileiro</b>	60
<b>CAPÍTULO III SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO</b>	65
3.1 A SOCIOLINGÜÍSTICA E A TEORIA DA VARIAÇÃO	65
3.2 O CONCEITO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR	70
3.3 METODOLOGIA	80
<b>3.3.1 O universo de observação: as comunidades</b>	80
<b>3.3.1.1 A comunidade de Helvécia</b>	80
<b>3.3.1.2 A comunidade de Cinzento</b>	83

<b>3.3.1.3 As comunidades de Barra e Bananal</b>	84
<b>3.3.1.4 A comunidade de Sapé</b>	85
<b>3.3.2 População e amostragem</b>	87
<b>3.3.3 Técnica de observação</b>	89
<b>3.3.4 A transcrição das entrevistas</b>	90
<b>3.3.5 O suporte quantitativo – Programa Varbrul</b>	91

#### **CAPÍTULO IV A VARIAÇÃO NO USO DO MODO SUBJUNTIVO EM COMUNIDADES DE FALA AFRO-BRASILEIRAS**

<b>DE FALA AFRO-BRASILEIRAS</b>	93
<b>4.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS</b>	96
<b>4.1.1. Forma verbal do subjuntivo prevista pelo padrão normativo</b>	96
<b>4.1.2. A variável regularidade da flexão verbal</b>	99
<b>4.1.3 A variável tempo do evento (real ou referido) em relação ao momento da enunciação</b>	102
<b>4.1.4 A variável contexto sintático</b>	105
<b>4.1.4.1 Orações adverbiais concessivas, finais e comparativas</b>	107
<b>4.1.4.2 Orações condicionais com “se”</b>	109
<b>4.1.4.3 Orações completivas verbais</b>	112
<b>4.1.4.4 Orações relativas</b>	113
<b>4.1.4.5 Orações adverbiais temporais</b>	114
<b>4.1.4.6 Orações dubitativas com advérbio “talvez”</b>	116
<b>4.1.4.7 Conclusão da variável contexto sintático</b>	117
<b>4.2. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIAIS</b>	118
<b>4.2.1 A variável Sexo</b>	119
<b>4.2.2 A variável faixa etária</b>	121
<b>4.2.3 A variável nível de escolaridade</b>	123
<b>4.2.4 A variável estada fora da comunidade</b>	124

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	127
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	133
<b>ANEXOS</b>	140
<b>Anexo A – Mapa das comunidades rurais afro-brasileiras</b>	141
<b>Anexo B – Registros fotográficos</b>	142



## INTRODUÇÃO

Em seu artigo “Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil”, Mattos e Silva (2004b) salienta que o Brasil é um país, eminentemente, heterogêneo e diversificado em todos os seus aspectos, sejam eles geográficos, econômicos, sociais, culturais, etc. Como não poderia deixar de ser, essa diversidade/heterogeneidade se reflete na língua das pessoas que habitam o grande território brasileiro.

Porém, essa diversidade lingüística nem sempre é reconhecida por todos. Ainda existe um pequeno grupo que insiste em apregoar a idéia de homogeneização/uniformização lingüística e cultural.

Nesta segunda posição inclui-se, por exemplo, a atuação dos gramáticos normativos que insistem em reconhecer como legítima apenas uma norma da língua portuguesa, ou seja, a norma padrão. O que foge de suas prescrições é considerado um ultrage à língua.

Um exemplo, desse seu caráter normatizador pode ser observado no tratamento que as gramáticas tradicionais dão à categoria gramatical de modo verbal. De maneira incorreta as gramáticas tradicionais, baseadas na herança das gramáticas grega e latina, incluem em suas definições e nomenclaturas determinadas questões que não condizem com o uso real da língua.

Desse modo, nas gramáticas tradicionais, o modo subjuntivo é apresentado como uma modalidade que se opõe ao modo indicativo. Este é definido como o modo da certeza, do fato real, enquanto o subjuntivo é definido como o modo da incerteza, da hipótese, do desejo (*irrealis*) (cf. Almeida, 1999; Bechara, 2000, Cunha e Cintra, 1985). Ainda nestas gramáticas, o subjuntivo é o modo das

orações subordinadas e o indicativo o das orações principais e/ou independentes.

No entanto, diversos estudos na área da sociolingüística (Bezerra, 1993; Costa, 1990; Pereira, 1995 e Pimpão, 1999) têm demonstrado que o uso do modo subjuntivo tem se mostrado como um fenômeno bastante variável na fala, com o uso das formas do indicativo em contextos de subjuntivo, seja em dialetos urbanos ou rurais. Como se observa nos exemplos:

- a) *Porque, **se eu caia de lá sentada**, ou de cabeça, hoje eu era finada.*
- b) *Ah! Se ele chega... s'ele **chegasse** assim sete hora, oito da noite. E os meninos não já **tivesse** pégado lenha que..Só tinha a lenha, né?*
- c) *É, eu acredito que a metade num **volta** não...*

Apesar de ser ponto pacífico entre os estudiosos, que este fenômeno relaciona-se com o quadro de variação que se observa no português popular brasileiro, sobretudo no que se refere à morfologia flexional do verbo, as explicações para tal problemática têm gerado uma controvérsia, ocasionando um embate teórico entre concepções distintas.

De um lado estão os que defendem que esta situação é resultante da existência de um processo de deriva natural da língua, a exemplo de Anthony Naro, Martha Scherre, Serafim da Silva Neto. Segundo essa visão, “o impulso do desenvolvimento de português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal.” (Naro & Scherre 1993, p.451). Ainda segundo esses autores, o contato do português com outras línguas indígenas e africanas, quando de sua

formação, só veio acelerar este processo, constituindo-se em uma “*confluência de motivos*”.

Divergindo dessa concepção, encontram-se os estudiosos, a exemplo de Alan Baxter e Dante Lucchesi, que defendem a hipótese de que este processo de variação e mudança é resultante de um forte e massivo contato lingüístico de povos (indígenas, portugueses e, sobretudo, africanos) que, durante o período de colonização do país, influenciaram na constituição sócio-histórica do português brasileiro.

Segundo Baxter e Lucchesi (1997,p.75):

Com efeito, existe no português do Brasil, e principalmente nos dialetos rurais, uma extensa gama de propensões estruturais que, aos olhos do lingüista especializado no estudo das mudanças causadas pelo contato entre línguas, apontariam para um processo de transmissão lingüística irregular.

Mattos e Silva (2000, p.20) com base em dados demográficos da população brasileira dos séculos XVI e XVII, afirma que teriam sido os africanos e afro-descendentes os responsáveis pela difusão “*do português geral brasileiro, antecedente histórico do atual vernáculo ou português popular*”. Corroborando a assertiva, postulada por Lucchesi (1999,2000,2001,2003), de que a variação presente no português brasileiro é conseqüência do contato entre línguas, que, devido ao processo de *transmissão lingüística irregular*, teria provocado alguma erosão na gramática da língua-alvo (no caso o português europeu), sem se constituir num processo de crioulização mais radical.

Esta pesquisa se insere neste contexto e se propõe a investigar a variação no uso das formas do subjuntivo e indicativo em comunidades rurais de afro-descendentes. Para tanto, foram utilizadas amostras de fala de 04 comunidades , que constituem o Acervo da Fala Vernácula do Português Afro-Brasileiro do

Estado da Bahia ([www.vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br)), quais sejam: Barra e Bananal (município de Rio de Contas - Ba), Helvécia (município de Nova Viçosa -Ba), Cinzento (município de Planalto - Ba) e Sapé (município de Valença - Ba).

A escolha dessas comunidades se justifica por constituírem comunidades rurais isoladas de descendentes de escravos africanos, havendo uma maior probabilidade de se encontrar em seus dialetos elementos mais contundentes da influência do contato do português com as línguas africanas dos seus ancestrais. Assume-se, portanto, a hipótese geral que norteia este trabalho de que a variação no uso das formas do subjuntivo está correlacionada ao contato entre línguas.

Assim, os objetivos traçados para esta pesquisa consistem em: (i) produzir uma descrição da variação no uso das formas do subjuntivo no dialeto dessas comunidades afro-brasileiras, considerando-se os seus condicionamentos lingüísticos e sociais; (ii) fazer um diagnóstico do processo de variação analisado nos termos da dicotomia mudança em curso vs. variação estável; e com isso, (iii) trazer novos elementos que possam contribuir para um maior conhecimento da formação histórica de nossa realidade lingüística.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, será apresentada uma discussão sobre a categoria de modo sob a perspectiva histórica e da gramática tradicional. Indiferentes às mudanças que ocorrem na língua, as gramáticas normativas apresentam uma oposição semântica para os modos indicativo e subjuntivo, que para muitos estudiosos não se sustenta nas situações reais de uso da língua. Em cotejo com as prescrições normativistas, serão apresentados, alguns estudos que dão um tratamento diferenciado para esta questão, incluindo-se os da linha da sociolingüística variacionista.



No segundo capítulo, será focalizado o processo sócio-histórico de formação do português brasileiro e seus reflexos na variação da morfologia flexional do verbo, já que, como já foi dito acima, esse processo de variação está diretamente relacionado à implantação do português no território brasileiro.

No terceiro capítulo, será tratada a fundamentação teórico-metodológica que norteia a pesquisa. Neste far-se-á uma abordagem dos pressupostos da teoria da variação lingüística laboviana, que concebe a língua como um fato social, heterogênea e variável, bem como a contribuição da metodologia quantitativa para a análise e compreensão de fenômenos lingüísticos. Também será apresentada uma explanação sobre os principais aspectos que caracterizam o *processo de transmissão lingüística irregular*, que se constitui em um conceito utilizado para explicar processos de variação e mudanças que envolvem contato entre línguas.

No quarto capítulo, será apresentada a análise dos dados, a partir das variáveis lingüísticas e sociais que constituíram os grupos de fatores selecionados da pesquisa. Em seguida, far-se-á uma apreciação dos resultados obtidos analisando o encaixamento da variável dependente na estrutura lingüística e social das comunidades estudadas.

Por fim, far-se-á uma apreciação geral dos resultados obtidos na pesquisa no sentido de se entreverem elementos que ratificam, ou não, a hipótese de trabalho aventada e que venham contribuir, de alguma forma, com os esforços que ora se desenvolvem para uma apreensão mais adequada da realidade lingüística brasileira.

## A CATEGORIA DE MODO

### 1.1 A ABORDAGEM HISTÓRICA

De acordo com Câmara Jr (1979, p. 126) a flexão de modo em latim servia para expressar a atitude/apreciação do falante sobre o seu enunciado, ou seja, “o ‘modo’ como encarava a sua própria comunicação.” Assim, o latim já apresentava uma oposição de significação entre os modos indicativo e subjuntivo, sendo que neste último, os traços de dúvida, hipótese e desejo eram demarcados explicitamente na flexão verbal. Alguns autores (Câmara Jr, 1979; Said Ali, 1964) atestam que, nesta língua, o uso do subjuntivo não se limitava às orações subordinadas, sendo amplamente utilizado em orações independentes.

No entanto, na passagem do latim clássico para o latim vulgar e deste para as línguas neolatinas, a exemplo do português, ocorreram mudanças. Uma das diferenças entre o sistema subjuntivo latino e o do português é que, neste último, as formas do subjuntivo são empregadas em dependência sintático-semântica com outra oração. Daí muitos autores considerarem o subjuntivo como o modo da subordinação (“*modo subordinado*”). Os únicos casos de emprego do subjuntivo em orações independentes se restringem às orações optativas (Ex.: *Que Deus de abençoe!*) e às dubitativas com o advérbio “*talvez*” anteposto (Ex.: “*Talvez venha hoje*”).

Por sua vez, Said Ali (1964) salienta que o subjuntivo não é função exclusiva do verbo da oração dependente. Há vários casos em que esta exige o verbo obrigatoriamente no modo indicativo.

Outra diferença diz respeito aos tempos verbais. O sistema latino apresentava quatro tempos; dois imperfeitos e dois perfeitos. (cf. Câmara Jr., 1979, p.132). Na transição para o português, alguns desses tempos foram conservados, outros ganharam novas funções e alguns desapareceram. Segundo Coutinho (1976, p. 275), entre os tempos que ganharam novas funções encontram-se:

a) o imperfeito do subjuntivo, que provavelmente se tornou o nosso infinitivo pessoal.<sup>1</sup>

b) o mais-que-perfeito do subjuntivo, que passou a ser usado como imperfeito do mesmo modo;

c) o futuro perfeito do indicativo que, fundido com o perfeito do subjuntivo, veio a se constituir o nosso futuro do subjuntivo;

d) o presente do subjuntivo, que além do emprego próprio, forneceu ao imperativo positivo as 3ª pessoas, e todas as pessoas ao negativo.

A esse respeito, Williams (1961, p. 186) salienta que já no latim vulgar o mais-que-perfeito do subjuntivo começou a ocupar a função do imperfeito do subjuntivo, e ambos os tempos passaram a ser usados paralelamente como imperfeito do subjuntivo. Até meados do século XVI, o tempo derivado do imperfeito do subjuntivo do latim clássico continuou a ser usado em português como imperfeito do subjuntivo, até ser totalmente eliminado pelo mais-que-perfeito do subjuntivo. Já o imperfeito do subjuntivo passou a ser usado como infinitivo em expressões do tipo “*que fazer, tenho que fazer*”, transformado-se depois em infinitivo pessoal pela omissão de conjunções subordinativas ou pela substituição destas por preposições. Ainda segundo este autor, tais substituições foram iniciadas já no latim medieval.

Na formação do presente do subjuntivo, as transformações se deram nas desinências verbais, quais sejam: na primeira conjugação houve o apagamento do –

---

<sup>1</sup> Segundo Coutinho (1976) esse tempo só se conservou no dialeto logudorês, tendo desaparecido de todas as línguas românicas.

*m*, na primeira pessoa do singular, no latim vulgar. Nas terceiras pessoas houve a queda do - *t*. Na primeira pessoa do plural, o - *ũ* da desinência - *mũs*, cedeu lugar a - *o* - ; na segunda pessoa do plural, o - *ts* transformou-se em - *des*, tendo o - *d* desaparecido durante o século XV.

Sobre o futuro do subjuntivo, este não existia no latim vulgar. Por isso, as formas deste tempo no português (*quando eu cantar*) são também uma inovação do sistema português. Esta forma é resultante de uma confusão entre o futuro perfeito do indicativo e o pretérito perfeito do subjuntivo cujas formas eram quase idênticas no latim clássico (*leges, legis, leget / legit, legam, legam*). Nessa fusão houve a predominância do futuro do perfeito do indicativo, visto que o perfeito do subjuntivo era menos usual do que o futuro perfeito do indicativo em construções de futuro e, também, o tipo de oração hipotética formada pelo subjuntivo português é mais corrente. Inclusive, registra-se que, devido às semelhanças entre essas formas, era comum entre os escritores latinos clássicos a confusão entre os dois tempos (cf. Williams, 1961, p. 207).

Alguns autores pesquisados (Said Ali, 1961, Mattos e Silva, 1984) salientam que também em textos do português antigo já se observava uma certa alternância no emprego das formas do subjuntivo e do indicativo. Vejam-se os exemplos citados por Said Ali (1964, p. 324-326):

a) *Pêra se saber quem fosse este gigante*, em cujo poder Dom Duardos estava, diz a história que ...

*Pêra se saber quem era este carvalho diz a história que* ( Francisco de Moraes, Palm. 1. 10);

b) *Cuydaram que [os nossos ] eram turcos os mouros*

*Crendo que fossem turcos os mouros* (Castanheda, 1.5);

- c) *He possível que **há** tantos mundos e que eu ainda não acabei de conquistar hum?*  
*He possível que **sou** eu tido no mundo pelo valente da fama e que bastou hũa mulher para me vencer...! (Vieira, Sem.8,193);*
- d) *Quem dissera que a escuridade dos traços **pode** ter lugar na mesma parte em que a luz preside!.. (Aires, Vaid. 235-236);*
- e) *Se **dais** a Deos o que Deos vos dá, dareis muito mais, mas se **dais** a Deos o que o mundo vos promete, **dais** muito mais. (Vieira, Serm. 5, 546).*

Mattos e Silva (1984. p. 406) analisando a alternância entre as formas do modo subjuntivo e do indicativo em textos do português arcaico, argumenta que, em tese, em determinadas sentenças subordinadas, a escolha das formas de um ou de outro modo estaria relacionada ao “menor ou maior grau de aproximação da realidade ou de certeza sobre o que se queira expressar”. Assim, citando Pottier (1969) afirma que “do subjuntivo ao indicativo há uma sucessividade progressiva do grau de realização.” Eis alguns trechos apresentados pela autora:

- a) *A primeira he a Gramática que mostra em como o homen **pode** falar bem e mal.*
- b) *A sexta he a musica que fala em como se **devan** mudar e mesurar as vozes do canto;*
- c) *Quis a piedade a piedade de Deus que se **mostrasse** pêra entenderan*
- d) *Quis Deus que **acharon** o meniço vivo e sãão pela oraçon do seu servo Martinho.*

Ainda na sua concepção, nem sempre a oposição sintático-semântica que classicamente se estabelece entre os modos verbais corresponde à prática. Para ela, a oposição básica se dá entre o imperativo e o indicativo, sendo que o subjuntivo, ora se agrupa com o imperativo ora com o indicativo. Este fato fica bem

explicitado no quadro abaixo, onde a autora apresenta alguns traços que caracterizariam os três modos verbais.

Modos	Indicativo	subjuntivo	Imperativo
Características			
atitude subjectiva do locutor	-	+	+
ausência de atitude subjectiva	+	+	-
dependência sintáctica implícita	-	+	+
dependência sintáctica explícita	+	+	-
situação de elocução directa	-	+	+
situação de elocução não-directa	+	+	-

Fonte: Mattos e Silva (1984, p. 408)

## 1.2. A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Nas gramáticas tradicionais, o modo verbal é compreendido como a relação que se estabelece entre o falante e seu enunciado. Vejam-se algumas definições encontradas:

- Entende-se por modo, a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia. (Cunha e Cintra 1985, p. 463).

- O modo assinala a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. (Bechara, 2000, p. 213).
- ... modo na conjugação de um verbo vem a ser a maneira por que se realiza a ação expressa por esse verbo. (Almeida, 1999, p.225).

Com base nessas definições, apresentam uma oposição semântica entre os modos indicativo e subjuntivo. Assim, no modo indicativo o falante considera o fato expresso pelo verbo como *certo*, *real*, enquanto que no modo subjuntivo o falante encara o fato expresso pelo verbo como uma coisa *incerta*, *duvidosa*, *eventual*, ou mesmo, *irreal*.

Ex: ***Estudei e fiz boas provas.***

***Se estudasse mais, faria boas provas.***

O indicativo também seria essencialmente o modo das orações independentes e das dependentes que indicam um fato real. O subjuntivo seria o modo das orações subordinadas, como se comprova nas palavras de Almeida (1999, p.226), “indica este modo que o verbo não tem sentido caso não venha *subordinado* a outro verbo, do qual dependerá para ser perfeitamente compreendido.”

Cunha e Cintra (1985, p. 454) salientam que o subjuntivo, quando usado em orações absolutas, ou orações principais, expressam a ação verbal matizada pela atitude subjetiva do falante, e.g.: “*Que as horas **voltem** sempre, as mesmas horas!*”

De um modo geral, nas gramáticas normativas, os modos indicativo e subjuntivo são apresentados em distribuição complementar, com contextos de usos bem definidos (cf. seção 2.4). Cunha e Cintra (1985, p. 460-461) indicam que, por questões estilísticas, em alguns contextos, o subjuntivo poderá ser substituído *pelo*

*infinitivo, pelo gerúndio, por um substantivo abstrato e por uma construção elíptica, como nos exemplos:*

a) *O professor mandou **que** o aluno **lesse** um romance.*

*O professor mandou o aluno **ler** o romance.*

b) ***Se andarmos** depressa, ainda o alcançaremos.*

***Andando** depressa, ainda o alcançaremos.*

c) *Acredito **que ele seja inocente**.*

*Acredito em **sua inocência**.*

d) ***Quer sejam ricos ou pobres, quer sejam brancos ou pretos, são todos iguais perante a lei.***

***Ricos ou pobres, brancos ou pretos, todos são iguais perante a lei.***

Em relação à alternância entre os modos indicativo e subjuntivo, Bechara (2000, p. 276) admite que o presente do indicativo pode ser empregado pelo pretérito imperfeito do subjuntivo (*Se **respondo** mal ele se zangaria*) e pelo futuro do subjuntivo (*Se **queres** a paz, prepara-te para a guerra*). Todavia, adverte que “uma forma verbal não está por outra ou em lugar de outra, mas sim no lugar de outra significação”.

### 1.3 A ABORDAGEM DESCRITIVA

Segundo Câmara Jr. (1985, p. 99), o modo subjuntivo apresenta algumas “assinalizações” que lhes são características, ou seja, “a posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado” e a “dependência sintática” seja de uma forma verbal da oração principal, seja de um advérbio modal preposto (*talvez*). Por outro lado, o modo indicativo não apresenta tais características, embora a sua



existência não seja de todo negada, como se pode observar nos exemplos apresentados pelo próprio autor: (*Suponho que é verdade; Suponho que seja verdade*).

Desse modo, o uso das formas do subjuntivo constitui-se num “padrão formal, apenas, e não a marcação de certos valores semânticos.”, como predizem as gramáticas normativas (*ibid*, p.133).

A esse propósito, Perini (2000, p. 257) assinala que a categoria de modo é tratada de maneira inadequada pela tradição gramatical. Esta faz uma confusão entre o lado formal e semântico da questão, tanto é que, a oposição entre certeza e incerteza que esta apresenta para definir os modos indicativo e subjuntivo, limita-se a poucos casos de uso efetivo da língua, como se pode observar em suas palavras:

Na maioria dos casos, a oposição morfológica entre indicativo e subjuntivo é governada por traços semanticamente não motivados dos verbos (e de alguns outros itens, como *talvez*); poucos casos em que se pode ver um efeito semântico imputável ao modo são excepcionais e tendem a desaparecer na língua moderna.

Para Lyons (1974, p.322), o modo verbal fica melhor definido em relação a uma “classe de frases ‘não-marcadas’ e outras ‘marcadas’ ”. As primeiras indicam a atitude “neutra” do falante frente ao seu enunciado. Já as segundas, marcam uma certa “atitude do falante em relação ao *status* factual do que está dizendo, isto é, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida, etc.” O modo “não-marcado” é o indicativo e o subjuntivo é o modo que serve para marcar gramaticalmente a atitude do falante, ou seja, indicar “desejo” e “intenção”. Ainda segundo ele, o subjuntivo só aparece em orações subordinadas, cuja ocorrência se dá “pela seleção de um verbo principal particular, pela negação ou por muitos outros fatores.” (*ibid.*, p.382)

Na visão de Dubois e outros (1997, p:416), a categoria de modo traduz não só a atitude do falante em relação ao seu próprio enunciado, como também o “tipo de

comunicação estabelecida entre ele e seu interlocutor”. Neste caso, o “modo ou modalidade”, diz respeito ao estatuto da frase (a asserção, a interrogação, a ordem ou o desejo), que definiria os usos dos modos pessoais (subjuntivo, indicativo e imperativo). O modo da asserção e da interrogação indireta seria o indicativo e o modo da ordem e do desejo seria o imperativo ou o subjuntivo. Como se pode verificar nos exemplos: “*Digo que Paulo veio; Pergunto se Paulo vem; Ordeno que Paulo venha ; Desejo que Paulo venha*”.

Já em relação à atitude do falante, o “modo ou modalização” se exprime pela oposição entre enunciado “assumido” e “não- assumido”. O indicativo seria o modo do “assumido” e do “não-assumido” (futuro do pretérito) nas frases diretas; o subjuntivo seria o modo do enunciado “não-assumido” nas frases indiretas, conforme os exemplos: “*Pedro virá; Pedro viria porque Paulo veio; Pedro viria ainda que Paulo viesse.*” (*ibid.*, p. 416)

A modalização também pode ser indicada por outros recursos lingüísticos, como: alguns advérbios modalizadores (*talvez, provavelmente*, etc), expressões intercaladas (*ao que se diz*) e mudanças de registro (*as aspas na escrita*).

Outra abordagem na qual modo e modalidade estão relacionados é a proposta por Mateus e outros, (1989 p.106). Assim, o modo verbal serve para exprimir “a relação modal entre locutor e estado de coisas” - universo de referência. Numa correlação entre modo e modalidade lógica alética ou aristotélica (que funcionam ao nível dos estados de coisas e expressam a atitude do falante quanto ao valor de verdade de seus enunciados), o modo indicativo aparece ligado a um estado de coisa reconhecido pelo falante como **necessário** e o modo subjuntivo aparece ligado a um estado de coisas reconhecido pelo falante como **possível** ou

**contingente.** Esta correlação entre a categoria morfológica verbal e as modalidades pode ser representada no seguinte esquema:

<b>necessário</b> (indicativo)	<b>impossível</b> (subjuntivo)
<b>possível</b> (subjuntivo)	<b>contingente</b> (subjuntivo)

Por sua vez, Vilela (1995, p.138) ao tratar dos modos verbais, considera o indicativo a “forma básica dos modos”. Assim, o indicativo seria o modo do realizado, “do realmente existente”, ou do “que está em vias de se realizar” (Ex.: *Chegas-me o livro que está ao teu lado?; Se te apressas, chegas a tempo*). Em oposição o subjuntivo seria o modo ‘do não-realizado’, ou ‘ainda não-realizado’ (Ex.: *Quando ele for procurar, verá que é difícil encontrar; Mesmo se ele tivesse procurado em condições, não teria/tinha encontrado.*) O modo indicativo é o modo básico da língua.

Um ponto em comum apontado por todos os autores pesquisados, é que, de modo geral, o subjuntivo é empregado em orações subordinadas. Esse assunto será melhor detalhado na próxima seção.

#### 1.4 CONTEXTOS DE USO DO MODO SUBJUNTIVO

Apesar das diferentes perspectivas de análises, é consensual entre os autores pesquisados, que o uso do modo subjuntivo é condicionado por determinados fatores contextuais, sejam eles, sintático-semânticos ou pragmático-discursivos.

Para tradição gramatical, o uso do modo subjuntivo é condicionado por fatores sintático-semânticos, privilegiando as propriedades estruturais do significado do verbo da oração na qual o verbo é inserido.

A esse propósito, Cunha e Cintra (1985) e Bechara (1999) assinalam que, o modo subjuntivo denota que uma ação, ainda não realizada, é dependente de outra. Daí o seu emprego na oração subordinada. Em orações independentes o uso do subjuntivo se restringe às orações optativas, imperativas afirmativas e negativas e dubitativas com o advérbio **talvez**. É o que Bechara denomina de “subjuntivo independente”.

Para a tradição gramatical o subjuntivo é de uso obrigatório nos seguintes contextos:<sup>2</sup>

- Nas orações subordinadas substantivas, quando a oração principal exprime:
  - a vontade (nos matizes que vão do comando ao desejo) com referência ao fato que se fala;

*Ex.: Em todo caso, gostava que me **considerasse** um amigo.*

- um sentimento, ou uma apreciação que se emite com referência ao fato em causa;

*Ex.: **Pior será que nos enxotem** daqui...*

- a dúvida, suspeita ou desconfiança que se tem quanto à realidade do fato enunciado.(utilizam-se os verbos duvidar, suspeitar, desconfiar e nomes cognatos: dúvida, duvidoso, suspeita, desconfiança, etc).

*Ex.: ... me vinham à mente **suspeitas** de que ele **fosse** um anjo transviado do céu...*

---

<sup>2</sup> Os contextos de usos do modo subjuntivo juntamente com os respectivos exemplos foram retirados de Almeida (1999), Bechara (2000) e Cunha e Cintra (1985), Said Ali (1964), Sacconi (1994).

Neste último caso, adverte Bechara que (1999, p.281): “se o falante tem a suspeita como coisa certa, ou nela acredita, o normal é aparecer o indicativo.”

Ex.: *Suspeitava-se que era a alma da velha Brites que **andava** ali penada.*

- Nas orações subordinadas adjetivas que exprimem:

- um fim que se pretende alcançar, uma consequência;

Ex.: *Ando à cata que de um criado que **seja** econômico e fiel.*

- um fato improvável;

Ex.: *Gerson saiu rapidamente, e durante bastante tempo não houve quem o **convencesse** a voltar lá.*

- uma hipótese, uma conjectura, uma simulação.

Ex.: *Então não havia um direito que lhe **garantissem** a sua casa?*

- depois de um predicado negativo, ou de uma interrogação de sentido negativo quando enunciam uma qualidade que determine e restrinja a idéia expressa por esse predicado ou interrogação.

Ex.: *Não há aí homem algum que **possa** gabar-se de ser completamente feliz.*

*Quem há aí que **seja** completamente feliz?*

- Nas orações subordinadas adverbiais:<sup>3</sup>

- causais, que negam a idéia da causa (não porque, não que)

Ex.: *Não que não **quisesse** amar, mas amar menos, sem tanto sofrimento.*

- concessivas<sup>4</sup> (embora que, ainda que, posto que, mesmo que, se bem que, por muito que, por pouco que, etc)

---

<sup>3</sup> Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 458), o uso do subjuntivo nas orações subordinadas adverbiais constitui-se num mero instrumento sintático, regulado por certas conjunções.

Ex.: *O povo não gosta de assassinos, embora **inveja** os valentes.*

- finais (para que, a fim de que, porque );

Ex.: *Os maus são exaltados para serem felizes, para que **caiam** do mais alto e **sejam** esmagados.*

- temporais, que marcam a anterioridade (antes que, até que, etc);

Ex.: *Vamos embora antes que nos **vejam**.*

- comparativas iniciadas pela hipotética *como se*

Ex.: *As pernas tremiam-me como se todos os nervos me **estivessem** golpeados*

- condicionais, em que a condição é irrealizável ou hipotética; (se, contanto que, sem que, a não ser que, suposto que, caso, dado que...)

Ex.: *Se **viesse** o sol, tudo mudaria.*

- consecutivas quando se exprime uma simples concepção e não um fato real.

Ex.: *Devemos regular a nossa vida de modo que **possamos** esperar e não recear depois de nossa morte,*

Numa outra perspectiva, o uso do subjuntivo está condicionado ao contexto pragmático-discursivo cuja definição se dá a partir da relação entre o falante e o contexto referencial de seu enunciado.

Partindo desse pressuposto, Mateus e outros (1989, p.:107-109), assinalam que o uso do subjuntivo basicamente se daria nos seguintes contextos.

- estruturas complexas de coordenação e subordinação como expressão de vários graus de **condicionalidade**.

---

<sup>4</sup> De acordo com Almeida (1999) e Said Ali (1964) o uso do modo subjuntivo nas orações concessivas é uma prática do português moderno. No português antigo podia-se utilizar tanto o subjuntivo como o indicativo, a exemplo: “*Ainda que tirasse pela espada contra seu inimigo; Ainda que tirou três vezes pela espada da oração.*” (Vieira)

Ex.: Se **estiver** bom tempo, vamos à praia.

**Venhas** ou não **venhas**, é-me indiferente.

- em orações subordinadas em que o predicador da oração subordinante é:

- avaliativo

Ex.: *Basta que **venhas** cedo;*

- volitivo-optativo

Ex.: *desejo que **venhas**;*

- uma modalidade lexicalizada

Ex.: *É necessário que **venhas**;*

- de actividade mental – cuja modalidade é **possível** ou **contingente**;

Ex.: *Eu acredito que ele **venha** - possível; por oposição a *Eu acredito que ele **vem** - necessário;**

- um predicado de uma construção **causativa**

Ex.: *Isto tudo faz com que ele **venha**.*

- Nas orações subordinadas a orações subordinantes que contêm uma negativa explícita ou lexicalizada.

*Eu não tenho a certeza que **sejas** bom da cabeça.*

*Duvido que **sejas** bom da cabeça.*

O subjuntivo também estaria relacionado à uma pressuposição não factual, em contrapartida, o modo indicativo estaria relacionado a pressuposições factuais. (cf. Mateus e outros, 1989, p. 107)

Ex. *Se o Gonçalo **vier** cedo, vamos jantar fora.*

*Juro que te **vais** arrepender.*

## 1.5 SUBJUNTIVO E VARIAÇÃO

A variação na morfologia flexional do verbo no português brasileiro, sobretudo na sua modalidade falada, tem despertado o interesse de diversos estudiosos. No bojo dessa questão, a variação no uso das formas do subjuntivo e das formas do indicativo tem se constituído em objeto de estudo de várias pesquisas, a exemplo de Costa (1990), Pereira (1995), Pimpão (1999), dentre outros.

Todos esses trabalhos atestam que, para além da prescrição gramatical, a variabilidade no emprego desses dois modos é bastante freqüente na linguagem falada.

A pesquisa realizada por Lara Costa (1990a) aborda a variação das formas do subjuntivo em uma comunidade de fala de colonos descendentes de italianos, (Colônia Santo Antônio, Ijuí, Rio Grande do Sul). Essa comunidade foi formada na década de 30, resultante do processo de migração interna, seus primeiros habitantes adquiriram o português como segunda língua, e só na década de 40 o português passou a ser utilizado como língua predominante. Esse fato contribuiu para os falantes mais novos (nascidos a partir década de 60) não possuírem nenhum conhecimento do idioma italiano.

O trabalho pautou-se na análise de uma amostra de língua falada de 30 horas, constituída através de duas modalidades de entrevistas: uma com toda família reunida e outra com grupos de jovens separadamente. Para servir de cotejo com este material, também foi constituída uma amostra do português culto, composta por 03 horas de gravações de programas de entrevistas e debates veiculados por emissoras de rádio locais. Foram considerados os grupos de fatores



lingüísticos: contexto sintático, modalidade e tempo verbal; e os sociais: sexo, idade e diferenciação social (propriedade mecanizada e propriedade não mecanizada).

Em seus resultados ficou constatada a variação entre as formas: *presente do subjuntivo vs. presente do indicativo; futuro do subjuntivo vs. presente do indicativo; e imperfeito do subjuntivo vs. imperfeito do indicativo*. Costa (1990b, p. 31), argumenta que esta situação “se explica não só pela afinidade semântica entre os tempos que estão em variação, mas também pela estabilidade das formas do presente e do perfeito do indicativo no sistema flexional do verbo no português falado”. O que confirma sua hipótese de trabalho de que o português falado apresenta uma forte propensão à redução da morfologia flexional do verbo, com a tendência de mudança “na direção de um sistema flexional de três tempos simples: presente, imperfeito e pretérito perfeito do indicativo” . Esse sistema simplificado seria enriquecido pela combinação de verbos auxiliares com formas nominais.

O estudo de Pereira (1995) faz uma abordagem sociolingüística da variação do modo subjuntivo correlacionada, sobretudo ao fator social escolaridade. Este teve como base uma amostra de fala colhida de 24 informantes, moradores da cidade de Juiz de Fora – MG, divididos em dois grupos: UNIVERSIDADE (das áreas de: Humanas- História, Saúde- Biologia e Exatas- Engenharia) e NÃO-UNIVERSIDADE (ensino médio completo e ensino fundamental incompleto). Neste último, os informantes foram divididos por profissões, quais sejam, Balconistas, Antenistas e Domésticas. Quanto ao fator sexo, no primeiro grupo houve um equilíbrio quanto ao número de informantes homens e mulheres. O mesmo não aconteceu no grupo dois já que a profissão de antenistas é exercida por homens e a de doméstica por mulheres. A variável faixa etária não foi considerada, e a idade dos informantes variou entre 19 a 34 anos.

O objetivo principal da autora foi o de verificar se há, e em que nível ocorre, a interferência da escola no uso das formas do subjuntivo na língua falada. Para isso, tomou-se como parâmetro de análise para ocorrência das formas variantes subjuntivo vs. indicativo os contextos prescritos pelas gramáticas normativas, para o emprego do modo subjuntivo, ou seja, os traços de incerteza, dúvida e eventualidade.

Os resultados apresentados de certa forma corroboram a premissa de que as pessoas mais escolarizadas tendem a utilizar mais as formas da norma padrão, no caso, as formas do subjuntivo, o que reforça a ação da escola na difusão desses padrões normativos. O índice de variação entre as formas do subjuntivo e indicativo pode ser considerado pequeno, observando-se os dados expostos no quadro abaixo, apresentado pela autora: (cf. Pereira, 1995, p: 49).

	Subjuntivo esperado/encontrado	Subjuntivo esperado/não encontrado	TOTAL
<b>Universidade</b>			
Exatas	(75,3%) 73	(24,7%) 24	97
Humanas	(80,2%) 101	(19,8%) 25	126
Saúde	(88,5%) 123	(11,5%) 16	139
<b>Não-Universidade</b>			
Balconistas	(76,7%) 69	(23,3%) 21	90
Antenistas	(80,2%) 85	(19,8%) 21	106
Domésticas	(62,8%) 59	(37,2%) 35	94

Segundo Pereira, esses dados atestam que o fator escolaridade favorece o uso do modo subjuntivo, já que, no grupo Não-Universidade, foram os informantes com menos escolaridade (domésticas) que apresentaram um maior percentual de uso das formas do indicativo em contextos previstos para o subjuntivo. De acordo com a autora, todos os informantes dessa profissão não possuíam o ensino fundamental completo. Esse fato vai ao encontro de resultados de outras pesquisas que indicam que os falantes com mais escolaridade tendem a utilizar as variantes que gozam de um maior prestígio social, além de reafirmar o pressuposto de que a escola funciona como uma espécie de “freio” em processos de mudança lingüística que se afastam do padrão normativo.

Além do fator social escolaridade, a autora também evidencia que o uso das formas subjuntivas varia de acordo com a freqüência de contato com outros falantes e com o grau de formalidade da situação comunicativa. Os informantes que se inserem mais nesses dois contextos se utilizam mais do modo subjuntivo, enquanto que, os que se distanciam mais dessa situação empregam menos o subjuntivo, como é o caso do sub-grupo Doméstica.

Ainda de acordo com essa pesquisa, o emprego ou não das formas do subjuntivo estaria condicionada a três fatores: grau de escolaridade, freqüência de contato com outros falantes e formalidade da situação. Assim, quanto menor o grau de escolaridade do falante, menos contato com outros falantes e menor formalidade da situação menor será o uso do subjuntivo, favorecendo conseqüentemente as formas do indicativo. (cf. Pereira, 1995, p. 65)

Por sua vez, Bezerra (1993) estudando a variação das formas em **-ria**, utilizando dados do Projeto NURC-SP, também encontrou ocorrências nas quais a forma do *futuro do pretérito do indicativo* substituía as formas do *imperfeito do*

*subjuntivo*, em orações independentes com o advérbio **talvez** preposto ao verbo, como observado no exemplo: “*Aí talvez eu colocaria um quadro com elementos infantis.*”

O estudo de Pimpão “Variação no presente do Modo Subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática” (1999), como o próprio título sugere, faz uma abordagem sobre a variação no uso das formas do presente subjuntivo vs. presente do indicativo, conciliando os pressupostos teóricos da Teoria da Variação Laboviana e do Funcionalismo Lingüístico da linha givoniana.

Mesmo reconhecendo a complexidade da questão em análise, a autora se propõe a deslocar a modalidade da incerteza, da possibilidade da categoria morfológica da forma verbal do subjuntivo, transferindo-a para o âmbito da situação comunicativa. Esse estudo rejeita a associação intrínseca estabelecida pela norma gramatical entre modo e modalidade, no plano morfológico.

Em sua proposta de estudo, o subjuntivo é encarado como um “fenômeno variável captado na gramática emergente da pragmática, i.e., na interação comunicativa falante-ouvinte” (Pimpão, 1999, p. 62). Os contextos de uso das formas subjuntivas ou das formas do indicativo seriam favorecidos por questões pragmáticas da gramática de usos, e não por questões sintático-semântica como prevê a gramática normativa.

Sua hipótese básica de trabalho centra-se no reconhecimento da existência de fronteiras entre as categorias de tempo e modalidade de um lado, e o modo subjuntivo de outro. No caso, o modo subjuntivo seria favorecido pela modalidade *irrealis*, a qual está correlacionada “a noções temporais de futuridade, de incerteza, de habitualidade, de hipótese, de condição”. (op.cit)

A referida pesquisa foi desenvolvida com base em amostra de fala recolhida do Banco de Dados do Projeto VARSUL<sup>5</sup>, coletada de 36 informantes, estratificados em sexo (masculino e feminino), idade (14-24, 25-50, e acima de 50 anos) e escolaridade (primário, ginásio e colegial). Os grupos de fatores lingüísticos considerados foram: tempo, modalidade, contexto sintático, pessoa do discurso, paralelismo formal e conjugação verbal. Foram levantadas 319 ocorrências de contextos prescritos pelas gramáticas normativas como característicos para o uso das formas do subjuntivo, mas que favorecem também o aparecimento das formas do indicativo. Estas foram submetidas ao tratamento estatístico do Programa VARBRUL, que selecionou os seguintes grupos de fatores como mais significantes: *tempo-modalidade, pessoa do discurso, paralelismo sintático e contexto do subjuntivo*.

Segundo a autora, a seleção desses grupos de fatores:

mostra o subjuntivo como uma categoria híbrida, bifurcando-se em uma categoria morfológica condicionada pelos níveis sintático (*paralelismo sintático*), discursivo (*pessoa*), e sintático-semântico-discursivo-pragmático (*tempo-modalidade*). (Pimpão, 1999. p. 69).

O grupo de fatores *tempo-modalidade* foi selecionado pelo VARBRUL como mais significativo, tanto no desempenho geral desse modo, como no específico. Esse fato corrobora a hipótese de que o uso do subjuntivo seria favorecido pelo traço de futuridade, da modalidade *irrealis* (relativa a eventos hipotéticos ou improváveis) apresentando peso relativo de **.76**. Os traços de incerteza, atemporalidade e pressuposição foram amalgamados e indicam o predomínio do

---

<sup>5</sup> O Projeto VARSUL –Projeto Variação Lingüística Urbana da Região Sul do País, é desenvolvido por quatro universidades dos três estados da região sul do país: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e dispõe de uma amostra representativa das variedades lingüísticas urbanas dessa região. (cf. Pimpão 1995)

modo indicativo, apresentando peso relativo de **.31**, para a realização ao modo subjuntivo.

O subjuntivo tende a ser favorecido sob o domínio do traço de futuridade e começa a ser desfavorecido na “interação falante-ouvinte, em que os participantes da atividade lingüística discutem a incerteza, a condição, a hipótese, a habitualidade codificadas pela modacidade da interface *realis-irrealis*.” (Pimpão, 1999, p. 74)

O fator tempo constitui-se como elemento diferenciador para o emprego do subjuntivo ou do indicativo, indo de encontro à tradição gramatical que diferencia esses dois modos pelos traços de incerteza e certeza. Diante desses resultados, a autora argumenta que há um “deslocamento da modalidade em direção ao tempo”, ou seja, o subjuntivo está se distanciando dos valores de incerteza, hipótese, de possibilidade para vincular-se ao fator tempo, no caso futuridade. Podendo-se estabelecer a seguinte correlação: “se [+ futuro] – [+ subjuntivo], e se [-futuro] – [-subjuntivo].” (op.cit.)

Em relação ao fator *peessoa*, os resultados apresentados indicam que o uso do modo subjuntivo é favorecido pela terceira pessoa (singular e plural), com peso relativo de **.63**, e desfavorecido pela primeira pessoa **.32**, favorecendo a presença do indicativo. De acordo com Pimpão, a retenção e inibição do modo subjuntivo estão correlacionadas a fatores discursivo-pragmáticos da gramática de uso, mais do que a traços morfológicos. Desse modo, o subjuntivo é “inibido na interatividade do falante com a proposição e preservado no distanciamento com a informação proposicional.” (*ibid.*, p. 76)

O grupo de fatores *paralelismo sintático* foi controlado levando-se em conta três fatores: a) *primeira menção*, b) *presença de paralelismo* e c) *ausência de paralelismo*. Os resultados estatísticos mostram uma certa neutralidade entre os

pesos relativos desses três fatores: com peso relativo de **.53** para o fator *primeira menção*, peso relativo de **.49** para a *presença de paralelismo* - confirmando de certo modo o princípio de que marcas levam a marcas, e peso relativo de **.38** para a *ausência de paralelismo*.

Em relação ao grupo de fatores *contexto sintático* ou *contexto do modo subjuntivo* os resultados indicam que o emprego do modo subjuntivo é favorecido nos seguintes contextos: advérbio *talvez*, com peso relativo de **.73**; expressões intercaladas, com peso relativo de **.62**, e em orações adverbiais, com peso relativo de **.60**. Houve um equilíbrio no uso do subjuntivo e indicativo nas sentenças substantivas, com peso relativo de **.52**. As sentenças relativas se apresentaram como um contexto não favorável ao uso das formas subjuntivas, com peso relativo de **.24**, permitindo uma maior atuação do modo indicativo.

No entanto, como salienta a própria autora, se forem considerados os resultados desse grupo de fatores em termos percentuais, ter-se-á uma situação diferenciadora da descrita acima. Desse modo, as sentenças substantivas (70%), adverbiais (59%) e advérbio *talvez* (67%) se constituem em contextos favorecedores do modo subjuntivo; as sentenças relativas atingem uma faixa variável (44%); enquanto as expressões intercaladas se apresentam como contextos favoráveis para intervenção das formas do indicativo (32%).

Em relação aos grupos de fatores sociais, *escolaridade* e *sexo* foram os mais significativos. Mais uma vez se comprovou que os falantes com maior nível de escolaridade empregam mais as formas do subjuntivo, variante mais próxima da norma padrão. O nível colegial mostrou-se como um contexto favorecedor do uso do modo subjuntivo, sendo este inibido pelo nível primário, tanto no contexto do

advérbio *talvez* como nas sentenças adverbiais.<sup>6</sup> Os resultados do fator *sexo* (selecionado no contexto de sentenças substantivas) indicam que os homens empregam mais as formas do subjuntivo, enquanto as mulheres as utilizam menos. A variante de prestígio é favorecida pelo sexo masculino.

Esse estudo ainda aponta resultados sobre o grupo de fatores *conjugação verbal*, selecionada no contexto do advérbio *talvez*. A primeira conjugação se apresenta como contexto favorecedor para o emprego do subjuntivo, com peso relativo de **.86**, e as segunda e terceira conjugações aparecem como contextos inibidores para o seu uso, com peso relativo de **.33**, propiciando o aparecimento do modo indicativo.

Por fim, a autora salienta que a diferença no uso do presente do subjuntivo e presente do indicativo é de caráter mais temporal (tempo futuro) do que modal, como prevê a gramática normativa. Como já foi dito anteriormente, o traço de futuridade favorece a presença da forma do subjuntivo, enquanto a sua ausência inibe o seu uso, favorecendo a atuação da forma do indicativo. A autora também conclui que as estratégias pragmático-discursivas são relevantes para o uso dessas variantes. Os fatores semântico-pragmático e discursivo-pragmático favorecem o emprego do modo indicativo e, conseqüentemente, inibem o subjuntivo.

Os resultados apresentados por estas pesquisas serão retomados no capítulo IV desta dissertação, no intuito de se estabelecer um paralelo sobre a variação no uso do modo subjuntivo nos dialetos analisados e no português afro-brasileiro.

---

<sup>6</sup> No contexto do advérbio *talvez*, o nível colegial aparece com peso relativo de .71, e os níveis ginásio e primário com peso relativo de .26. Nas sentenças adverbiais, o ginásio e colegial apresentam peso relativo de .58 e o primário peso relativo de .21. (Cf. Pimpão, 1999, p. 116)



## HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Há mais de um século que se vem discutindo a formação do Português do Brasil (PB). Muitos estudiosos e pesquisadores (lingüistas, filólogos, dialectólogos) têm empreendido esforços no sentido de tentar explicitar porque o português brasileiro se distanciou tanto do português de Portugal (ou Português Europeu - PE).

É senso comum a visão de que o atual panorama lingüístico do país é decorrente de estados anteriores pelos quais passou a língua portuguesa, em terras brasileiras. Não obstante, as motivações que são trazidas à luz para explicar tal problemática, têm gerado controvérsias, devido às orientações teórico-metodológicas que as norteiam.

Neste capítulo serão retomadas algumas questões que são arroladas por vários estudiosos, e que se constituem em relevantes evidências para uma melhor compreensão da realidade sócio-lingüística brasileira, pois, como afirma Cunha (1968, p. 19), sem desconsiderar os dados empíricos, “é na história que vamos encontrar explicação para todos estes fatos: para as sensíveis diferenças da língua popular e para a relativa coesão da língua culta de Portugal e do Brasil...”

### 2.1 A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

O efetivo povoamento do território brasileiro foi iniciado após trinta anos da chegada de Cabral. Em 1532, Martins Afonso de Sousa fundou a primeira vila de portugueses, São Vicente em São Paulo. Esta região era habitada pelos índios tupis, enquanto os tupinambás habitavam a região de Salvador e os caetés, a costa

de Pernambuco. No início da colonização portuguesa, as nações indígenas falavam mais de mil línguas de vários troncos e famílias lingüísticas (cf. Rodrigues,2000; Freire, 2003).

Os primeiros portugueses que vieram morar no Brasil, depois da fundação das vilas, eram em sua maioria homens desacompanhados de mulheres, principalmente aventureiros que vinham tentar a sorte, ou condenados da justiça que eram embarcados à força para uma terra desconhecida - *emigração forçada*. Só mais tarde chegaram as famílias de colonos para ocupar regiões estratégicas do país - *emigração estimulada*.

Aqui chegando, esses homens começaram a conviver com as mulheres indígenas, não havendo inclusive restrições para a poligamia - *relação de cunhadismo*. Como resultado desse tipo de relação, houve a formação de uma sociedade mestiça - os mamelucos. Segundo Aryon Rodrigues (2000, p. 543):

Nos séculos XVI e XVII esse processo de mestiçagem foi mais nos extremos da área de colonização portuguesa, que eram São Vicente ao Sul e Maranhão e Pará ao Norte, do que nas áreas mais centrais e mais próximas do centro administrativo, que era Salvador.

As crianças nascidas nestas sociedades eram criadas pelas mães e aprendiam o tupi como língua materna, e, só mais tarde, aprendiam o português como segunda língua, nas escolas dos missionários. Geralmente, era o filho homem que aprendia o português e, como o pai, se tornava bilíngüe. Mas, a língua de uso doméstico continuava sendo a indígena. Esta situação foi tão marcante que em 1694, Antônio Vieira (1951, p. 355, *apud* Rodrigues, 1996, p.8) faz a seguinte observação:

...é certo que as famílias dos Portugueses e Índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola.

Com o decorrer do tempo, a língua nativa dos índios foi se modificando, incorporando palavras do português, dando origem a uma língua comum, a Língua Geral (hoje denominada de *Língua Geral Paulista*), que segundo Rodrigues (1986), era uma espécie de Tupi afastado do seu contexto original com traços do português europeu.

Também ao norte do país (Maranhão, Pará e Amazônia), a partir dessa mesma relação de mestiçagem, se formou outra língua geral de base Tupinambá, o *brasiliano ou Língua Geral Amazônica (LGA)*, que serviu para a colonização da *Amazônia portuguesa*, depois da expulsão dos franceses da Ilha de São Luiz. Do mesmo modo, ao sul do país, (regiões dos rios Paraguai e Paraná) inicialmente explorado pelos espanhóis, formou-se outra língua geral de base tupi-guarani, o *guarani crioulo*, inclusive com empréstimos do espanhol.

As línguas gerais foram levadas para o interior do país pelos bandeirantes, e, durante os séculos XVII e XVIII, foram amplamente utilizadas como língua de intercuro entre índios, mestiços, escravos e portugueses, sendo inclusive estudadas, descritas e gramatizadas pelos missionários para fins de catequese. Como bem ressalta Houaiss (1985, p. 73), “os jesuítas logo perceberam que, para catequizar os índios, não seria na sua língua (português ou espanhol), nem tampouco o Latim”.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> As obras mais importantes publicadas sobre a língua Tupinambá foram: a gramática do Pe. José de Anchieta, sob o título “Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil” (1595), e a do Pe. Luis Figueira “A Arte da língua brasílica”, impressa em Lisboa em 1621. (cf. Rodrigues, 2000, p. 545).

Porém, com a ação *etnocida* empreendida pelo colonizador, não só as línguas gerais foram sendo eliminadas, como também, praticamente todas as utilizadas pelas nações indígenas. Convivendo um longo período com a língua portuguesa, a língua geral tem seu declínio final na segunda metade do século XVIII. Atualmente, resquícios da *Língua Geral Amazônica*, ainda sobrevivem em partes da Amazônia, e regiões fronteiriças, Venezuela, Peru e Colômbia, com a denominação de *nheengatu* (em tupinambá, “língua boa”).

Outro fato importante que vai marcar a nossa realidade lingüística, é a introdução dos negros africanos no país, que se inicia em 1549. Os escravos africanos foram importados da África, para substituir a mão-de-obra indígena, já que os índios, não se adaptaram ao regime de escravidão imposto pelo branco colonizador, ou então, em sua maioria, foram exterminados pelas guerras e doenças. Desde o seu início, o processo de emigração dos negros foi diferente com a vinda de homens e mulheres.

Inicialmente, os escravos foram enviados principalmente para as regiões da Bahia e Pernambuco, os dois primeiros centros econômicos do Brasil Colônia, grandes produtores e exportadores de cana-de-açúcar. Espalhando-se posteriormente por várias regiões do país (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, etc), como se comprova, nas palavras do historiador Jorge Couto (1992, p. 278, *apud* Mattos e Silva, 2000, p.13):

Nos finais de Quinhentos, a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitanias ultrapassando no conjunto qualquer um dos outros grupos - Português (30%) e índios (28%), apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando seus habitantes negros.

Oriunda de várias regiões da África, a população de escravos africanos, que cresceu vertiginosamente com a intensificação do tráfico negreiro, trouxe consigo características culturais e lingüísticas diversificadas. Por questões de sobrevivência, tiveram que aprender o português em situações informais da boca dos feitores, capazes, capelães, etc. Este aprendizado resultou num “conhecimento precário” da língua, ou seja, o essencial para a realização de suas atividades cotidianas.

De acordo com alguns estudiosos, do contato do português com as línguas africanas pode ter havido, em regiões localizadas, processos de pidginização/crioulização do português. Silva Neto (1960) admite que nos primórdios da colonização tenha existido um *crioulo ou semicrioulo* que serviu de língua de intercurso entre negros, índios e mestiços, principalmente, nas regiões interioranas e isoladas do país.<sup>8</sup>

Sobre isso, Chaves de Melo (1971, p. 75) também afirma que:

... é preciso considerar que se deve ter formado na bôca de africanos natos um dialeto crioulo de tipo iorubá e outro de tipo banto, os quais se foram gradativamente dissolvendo pelas gerações sucessivas, no meio lingüístico português.

Ao lado disso, testemunha-se que, como as comunidade de escravos eram formadas por negros de etnias e línguas diferentes, houve a necessidade de se criar uma língua comum que servisse para a intercomunicação entre eles, favorecendo o surgimento de uma *língua franca africana* ou *dialeto das senzalas*.

Neste contexto, deve-se também considerar o papel dos *escravos ladinos* - que já falavam o português quando aqui chegaram. Estes foram mais aproveitados para os serviços domésticos ou para os postos de comando das atividades de

---

<sup>8</sup> Segundo Chaves de Melo (1971), os dialetos crioulos e semicrioulos deram origem ao dialeto Caipira, por este apresentar a característica da redução das flexões verbal e nominal.

produção. De acordo com Yeda de Castro (1990, p. 104), a influência dos *escravos ladinos* foi importante no “processo de socialização lingüística dos *escravos boçais, dos africanos novos, e dos escravos crioulos*” – estes últimos nasceram no Brasil e já pequenos tiveram contato com o português.

Os *escravos ladinos e crioulos*, na sua condição de bilíngües gozavam do privilégio de participar de duas comunidades lingüísticas diferentes: a *da casa grande* e a *da senzala*. A influência destes foi muito importante para “o processo de aportuguesamento dos africanismos e africanização do português, com a emergência de um novo falar que chamaremos dialeto rural.” (id. p. 108).<sup>9</sup>

Concomitantemente, eram empreendidos esforços pela coroa portuguesa para o efetivo povoamento do território brasileiro, mais precisamente no final do século XVII e início do século XVIII. Através da *emigração estimulada*, chegavam *levas e mais levas* de imigrantes portugueses, atraídos principalmente pela descoberta das minas de ouro e diamantes.

Segundo Silva Neto (1960), os colonos que vieram povoar o Brasil eram provenientes de várias regiões de Portugal tanto do sul, quanto do norte, indo de encontro à tese da predominância de colonos da região sul, como apregoam alguns estudiosos. O mesmo autor, ainda destaca que a maioria dessas pessoas era gente simples, que conservava um certo conservadorismo lingüístico devido ao pouco contato que mantinha com o mundo exterior, antes mesmo de emigrar para o Brasil.

Intensifica-se o processo de conquista do Norte e do Sul. O Amazonas é invadido por colonizadores, que, sem encontrar maiores resistências dos índios, fundam as “*idades ribeirinhas*”. Também ocorrem conquistas em direção ao centro-oeste e ao sudoeste, principalmente o paulista. Por volta de 1720, criam-se as

---

<sup>9</sup> Segundo Castro (1990, p. 104), os *escravos ladinos e crioulos* “já eram a maioria da população escrava no Brasil nos fins do século XVIII.”

idades em Minas Gerais e, logo depois, em Mato Grosso. O surto da mineração (ouro e diamantes) fez nascer outros centros de riquezas - as atuais cidades históricas mineiras. Vila Rica transforma-se em uma das cidades mais ricas do país. (cf. Houaiss, 1985, p. 93-94).

Não se pode deixar de registrar que a política pombalina (1757) que inicialmente, transforma a língua portuguesa em língua oficial, com seu ensino obrigatório nas escolas, e proíbe o uso de qualquer outra língua no país, particularmente as línguas gerais; e em seguida expulsa os jesuítas do país, criando assim a primeira rede leiga, de certa forma contribuiu para o processo de implantação da língua portuguesa em solo brasileiro.

Grosso modo, pode-se afirmar que a realidade lingüística do Brasil Colônia é caracterizada por um forte “multilingüismo generalizado” na qual a língua portuguesa teve que conviver, primeiramente com as línguas gerais, e posteriormente com as línguas africanas, conforme salienta Mattos e Silva (2000, p.9).

Esta realidade lingüística é retratada por Silva Neto (1963, p.52-3), da seguinte forma:

- I. O português falado, sobretudo na costa, principalmente pelos brancos e seus descendentes que haviam conseguido ascender socialmente...(nivelado pelo contato dos diversos falares de Portugal, que aqui se fundiam e se mesclavam);
- II. *Um crioulo ou semicrioulo*, adaptação do português no uso dos mestiços, aborígenes e negros. Caracterizava-se em geral esse tipo de linguagem pela extrema simplificação de formas...;
- III. A língua geral usada pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com o gentio;

- IV. Alguns episódicos falares africanos, em proporção muitíssimo menor do que a *língua geral*, mas em uso nos quilombos ou entre negros novos, ainda não devidamente aportuguesados.

Com algumas diferenciações, Mattos e Silva (2000,p.19), também apresenta uma proposta que representa bem esse contexto lingüístico:

... tenho proposto que no cenário colonial, os 'atores' lingüísticos principais em concorrência seriam: *as línguas gerais, o português europeu* e o que tenho designado de *português geral brasileiro* em formação, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes...

Ainda segundo a autora, *o português geral brasileiro*, seria o "antecedente histórico" do atual português popular.

Em 1808, a mudança da família real com sua corte para o Rio de Janeiro provocará significativas alterações no panorama sócio-econômico-cultural do país, com a adoção de medidas que contribuíram para o início do processo de urbanização e desenvolvimento do Brasil: abertura dos portos brasileiros para o comércio exterior, fundação da Biblioteca Nacional, criação de novos centros urbanos e de educação formal, e chegada da imprensa, fator importante para a divulgação da documentação literária e não-literária.

Segundo Houaiss (1980, p. 95), já nessa época,

o país atinge uma população de 4 milhões de pessoas, em equilíbrio com a de Portugal pelo então, chegando em 1869 a 10.415 mil almas, assim discriminadas pelo senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil: 8.510.000 livres;



1.690.000 escravos; e 215.000 índios (fora os bravios não contáveis). A cidade do Rio de Janeiro, alçada a capital do reino, recebe em 1808 de 16-18 mil portugueses com a vinda da família real, o que dobra a sua população urbana, que deveria ser de 16-18 mil habitantes, embora a periferia pudesse incluir uns 20 mil índios, negros e mestiços em trabalhos agrícolas.

A elite rural se fortalece e transfere-se para os centros urbanos, passando a cultivar os padrões comportamentais e lingüísticos da metrópole. Especula-se que o “chiamento” das sibilantes implosivas, característico do falar carioca, tenha se originado da imitação da pronúncia da corte real portuguesa.

A presença de “cortes de bem falantes” em novas cidades, a escolarização (ainda que incipiente e para um pequeno grupo), e a formação de doutores relusitanizados, ou seja, o crescimento numérico dos normatizadores vão contribuir para a formação de um padrão lingüístico ideal calcado nos moldes do português padrão europeu.

Ao lado disso, longe dos centros urbanos, encontrava-se um número expressivo da população brasileira praticamente excluída da vida social e institucional do país, cuja linguagem não era afetada pelos padrões lingüísticos da cidade.

Dentre outras questões, a falta de escolarização, que marcou a face do país em sua fase colonial e pós-colonial, contribuirá para a permanência desse quadro. Segundo Houaiss (1980), até o final do século XVIII, os letrados não passavam de 0,5% a 1% da população. E só após a sua independência, o Brasil iniciará sua rede de ensino primário obrigatório para crianças de 7 a 11 anos. A esse respeito, Celso Cunha (1987, p. 19) faz a seguinte afirmação: “a colonização portuguesa não foi exemplar no terreno educacional e cultural”.

Durante este período praticamente não existiram escolas de ensino primário e médio, exceto uns poucos estabelecimentos que funcionavam por força da obra dos jesuítas. O acesso ao ensino superior era restrito às famílias abastadas que enviavam seus filhos para estudarem nas universidades de Portugal.

Segundo Mattos e Silva (2001), apesar de ocorrer uma pequena melhora neste sentido, no período de 1890 a 1920, apenas 25% da população era escolarizada. Significando que a grande maioria da população (75%) era de analfabetos ou iletrados. Não é difícil de se imaginar quem formava esse contingente.

Estes fatores corroboram a intensificação de uma dualidade lingüística, que, de certa forma, se refletirá até os dias atuais. De um lado tinha-se a fala de uma pequena elite, que se concentrava nos centros urbanos, modelada pelos padrões do português europeu; e de outro lado, a fala de uma significativa massa populacional – portugueses e seus descendentes que não conseguiram ascender socialmente, índios integrados, mestiços, africanos e seus descendentes, que residiam no interior do país ou na periferia das cidades, cuja linguagem foi fortemente marcada pelo contato entre línguas. É o que Lucchesi (2001, p.102) denomina de *“as duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil”*.

No final do século XIX e inícios do século XX, entram em cena outros atores que vão influenciar a nossa realidade lingüística, são os imigrantes de outras regiões da Europa (italianos, alemães...) e asiáticos (sobretudo japoneses), que chegam ao Brasil para servir de mão-de-obra assalariada, em substituição aos escravos africanos, depois da abolição. Em sua grande maioria, dirigiram-se para o campo, para as atividades agrícolas e aprenderam o português que era falado por ex-escravos e seus descendentes, capatazes, ou seja, o português popular. No

entanto, devido ao seu *background* cultural, esses colonos ascenderam socialmente levando para as camadas superiores vestígios da língua que foi aprendida anteriormente. (cf. Lucchesi, 2002, p.81)

Mais recentemente, sobretudo a partir da década de 40, alguns fatores extralingüísticos como a industrialização do país, a migração da população rural para as grandes metrópoles, a democratização do ensino público, o surgimento dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais), contribuirão para a ocorrência de mudanças significativas na realidade sociolingüística brasileira.

Diferentemente do que ocorreu no período colonial, as grandes cidades transformam-se em centros irradiadores de padrões culturais e lingüísticos, passando a influenciar outras regiões; o que de certo modo vai atenuar aquela forte dualidade lingüística, que se originou no período colonial.

Sem dúvida, é considerando todo esse contexto, além de outros fatores, que, de maneira muito pertinente, Lucchesi (2002, p. 76) afirma que, “a realidade lingüística brasileira não é apenas variável e heterogênea , mas também é PLURAL, mais precisamente polarizada.” Para explicar sua formulação, o autor argumenta que no português brasileiro convivem subsistemas (*também heterogêneos e variáveis*), os quais ele denominou de *NORMAS*. Assim sendo, no português brasileiro convivem “*normas vernáculas (mais presentes na fala das camadas mais populares), normas urbanas cultas (mais presentes na fala das pessoas mais letradas que cursaram o ensino superior) e uma norma padrão (mais próxima do padrão europeu e veiculada pela tradição gramatical)*.” (cf. Lucchesi 1994, p.26-27)

O aumento da escolarização, a influência dos meios de comunicação, a mobilidade social (sobretudo dos imigrantes asiáticos e europeus) e o contato direto entre as pessoas vão proporcionar uma maior aproximação entre as normas urbanas

cultas e as normas populares. Provocando, de um lado, uma *mudança de baixo para cima*, e, do outro, uma *mudança de cima para baixo*. A primeira se processa quando os padrões lingüísticos dos dialetos populares influenciam os padrões lingüísticos da norma culta e, no segundo caso, ocorre justamente o contrário. Desse modo, a fala das camadas mais populares é afetada por padrões lingüísticos das camadas urbanas cultas, bem como, estas são afetadas por padrões das normas vernáculas ou populares, daí a polaridade.

### **2.1.1 Os três vetores étnicos na formação lingüística do português do Brasil**

Três elementos étnicos foram de fundamental importância na formação do português brasileiro (PB): o branco colonizador (falante da língua alvo), os índios (moradores nativos da terra) e os negros africanos (trazidos à força para o país como de mão-de-obra escrava). A seguir, será feita uma breve exposição sobre como se deu a atuação desses “atores” nesse processo.

#### **2.1.1.1 O elemento português**

O elemento português implantou suas raízes no Brasil desde os primórdios da colonização do país. Provenientes de famílias humildes e de vários pontos de Portugal, os imigrantes portugueses trouxeram consigo as características dialetais do português falado em suas regiões de origem. Desse modo, o português usado por essa camada da população não era o português padrão europeu. Este só foi trazido mais tarde para o Brasil através da fala dos altos funcionários da

administração geral, doutores relusitanizados, normativistas, e serviu de modelo da fala da elite colonial.

Segundo Silva Neto (1963, p. 16), o contato desses dialetos provocou um certo nivelamento lingüístico, contribuindo para uma nova configuração desses dialetos em solo brasileiro (no aspecto fonético, no vocabulário e na sintaxe). Portanto, o português brasileiro não apresenta características dialetais típicas do português usado em determinada região de Portugal (por exemplo: *trocar o b por v, uso generalizado da africada ts, pronúncias típicas do Norte*).

Certos traços presentes no português europeu resultantes da série de mudanças ocorridas na passagem do português arcaico para o português clássico serão conservados no português brasileiro: *“eliminação de numerosos encontros vocálicos, unificação do singular das palavras do tipo mão, cão e leão, manutenção da distinção em /b/ e /v/, simplificação do sistema das sibilantes*. Porém, em outros aspectos o português brasileiro não seguiu, ou seguiu parcialmente as inovações européias, apresentando um caráter conservador. Como exemplos desse conservadorismo, Teyssier (1997, p. 100-101) aponta os seguintes aspectos fônicos: (i) pronúncia sibilante do /s/ e do /z/ implosivos, exceto em algumas regiões do país como o Rio de Janeiro; (ii) a pronúncia das vogais átonas finais /o/ em [ u ], e /e/ [ i ]; (iii) a abertura das vogais pré-tônicas /e/ e /o/, a exemplo de [pɛgar] e [mɔrar], em algumas regiões do país; (iv) o /a/ pré-tônico é realizado como /a/ aberto como em [cadeira].

No século XVIII, o português europeu passa por outro ciclo de mudança, configurando a passagem do português clássico para o português moderno. Outros fatos fônicos desse processo que marcam esta passagem, são: a oposição dos timbres abertos e fechados das vogais tônicas /a /, /e/ e /o/ seguidas de uma

consoante nasal; oposição dos timbres abertos e fechados das vogais / a/ , /e/ e /o/ em sílabas pré-tônicas: *cãdeira* / *pãdeira*; *prêgar* / *prêgar*; *morar* / *côrar*. Estes aspectos fônicos são dos mais significativos para a diferenciação do português europeu em relação ao português brasileiro. (*id. ibid.*)

Algumas dessas mudanças vão repercutir na estrutura da sentença; a exemplo da fixação do pronome átono em posição enclítica no português europeu, diferentemente do português brasileiro, que vai apresentar uma ordem mais livre da frase favorecendo a próclise.

Diante disso, pode-se inferir que a presença portuguesa, para implantação do português no país, não foi suficientemente forte para que todas as mudanças ocorridas em Portugal fossem transplantadas para o português do Brasil (exceto em alguns aspectos do padrão normativo). Ao lado disso, não se pode deixar de mencionar a influência que o português sofreu das línguas indígenas e sobretudo das línguas africanas durante o processo de sua implantação no Brasil.

#### **2.1.1.2 O elemento indígena**

Quando os portugueses aqui chegaram, várias línguas indígenas eram faladas na costa do Brasil. De modo geral, pode-se traçar o seguinte quadro lingüístico pré-cabralino: na costa de São Paulo era falado o Tupi, na região sul, o Guarani; no Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Amazônia, o Tupinambá, no interior do Nordeste, predominavam os cariris e suas línguas; e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as línguas do grupo macro-jê.

O tupi e o tupinambá vão servir de base para a formação das línguas gerais, que serão amplamente utilizadas por colonizadores, índios e mestiços, até meados

do século XVIII, quando então se consolida a implantação da língua portuguesa no Brasil.<sup>10</sup>

Porém, devido à sua falta de adaptação ao regime de subserviência que o homem branco tentara lhes impor, os índios se refugiaram nos locais mais recônditos do país, ou foram exterminados. Onde houver desenvolvimento econômico os índios serão expulsos. Só no primeiro século de colonização portuguesa, mais de um milhão de índios foram exterminados e com isso, as suas línguas e culturas.

Segundo Chaves de Melo (1971), o tupi foi a língua indígena que mais influenciou o vocabulário da língua portuguesa, com “cerca de 10.000 vocábulos”, especialmente, topônimos, ou seja, nomes de acidentes geográficos, rios, cidades, serras, etc. Como se pode citar: *Paraíba, Genipabu, Capibaribe, Comandatuva*; além de nomes de alimentos preparados: *beiju, mingau, moqueca*; frutos/fruteiras: *araçá, ananás, cajá*; objetos culturais: *peteca, arapuça, taba, cuia*; plantas alimentícias: *aipim, macaxeira, mandioca*; nomes de animais: *caititu, capivara, jacaré*, etc.

Constituem outros exemplos da influência indígena na fraseologia brasileira: “*estar ou andar na pindaíba; chorar pitanga; estar á tocaia; ficar de bubuia*”; posposição do advérbio *muito*: “*chuva muita; dinheiro muito*”. Destaca-se também a formação de alguns verbos a partir de radical tupi: *apinchar, capengar, sapecar, entocar, capinar, encangar, moquear, etc* (cf. Melo, 1971, p.47)

Com a expansão do uso da língua portuguesa e com a consolidação do projeto de dominação/aculturação implementado pelo colonizador europeu, as populações indígenas sobreviventes abandonaram suas línguas maternas e

---

<sup>10</sup> Na opinião de Mattos e Silva (2001), a questão das línguas gerais precisa ser melhor investigada. Segundo o historiador-antropólogo John Manuel (1994), o que se designa de *língua geral* (para línguas dos bandeirantes do século XVII) poderia ser um “português mal falado”, se constituindo em um antecedente histórico do *português geral brasileiro* uma das bases do português popular ou vernáculo.

passaram a utilizar o português. De acordo com Rodrigues (1986, p.545), “hoje sobrevivem em nosso território cerca de 180 línguas indígenas e cerca de 240.000 índios.”

### **2.1.1.3 O elemento africano.**

Os negros africanos constituíram-se em um grupo social importante da sociedade colonial e pós-colonial, recaindo sobre os seus ombros o principal da tarefa de produção da riqueza do país.

Importados da África para substituir a mão-de-obra indígena, os negros se integraram mais à sociedade brasileira, devido à sua atuação tanto no trabalho doméstico, como nas atividades produtivas (agricultura, mineração, etc).

De acordo com Castro (2002, p.62-3), durante mais de três séculos cerca de cinco a oito milhões de africanos foram introduzidos no país para substituir o trabalho ameríndio, o que originou um contingente populacional de 75% de negros e mestiços em relação ao número de portugueses e outros europeus, conforme o censo oficial de 1823, um ano após a independência.

Os negros foram trazidos de várias localidades da África, com o predomínio de duas regiões: uma que compreendia os países que se localizam em toda extensão abaixo da linha do equador; e outra que englobava os países do território da África Ocidental (sudaneses). Os oriundos da primeira região utilizavam línguas do tronco lingüístico banto (*umbundo, quicongo e quimbundo*). Em relação, ao oeste-africano destacam-se os de línguas pertencentes à família lingüística *kwa* (o *iorubá*, e o grupo *ewe-fon*). (cf. Castro, 2002, p. 39-43).



No Brasil havia uma preocupação com a distribuição dos escravos africanos, no sentido de não deixá-los agrupados nem por etnia, nem por família lingüística, para se evitar revoltas, motins e rebeliões. Esta mistura pode ter contribuído para o surgimento de línguas francas africanas, utilizadas como línguas de intercurso entre os escravos nas senzalas. Castro (1990) faz uma alusão ao trabalho realizado por Nina Rodrigues (1933) que documentou o uso do dialeto nagô (iorubá) como importante meio de comunicação entre os negros, na cidade de Salvador, no final do século XIX.

No século XVIII, a vinda de negros oriundos de uma região mais homogênea da África, para trabalhar na mineração de ouro e diamantes, favoreceu o surgimento de um dialeto, denominado “*dialeto das minas*”, que se constituiu em uma língua veicular diferente da que era usada no sistema de casa-grande e senzala.

A distribuição demográfica dos escravos africanos no país originou cinco focos de irradiação dos negros, conforme apresenta Silva Neto (1963, p. 38-39):

1. Bahia e Sergipe – campos de cana-de-açúcar, plantações de fumo, cacau, serviços domésticos no litoral;
2. Rio de Janeiro e São Paulo - plantação de café, cana-de-açúcar e afazeres urbanos;
3. Pernambuco, Alagoas e Paraíba – plantações de cana-de-açúcar e algodão no Nordeste;
4. Maranhão e Pará - cultivo do algodão;
5. Minas Gerais (século XVIII) – atividades de mineração que se estende até o Mato Grosso e Goiás .

Na tabela abaixo, encontra-se uma demonstração da distribuição da população escrava, em relação às outras etnias, às vésperas da independência do Brasil (adaptação de Kátia Mattoso 1990, p.65, *apud* Mattos e Silva, 2001, p.7)

Regiões	1819/ população escrava
<b>Norte</b>	<b>27. 3%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>33. 0 %</b>
<b>Leste</b>	<b>28. 1%</b>
<b>Sul</b>	<b>28. 9 %</b>
<b>Centro-oeste</b>	<b>40. 7 %</b>
Média	30. 0 %

Devido à mobilidade demográfica dos escravos africanos, Mattos e Silva (2000, p. 24) argumenta que foi pela “voz” dos negros e seus descendentes que o português brasileiro se espalhou nas várias regiões do país. Segundo ela, “os segmentos africanos e afro-descendentes se constituíram no agente propulsor da difusão do português no território brasileiro, na sua face majoritária, a popular ou vernácula”. Ainda na sua visão, o contato do português com as línguas africanas plantou as sementes do *português geral brasileiro*, que por sua vez, deu origem ao português popular falado. Esta concepção vai de encontro ao que é postulado por Silva Neto, Chaves de Melo, Silvio Elia, que atribuem a implantação do português no Brasil à supremacia cultural do colonizador europeu.

Segundo Silva Neto (1960, p. 111), a influência dos negros na formação da realidade sociolingüística brasileira se deu por intermédio de uma “ação urbana” e “ação rural”. A primeira se efetivou nas cidades do litoral, principalmente pela atuação das mulheres negras e dos negros dos serviços domésticos; e a segunda foi

exercida nas regiões interioranas do país, nos locais onde os negros eram encaminhados para as atividades de produção.

A grande massa populacional africana importada para o Brasil, quando aqui chegou, não sabia falar a língua portuguesa (exceto os escravos ladinos), tendo que aprendê-la de “oitiva”. Esse aprendizado não foi perfeito, favorecendo a “*ocorrência de processos de transmissão lingüística irregular*”, fazendo com que “*esse português defectivo servisse de modelo para a nativização da língua dos descendentes desses escravos*” (Lucchesi, 2001, p.100). Com isso, produziu-se alterações na gramática da língua alvo, o português, tendo como exemplo mais significativo desse processo a simplificação da morfologia verbal e nominal. Diversos estudiosos apregoam (Serafim, 1960; Melo, 1971; Houaiss 1985) que a influência mais marcante do contato do português com as línguas africanas, se faz sentir na simplificação/redução da morfologia de flexão nominal e verbal.

A influência das línguas africanas no português popular brasileiro foi bem maior do que a do tupi, embora menos extensa. A língua banto foi a que mais trouxe contribuição ao vocabulário do português brasileiro, a exemplo das palavras: *moleque, caçula, bunda, batuque, atabaque, bengala, búzio, chafariz, fubá, lundu, sova, cuscuz, carimbo, tanga, quitanda*, etc.

Melo (1971, p. 78-79) atribui algumas alterações presentes no português popular brasileiro à influência das línguas africanas, a exemplo:

- uma tendência de pluralizar os determinantes (que produz uma forma curiosa) *ques: “quis minino danado”*;
- fenômeno de deglutinação e aglutinação de fonemas, produzindo uma nova forma autônoma: *zarreio (os arreios), zóio (os olhos), zome (os homens); uma sala cheia de zome*;

- aglutinação do pronome oblíquo da expressão “*ir-se embora* > *ir simhora*”;

As línguas africanas também desapareceram, assim como a maioria das línguas indígenas. Castro (2002, p. 58) aponta alguns estudos recentes sobre religiões e falares africanos, que registram em pequenos glossários resquícios desses dialetos: o de base ewe-fon na Casa das Minas, em São Luís do Maranhão, o de base nagô-iorubá do terreiro de Póvoas em Itabuna, e os de base umbundo de Minas Gerais, em Belo Horizonte e Tabatinga.

Não obstante, muitas marcas do processo do contato do português com as línguas africanas ainda permanecem vivas nas formas lingüísticas que caracterizam os falares das camadas mais populares, ou a *norma vernácula* do português brasileiro.

## 2.2 A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PROCESSO DE SUA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Desde o século XVII, há registros que comprovam a existência de traços que são peculiares ao português brasileiro. Forte testemunho dessa situação, se encontra nas palavras do padre Antônio Vieira (Sermões, VII. Apud. Silva Neto 1963, p. 51):

... falam (as nações asiáticas) a língua portuguesa, *mais cada uma a seu modo*, como no Brasil os *de Angola*, e os *da terra*,...A Língua portuguesa ... tem avesso e direito: *o direito é como nós a falamos*, e *o avesso como falam os naturais*...meias línguas, porque eram meio políticos e meios bárbaros: meias línguas, porque eram

meio *potuguêsas, e meio de tôdas as outras nações que as pronunciavam* ou *mastigavam a seu modo*.

Desse modo, o português popular brasileiro apresenta algumas características que o diferenciam do português europeu. Como nos exemplos apresentados a seguir:

- simplificação da morfologia de flexão nominal e verbal - as regras de concordância nominal e verbo-nominal tornam-se bastante variáveis na fala: *os menino, as pessoa, meus filho, etc, os menino chegou*.
- em relação à morfologia verbal, há uma tendência para o uso das formas verbais de 1ª e 3ª pessoas do singular: *eu compro, tu/você, nós/agente compra, ele/eles/vocês compra*, em alguns casos o plural de 1ª pessoa perde o –s: *fazemo, cantamo, dividimo*. No pretérito perfeito o –a tônico dos verbos da 1ª conjugação passa para –e: *joguemo, andemo*.
- o uso do pronome *você /vocês* no lugar de *tu/vós* e *a gente* no lugar de *nós* são fenômenos que contribuem para o processo de simplificação do quadro pronominal do português brasileiro.
- supressão do –n na desinência –nd- do gerúndio: *comeno, fazeno, brincano*; estendendo-se, em alguns casos, para –mb: *tamém, tomem / também*;
- queda do r e l finais: *brincá/brincar; amo/amo; falá/falar; dotô/doutor; coroné/coronel, papé/papel; sá/sal...*;
- casos de rotacismo: *vorta/ volta; carma/calma; brusa/blusa; frô/flor..*
- semivocalização do l palatal: *véio/velho; muié/mulher; fia/ filha; teia/telha...*

- pronúncia diferenciada das vogais - e e - o pretônicas: *p'ssoa, c'roa*; (PE); *pessoa, coroa* (PB);
- redução da terminação verbal *-am* em *-o* : *fizeram/fizero*; *buscaram/buscaro*;
- generalização do uso da próclise: *me diga/diga-me*; *me empreste/empreste-me*. A mesóclise praticamente desaparece da língua falada.
- supressão de sílabas em determinadas palavras proparoxítonas: *musga/música*; *corgo/córrego*; *sabo/sábado*; *passo/pássaro*; *epa/época*..
- emprego da preposição *em* com verbos de movimento: *vou na rua, cheguei na rua...*;
- uso do pronome *mim* como sujeito de orações infinitivas: *pra mim fazer*; *pra mim comer...*;
- o não “chiamento” do *-s* e do *-z* implosivos de maneira generalizada (este só aparece em dialetos de algumas regiões do país, a exemplo do Rio de Janeiro);
- palatalização de *t* e *d* antes de *-i* : *dia/ džia, tia/tžia* (também variável em regiões do Brasil);
- uso do verbo *ter* pelo verbo *haver*: *tem gente ruim neste mundo*;
- ausência ou generalização do pronome *se* reflexivo: *ele levantou cedo*; *eu se preocupo com a violência no país*;
- maior realização do sujeito pronominal: *eu gosto das coisas certas*; *nós vamos ao cinema...*;
- uso do pronome reto (ele/ela) em função de objeto: *eu convidei ele para participar do programa*. Em outros casos a posição do objeto não é preenchida - objeto nulo: *ele trouxe os livros e deixou em cima da mesa*;

- simplificação de encontros consonantais: *outro/ôtu; pedra/pèda;*
- estratégias de relativização – uso da relativa cortadora e/ou com pronome lembrete: *os livros que eu gosto; o rapaz que eu falei dele está aí;*
- variação no emprego de tempos e modos verbais, a exemplo do uso das formas do indicativo em contexto do subjuntivo: *se a firma liberava ele, ele vinha/ se a firma liberasse ele, ele viria.*

Há um certo consenso de que estes aspectos caracterizam o português popular brasileiro, no entanto, as possíveis motivações de suas origens têm gerado controvérsias entre os estudiosos, cujas concepções serão expostas na próxima seção.

### **2.2.1 As hipóteses explicativas sobre a formação do português brasileiro**

Atualmente, duas posições têm norteado o debate sobre a formação do português brasileiro, principalmente na sua modalidade popular: uma que defende a *deriva natural* da língua e outra que defende a sua *crioulização prévia*.

Os defensores dessa primeira hipótese argumentam que as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu são oriundas da deriva secular das línguas românicas.

Esta concepção apóia-se na *teoria da deriva*, postulada pelo lingüista norte-americano Edward Sapir (1954.p: 151), segundo qual “a linguagem move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva.”

Desse modo, as sementes de mudanças já estariam, de certa forma, prefiguradas na própria estrutura interna da língua. E, para que tais mudanças

ocorram, vários fatores entram em ação: o fonético, morfológico, sintático e avaliação dos falantes. O contexto social dos usuários da língua é completamente desconsiderado.

Muitos estudiosos (Silva Neto, Chaves de Melo, Houaiss, Cunha e Câmara Jr.) têm se valido dessa concepção para explicar as modificações ocorridas no português brasileiro. Apesar de contraditoriamente, admitirem a existência de crioulos ou semicrioulos provenientes do contato do português com as línguas indígenas e africanas, no início da colonização, afirmam que estes teriam desaparecido posteriormente. Veja-se, por exemplo, o que dizem Silva Neto (1960, p: 18) e Houaiss (1985, p.119):

Como se sabe há uma deriva indo-européia que caminhava no sentido da simplificação das flexões. Apenas no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que só se daria no curso de várias gerações.

Houve no Brasil uma tendência reducionista pan-brasileira de tipo crioulizante, mas há dúvidas quanto as causas: influência do substrato, adstrato indígena, substrato africano, por ambos os casos, ou será por causa das derivas portuguesas?

Apesar de sua orientação sociolingüística, esta é a concepção defendida por Anthony Naro e Marta Scherre (1993, 2001). Para eles, as características atuais do português brasileiro são oriundas das tendências estruturais já existentes no português europeu, antes mesmo do descobrimento do Brasil, e que o contato entre línguas só fez acelerar esse processo, constituindo-se numa “*confluência de motivos*”.



Segundo Naro & Scherre (1993, p. 442), a variabilidade na regra de concordância verbal – tida como de origem crioula - teria suas origens em uma mudança fonológica, ou seja, a *desnasalização* da sílaba final não acentuada: *comem > come; dormem > dorme*. Posteriormente, por questão de analogia, esta simplificação se estenderia para outros contextos mais salientes do tipo: *comeram > comeu; venderam > vendeu; são > é*. Neste caso a diferença não é mais fonológica, consistindo na substituição de uma desinência verbal por outra. Desse modo, “a *redução morfológica de concordância seria um desenvolvimento mais tardio, criado a partir da redução fonológica*”.

Quanto à concordância nominal, para estes autores, suas origens estariam fundamentadas “no português dialetal da Europa, que, por sua vez, estava dando continuidade a uma deriva pré-românica”, ou seja, o enfraquecimento e queda do –s final já registrado no latim clássico. Mais uma vez o componente fonológico seria o propulsor da mudança. Assim, estes fenômenos “teriam uma *explicação europeia*, sem sofrer influências externas do tipo ameríndia ou africana”. ( Naro e Sherre, 1993, p. 443).

A hipótese da criouliização prévia do português brasileiro é defendida pelo lingüista norte americano Gregory Guy (1981,1885). Para ele, as condições nas quais se deu a implantação do português no Brasil foram favoráveis para processos de criouliização da língua, nos primeiros séculos de colonização. Para provar sua tese, Guy considerou aspectos da realidade sócio-econômica da época, bem como a análise de duas variáveis lingüísticas: *a concordância nominal no interior do sintagma nominal e a concordância sujeito-verbo*.

De acordo, com essa hipótese, inicialmente ocorreu a perda das regras de concordância, em conseqüência do processo de criouliização prévia, pois, houve

posteriormente, um processo de re-aquisição de tais regras proveniente do contato do português popular com o português culto, configurando-se em um “*processo de descrioulização*”, no qual o português brasileiro estaria mudando em direção à *língua alvo*, ou português europeu.

Fernando Tarallo (1993a) discorda dos argumentos apresentados por Guy. Para ele, o português brasileiro estaria se distanciando do português europeu. Baseando-se na análise de dois fenômenos lingüísticos: *as construções relativas e a retenção pronominal nas sentenças encaixadas e matrizes*, (sujeito lexical vs. objeto nulo; estratégias de relativização: padrão, cortadora e com pronome lembrete), este autor vai afirmar que, o panorama lingüístico brasileiro representa justamente o caminho oposto do que é proposto por Guy. Desse modo, as mudanças operadas no português brasileiro estariam caminhando não para a aproximação da *língua alvo*, o português europeu, mas, sim para o seu distanciamento.

Esta proposta será refutada por Lucchesi (1994, 2001), a partir de uma outra linha argumentativa. Segundo ele, as conseqüências do processo de aquisição do português, como segunda língua, por milhares de negros africanos, não foram suficientemente fortes para originar uma outra entidade lingüística, ou seja, um *pidgin ou crioulo*, mas, sim, processos de *transmissão lingüística irregular do tipo leve*, provocando erosão em partes da gramática da língua alvo, a exemplo das regras de concordância nominal e verbal. Estas seriam recompostas, posteriormente, de acordo com o contato das futuras gerações com estruturas mais próximas da língua alvo.

A realização das regras de concordância nominal e verbal por pessoas mais jovens, com maior grau de escolaridade ou que mantiveram contato com padrões lingüísticos semicultos, é um fenômeno que indica que o português brasileiro está

caminhando em direção à norma culta, um modelo mais próximo do português europeu, como têm demonstrado várias pesquisas sociolingüísticas, inclusive as realizadas por Lucchesi, em seu reconhecido trabalho de busca de vestígios *descrioulizantes* em comunidades rurais de afro-descendentes, no interior do Estado da Bahia.

Apesar das divergentes concepções de se analisar os fatos, evidências históricas comprovam que, de alguma forma, o contato entre línguas afetou a realidade lingüística brasileira. Este contato, porém, não foi uniforme em todos os setores e regiões do país, atingindo mais a fala das camadas populares e/ou residentes no interior, que, não por coincidência, são as mais excluídas do processo de desenvolvimento do país. Este fato porém, não descarta a atuação da hipótese de deriva da língua, nos processos de mudanças ocorridas na norma culta.

Os efeitos da escolarização, dos meios de comunicação de massa, a integração das pessoas nos espaços de cidadania têm contribuído para um maior nivelamento lingüístico, diminuindo com isso os efeitos da bipolaridade lingüística como evidenciada, primeiramente, por Silva Neto e mais recentemente, por Lucchesi.

Diante disso, tornar-se pertinente a afirmação de Teyssier (1997, p. 98) de que no Brasil, “as diferenças na maneira de falar são maiores, em determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originário de duas regiões distantes uma da outra.”

## SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 3.1 A SOCIOLINGÜÍSTICA E A TEORIA DA VARIAÇÃO

Este trabalho de investigação apóia-se nos pressupostos da Sociolingüística Variacionista. Esse modelo teórico-metodológico, desenvolvido por William Labov nos anos 60, abriu novos horizontes para os estudos lingüísticos ao postular que língua e sociedade estão intrinsecamente relacionadas e que a variação é inerente ao sistema lingüístico, isto é, a variabilidade/heterogeneidade lingüística é um fenômeno presente em todas as línguas naturais. Desse modo, a variação lingüística constitui-se no objeto de estudos sociolingüísticos e passa a ser entendida como “um principio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente” (Mollica, 2003, p. 10)

A língua é vista como um fato social, concreto e que é utilizada por uma comunidade de fala real e heterogênea, na qual a variação pode ser observada não só na fala entre os indivíduos, como na fala de um mesmo indivíduo. Assim, em qualquer comunidade de fala, é comum a ocorrência de formas em variação, ou *variantes lingüísticas*, que, como bem definiu Tarallo (1986, p. 8), significam “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”.

Essa concepção se opõe aos estudos estruturalistas, que concebem a língua como um sistema abstrato, homogêneo, regido por leis próprias, não passível de variação. Segundo o modelo laboviano, a variação é o elemento propulsor de mudança, daí a convicção dos sociolingüistas de que a relação entre variação e

mudança é “o caminho privilegiado para se estudar o processo de mudança lingüística” (Lucchesi, 1988, p. 182).

Ao determinar a sistematicidade da variação, a sociolingüística assume a postura de que a variação não é livre, como apregoavam os estruturalistas, mas condicionada por fatores internos (lingüísticos) e externos (sociais). Com base neste princípio, o emprego das formas variantes não se dá de maneira aleatória, mas é determinado por *grupos de fatores* (variáveis independentes) de ordem estrutural ou social. Estes exercem pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua freqüência de ocorrência, ou em outras palavras, para cada variante correspondem certos contextos que favorecem (ou não) o seu uso.

A análise lingüística não se limita apenas aos fatores internos da língua, como postulavam os estruturalistas. Mesmo reconhecendo a importância de se observar o encaixamento da mudança na estrutura lingüística, para a sociolingüística este fato não é suficiente para se explicar a mudança lingüística. Essa nova formulação teórica passa a considerar a língua enquanto produto histórico que acompanha de perto a evolução da sociedade e reflete de certo modo os padrões de comportamento lingüísticos, que variam em função do tempo e do espaço. Também o falante passa a ter um papel ativo no processo de mudança lingüística, pois como afirma Lucchesi (1998. p. 187):

... o que se oferece ao falante não é um sistema homogêneo, unitário e imutável, que se impõe de forma irredutível, mas um sistema heterogêneo sobre o qual o falante atua de acordo com as disposições estruturadas em que a prática lingüística se atualiza. Desse modo, o falante, numa determinada circunstância, seleciona, de forma mais ou menos consciente, uma dentre as variantes concorrentes na estrutura lingüística.

Assim sendo, a fonte de investigação da teoria variacionista são os dados produzidos em situações reais de uso da língua. Isto significa que a formulação

teórica da sociolingüística se baseia no *vernáculo*, ou seja, no “veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face.” Ao tipo de interação verbal no qual o mínimo de atenção é prestado ao “*como*” da enunciação (Tarallo, 1986, p. 19).

Ao invés da *língua*, como faziam os estruturalistas, a análise sociolingüística centra o seu foco de atenção na gramática da comunidade de fala. Desenvolvendo estudos sobre a gramática de uma comunidade de fala, é possível observar, analisar e descrever quais as variantes lingüísticas que se encontram em concorrência, considerando-se os fatores lingüísticos e extralingüísticos favorecedores do uso de uma ou de outra forma. Define-se, assim, o **encaixamento** estrutural e social da variável lingüística na comunidade estudada.

O modelo variacionista pressupõe ainda que uma mudança lingüística é resultado de variação, mas nem toda variação implica em mudança. Isso equivale dizer que as variantes podem permanecer estáveis (*variação estável*), ou seja, as mesmas formas continuam se alternando durante um período de tempo que pode ser longo, ou podem sofrer mudança, quando uma forma entra em desuso e desaparece, configurando-se num fenômeno de *mudança em progresso*. Por isso, como afirma Mollica (2003, p. 11): “cabe à Sociolingüística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos lingüísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático”.

De acordo com Tarallo (1986), para se compreender melhor as características variáveis que se apresentam em um sistema lingüístico em determinado momento, deve-se considerar também a dimensão histórica da língua. Para tanto, o pesquisador interessado em investigar os fenômenos de variação e de mudança

lingüística deverá guiar o seu trabalho no tripé presente-passado-presente. O processo é iniciado no presente; retornando-se ao passado *para o devido encaixamento histórico das variantes*; voltando-se ao presente para encerrar o ciclo da análise. Assim, a tarefa de verificar as origens sociais e as motivações de uma dada inovação lingüística implica na observação da *mudança em curso*, preferencialmente nas situações em que os dados sejam bem evidentes.

Tendo em vista a impossibilidade de se estudar uma mesma comunidade de fala por tempo suficiente para que alguma mudança lingüística se verifique, a solução para se perceber uma mudança em curso é coletar dados de pessoas de faixas etárias distintas, utilizando-se o recurso do *tempo aparente* (primeira dimensão histórica da análise). Nesse caso, os fatores condicionadores internos devem ser correlacionados ao fator idade, e a situação de estabilidade das variantes ocorrerá se não houver nenhum tipo de correlação entre a regra variável e a faixa etária dos informantes. Geralmente, os mais jovens tendem a utilizar as *formas mais inovadoras*, enquanto os mais velhos as *formas mais conservadoras*. O estudo sincrônico da mudança lingüística abriu espaço para a superação da dicotomia entre diacronia e sincronia, como postulado pelo estruturalismo lingüístico.

Desse modo, um estudo variacionista deve buscar descrever de forma detalhada a *variável dependente*, compreendida como o fenômeno lingüístico que se realiza apoiado em formas variantes. Utilizam-se, para este detalhamento, as *variáveis independentes ou explanatórias*, que se referem aos fatores lingüísticos e não lingüísticos que condicionam a realização do fenômeno analisado. Caso seja observada uma mudança lingüística, o pesquisador deverá explicar quais as condições que a favoreceram ou a restringiram (*problema das restrições*); quais as etapas percorridas para sua realização (*problema da transição*); como esta se insere

na estrutura lingüística e social da comunidade de fala (*problema do encaixamento*); como os falantes reagem diante do processo de variação e mudança (*problema da avaliação*); e por fim, o porquê de tal mudança ter se realizado em tal comunidade e em determinado momento, e não em outra comunidade e em outro momento (*problema da implementação*) (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968). Segundo Lucchesi (1998), este último problema pressupõe uma visão muito “casualista” da mudança, pois quando se trabalha com processos sociais e culturais, torna-se muito difícil, epistemologicamente, se determinar as causas de uma mudança.

A Teoria da Variação Lingüística foi formulada, inicialmente, para o estudo de fenômenos morfofonológicos, nos quais a variação é facilmente observável. No entanto, com o surgimento das pesquisas sobre fenômenos sintáticos, os contextos focalizados se tornaram mais complexos, gerando uma polêmica sobre o pressuposto básico da proposta variacionista, ou seja, “a manutenção do significado nas formas alternantes” (Paredes da Silva, 2003, p. 68).

Para Beatriz Lavandera (1884, *apud* Paredes da Silva, 2003), a questão da equivalência semântica das formas variantes, para além do plano fonológico, representa um obstáculo para os estudos variacionistas. Criticando a concepção restrita de significado postulado por Labov & Weiner (1983), que insistem na manutenção do valor de verdade do significado, ela propõe o enfraquecimento da condição de equivalência semântica, substituindo-a pela noção de “*comparabilidade funcional*”. Para Paredes da Silva (2003, p. 69), essa diferenciação “tem conseqüências na definição daquilo que se toma como variável dependente a ser estudada”. Assim, o que Lavandera considera um fenômeno variável, não o é necessariamente para Labov.



No entanto, de acordo com Paredes da Silva, a análise variacionista tem como lidar com essas diferenças relacionadas a questões semânticas e/ou discursivo-pragmáticas, através do controle dos fatores correlacionados ao fenômeno em análise.

Outro elemento importante é a questão do contexto, ou seja, a exigência de que as formas variantes ocorram num mesmo contexto. No que se refere a fenômenos sintáticos, há uma preocupação dos estudiosos em estudá-lo em seu contexto discursivo, e não na sentença isolada. Por conta disso, tem-se observado uma nova tendência entre os pesquisadores variacionista, no sentido de ampliar o campo de investigação dos fenômenos lingüísticos para domínios mais abrangentes. O Surgimento desses novos aspectos não tira os méritos da abordagem clássica laboviana, ao contrário, apontam para os avanços da Teoria Variacionista, “permitindo estender a precisão da metodologia variacionista a áreas do conhecimento lingüístico inicialmente não imaginadas” (Paredes da Silva, 2003,p.71).

### 3.2 O CONCEITO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR

O conceito de *transmissão lingüística irregular* foi desenvolvido, no âmbito da crioulistica, para designar os processos de contato prolongado entre línguas, no qual a língua do dominador constitui-se em modelo, tanto para a formação de uma nova entidade lingüística (língua *pidgin* e/ou *crioula*), bem como para o surgimento de uma variedade da língua já existente nesta situação de contato (língua alvo) (cf. Lucchesi, 1999, 2000, 2003)

Esse fenômeno é decorrente, sobretudo de situações nas quais um número considerável de pessoas adultas, que, na maioria dos casos, utilizam mutuamente línguas ininteligíveis, é obrigado a adquirir uma segunda língua em caráter emergencial para satisfazer suas necessidades básicas de comunicação, em situações de relações comerciais e/ou de subordinação. A exemplo do que ocorreu durante o período de colonização europeia na Ásia, na África e na América, nos séculos XV a XIX, que resultaram na criação de várias línguas *pidgins* e *crioulas*, como conseqüências da transplantação do inglês, francês, português e espanhol, para estes territórios (ex.: *minas*, *entre-postos comerciais* e *platações*). No Brasil, ocorreu fato semelhante durante o período de dominação/colonização portuguesa, no qual um enorme contingente de negros importado da África e populações autóctones, em regime de escravidão, tiveram que aprender de oitiva a língua do dominador, ou seja, o português.

A nova modalidade da língua alvo que se forma neste contexto, é caracterizada por uma forte *erosão gramatical*, já que são mantidos apenas os elementos essenciais para a manutenção das funções comunicativas elementares da língua, muitas vezes restringindo-se ao repasse e compreensão de ordens. De acordo com Luccchesi (2003, p. 273), essa erosão/simplificação gramatical se deve aos seguintes fatores:

- (i) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- (ii) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, o acesso aos dispositivos da

*faculté du langage*, que atuam naturalmente no processo de aquisição de língua materna;

- (iii) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo o de fundamentalmente a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo.

Com a continuidade da situação de contato, a nova variedade da língua alvo, por gozar de um maior prestígio sociolingüístico, passa a ser utilizada pelos falantes das outras línguas, em situações outras de interação verbal na comunidade de fala, ampliando, paulatinamente, as suas funções comunicativas, transformando-se, inclusive, em modelo de aquisição de língua materna para os descendentes da população dominada. Essa *expansão funcional* da variedade segunda da língua alvo vai gerar a necessidade de uma reestruturação gramatical mínima – *expansão gramatical*, já que, devido a sua limitação estrutural, o antigo código de emergência não é capaz de atender às novas exigências de sua expansão funcional. Essa reestruturação pode se dar a partir de estruturas ou dispositivos gramaticais das outras línguas (*influências de substrato*) ou através de processos de *gramaticalização*<sup>11</sup> de itens lexicais da língua alvo (ou *língua lexificadora*). Segundo Lucchesi (2000), esse processo de *expansão funcional* e de *expansão gramatical* se dá de forma dialética, já que uma acontece em função da outra. A socialização da língua alvo entre os falantes das outras línguas – constituindo-se um sistema de interação verbal secundária - é imprescindível na implementação de todo esse processo.

---

<sup>11</sup> Segundo Meillet (1912, apud. Castilho 1997, p. 28), a *gramaticalização* é um dos principais processos de mudança gramatical. Ele postula a existência de três classes de palavras: as principais, as acessórias e as gramaticais, apontando que entre elas há um processo de transição gradual, que ele denominou de *gramaticalização*, que é entendida como a ‘atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo’.

Grosso modo, este seria o contexto arquetípico da formação de línguas *pidgins* e *crioulas*. Por exemplo, foram nessas situações que se formaram os crioulos de base portuguesa das Ilhas de Cabo Verde, o crioulo de base inglesa da Jamaica e o de base francesa do Haiti.

No entanto, os processos históricos de contato entre línguas são diversificados considerando-se os seus parâmetros sócio-demográficos e étno-lingüísticos. Sendo assim, Baxter e Lucchesi (1997, p. 74), salientam que: “a idéia de que a criouliização é variável foi proposta de maneira explícita por Baker (1982) e Bickerton (1984)”. Estes estudiosos constataram que os resultados de uma transmissão criouliizante podem ser mais ou menos radical de acordo com nível de influência da língua alvo, em relação aos falantes das línguas de substrato. Em outras palavras, se houve uma maior influência da língua alvo, o resultado será um produto mais próximo da língua original, como ocorreu, com o crioulo de base francesa na Ilha de Reunión; por outro lado, se houve pouco contato com os modelos da língua alvo, o resultado será um produto bem diferente e distante da língua de superstrato, a exemplo dos crioulos formados em comunidades quilombeyras de saramacan , no Suriname, e El Palenque de San Basílio, na Colômbia.

Nos casos em que os falantes das outras línguas, incluindo os seus descendentes, têm um acesso restrito aos modelos da língua alvo, durante a situação de contato, a expansão gramatical do nova variedade lingüística é feita a partir dos processos de reestruturação original da gramática e através da transferência de estruturas oriundas das línguas de substrato, dando origem a uma nova entidade lingüística completamente diferente da língua alvo, isto é, um pidgin e/ou crioulo.

Por outro lado, se no decorrer do período de contato, houver um aumento do acesso dos falantes das outras línguas e, sobretudo, de seus descendentes, aos modelos da língua alvo, há uma tendência de que esses modelos, por gozar de maior prestígio sociolingüístico e se transformar em um ideal normativo, sobrepujem os processos de transferências de estruturas das línguas de substrato, sendo menos intensos os casos de reestruturação original da gramática. Desse modo, o resultado desse processo pode não ser a formação de um pidgin e/ou crioulo, mas uma variedade da língua alvo, marcada por traços característicos do processo de transmissão lingüística irregular que ocorreu durante a socialização/nativização entre os falantes das outras línguas e as crianças que nasceram nesta situação sociolingüística. Esse fato corrobora o pressuposto de se pensar o contato entre línguas para além da pidginização e criouliização, abrangendo um conceito mais amplo de transmissão lingüística irregular (Lucchesi, 2000, 2003).

O mais importante, é que, tanto nos processos de pidginização/criouliização, como nos de transmissão lingüística irregular, o que está em jogo é a necessidade de recomposição das estruturas gramaticais (dispositivos morfossintáticos) que foram inicialmente perdidas no período de aquisição da língua segunda pelos falantes das línguas de substrato. Esta recomposição será maior ou menor de acordo com o grau de intensidade do processo de erosão gramatical ocorrida no início da situação de contato. Quanto maior o contato dos falantes das outras línguas com os modelos da língua alvo, menor será o grau de erosão da gramática e da necessidade de sua recomposição.

O processo de reestruturação gramatical típico da transmissão lingüística irregular, apresenta-se da seguinte forma: inicialmente há perda/simplificação dos dispositivos morfossintáticos e, posteriormente, há um incremento (recomposição)

dessas estruturas que foram perdidas. Com base nesse pressuposto, Lucchesi (2003, p. 276) aponta três características básicas do processo de transmissão lingüística irregular:

- (i) perda, ou variação no uso da morfologia flexional de palavras gramaticais;
- (ii) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outras coisas, movimentos aparentes na estruturação da sentença; e
- (iii) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura lingüística.

No entanto, vale ressaltar, que tais características não são exclusivas dos processos de contato entre línguas, mas o diferencial está justamente, no grau de intensidade/quantidade das mudanças processadas num curto espaço de tempo, e no nível de modificações operadas na língua lexificadora.

Mesmo nas línguas crioulas os processos de reestruturação gramatical se dão de forma diversificada, em alguns casos, de modo mais profundo (ex.: do crioulo francês do Haiti e o angolares), e, em outros, de modo menos profundo (ex. crioulo francês da Ilha de Réunion e o de Cabo Verde). Outro fato importante é o de que , em ambos os casos, durante esta fase há uma concorrência entre os dispositivos das línguas de substrato e de reestruturação original da gramática e os modelos da língua alvo.

Da mesma sorte que os processos de pidginização/crioulização, a transmissão lingüística irregular deve ser analisada considerando-se os fatores de ordem lingüística e de ordem sócio-histórica. Dentre estes últimos encontram-se: o contingente populacional dos falantes da língua alvo e das outras línguas; a

homogeneidade e heterogeneidade da população escrava, já que no primeiro caso há possibilidades de haver uma maior transferência das línguas de substrato para a nova língua originada na situação de contato, enquanto que, no segundo caso, há probabilidade de maior influência da língua de superstrato; a introdução de nova população no contexto de contato, ocasionando a reintrodução de variedades mais defectivas da língua alvo na fase de socialização/nativização; e, a quantidade de pessoas nascidas (descendentes) oriundas desses contextos favorecendo a nativização.

Os processos de transmissão lingüística irregular, constituem-se em um *contínuo* de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma segunda língua, adquirida de forma imperfeita, em situações sócio-históricas bem delimitadas; sendo que a crioulização típica situa-se no extremo desse *contínuo*.

Dentre os fatores lingüísticos, pode ser apontada a criação de um código emergencial recorrendo-se a elementos do repertório da língua dos grupos dominantes, que inicialmente, como já foi dito antes, apresenta uma perda/redução de substância gramatical que atinge, principalmente, “as estruturas mais abstratas, de menor funcionalidade comunicativa e de carga semântica mais tênue ou menos transparente” , este fato compromete em maior ou menor grau, as marcações morfológicas das categorias de caso, concordância verbal e nominal, tempo, modo, aspecto, as relações sintáticas de regência, coordenação e subordinação, os processos de anáfora e de movimento na estrutura da sentença; havendo depois, um processo de recomposição da matéria gramatical que foi perdida (Lucchesi 2000, p. 105).

Outro fator importante a ser considerado, é o contexto sociolingüístico de aquisição de uma língua na situação de contato. Este é bem diferente dos processos

de transmissão regular de uma língua natural. Na transmissão regular, a língua dos pais passa aos filhos naturalmente, ou seja, estende-se à descendência, direcionada por um modelo pleno com todas as estruturas para que a criança adquira/desenvolva a sua língua materna. Com base nesses dados, a criança desenvolve sua gramática, não idêntica, mas próxima à gramática da língua de seus pais. As mudanças operadas se dão de forma gradual, comparando-se a gramática de pais e filhos. Já nos processos de transmissão lingüística irregular, os adultos que falam a língua alvo como segunda língua (L2) fornecem os dados lingüísticos para a criança (usando a terminologia gerativista Dados Lingüísticos Primários -DLP), contendo informações morfossintáticas bastante variáveis e defectivas, e é com base nesses dados que a criança fixará os parâmetros da gramática de sua língua materna; e, como a criança precisa de uma gramática plena, há a necessidade de reestruturação.

Esse processo de reestruturação gramatical, pode resultar no surgimento de uma nova língua com uma gramática independente da língua de superstrato (crioulização), ou simplesmente, uma variedade da língua alvo, caracterizando o que Lucchesi (2003) denomina de *transmissão lingüística irregular do tipo leve*. A diferença entre um e o outro caso está justamente no grau de intensidade das mudanças ocorridas. Nos casos de crioulização típica, há uma grande perda da morfologia flexional dos nomes e dos verbos e das regras de concordância a elas relacionadas; geralmente, estas são completamente eliminadas, como nos casos dos crioulos portugueses da Guiné-Bissau, Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Desse modo, os casos de gramaticalização para recomposição das regras gramaticais que foram perdidas são bem mais profundos, a exemplo de um advérbio se transformar em um morfema flexional do verbo.



Nos casos de transmissão lingüística irregular do tipo leve, esses processos são menos profundos, havendo mais a variação nos padrões de uso desses dispositivos gramaticais do que mudanças radicais na estrutura da língua.

Considerando-se a realidade sócio-histórica de formação do português brasileiro, pode-se inferir que a variação que se verifica, sobretudo, em suas variedades populares, é proveniente do contato entre línguas, africanas e autóctones, com o português, que originou processos de transmissão lingüística irregular do tipo leve, já que, na nossa realidade lingüística não ocorreram processos típicos de crioulização, ou seja, não houve a recriação de dispositivos originais na estrutura gramatical da língua alvo, através dos processos de gramaticalização e/ou transferências das línguas de substrato. A variedade lingüística formada nesse processo apresenta algumas lacunas em sua estrutura gramatical que aos poucos vão sendo preenchidas pelos dispositivos da língua de superstrato, originando um quadro de variação binária entre a presença e ausência de certos mecanismos gramaticais da língua alvo, a exemplo das regras de concordância nominal e verbal.

Conforme Lucchesi (2000, p. 122) os processos de transmissão lingüística irregular, que influenciaram a formação das variedades populares do português brasileiro, corresponderiam as seguintes etapas:

- (i) Fase inicial: variação, mais ou menos intensa, no uso dos mecanismos gramaticais, sendo mais rara a eliminação desses mecanismos; opacidade relativa nos estímulos-gatilhos que possibilitam a aquisição de valores diferenciados nos parâmetros sintáticos;
- (ii) Fases seguintes: manutenção do quadro de variação, em que se observa a concorrência entre as formas gramaticais reintroduzidas a partir da influência da língua alvo e potenciais processos de gramaticalização que emergem na

heterogeneidade da fala; a variação nas freqüências de uso dos parâmetros sintáticos.

O produto de todo esse processo varia de acordo com o fato gramatical analisado e, dentre os seus resultantes, pode-se observar o seguinte cenário: “eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo”. (Lucchesi, 2003, p. 277), tendo como conseqüência, por exemplo, a eliminação de certas categorias flexionais do verbo, como se observa nos dialetos populares do português brasileiro - PPB.

Assim, para a determinação da influência dos processos de transmissão lingüística irregular na complexa realidade sociolingüística brasileira, deve-se considerar tanto o item da estrutura lingüística analisado (*sua função mais ou menos abstrata, transparência semântica, e o valor mais ou menos marcado do parâmetro sintático em jogo*) , quanto à comunidade de fala em que esse item é estudado (grau de contato lingüístico da comunidade, contato com os modelos da língua alvo, etc).

Um ponto fundamental de todo processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo contato entre línguas, é a perda de morfologia flexional e das regras de concordância nominal e verbal da língua alvo, que pode se dar de forma mais radical, nos casos de crioulização típica, ou de forma menos profunda, com a formação de um quadro de variação cuja intensidade também é variável de acordo com cada caso. A situação sociolingüística do português brasileiro parece se enquadrar neste segundo contexto.

### 3.3 METODOLOGIA

#### 3.3.1 O universo de observação: as comunidades

Para a realização deste trabalho, foram analisadas amostras de quatro comunidades de fala, quais sejam: Helvécia, Barra e Banana (Rio de Contas), Cinzento e Sapé. Essas comunidades apresentam como traço característico comum o fato de serem originadas de agrupamentos de negros africanos que foram trazidos para estas localidades como mão-de-obra escrava, o que corrobora o pressuposto de que estas se constituíram em espaços privilegiados para a ocorrência de processos de transmissão lingüística irregular e que, de certa forma, influenciaram na formação da realidade lingüística dos dialetos rurais brasileiros. A seguir, será apresentada uma breve caracterização de cada uma dessas comunidades.

##### 3.3.1.1 A comunidade de Helvécia.

A comunidade de Helvécia fica localizada no município de Nova Viçosa, Extremo Sul do Estado da Bahia. Sua origem se deu a partir da Colônia de Leopoldina (1818), fundada por imigrantes europeus (alemães, franceses, e suíços), que durante o século XIX se deslocaram para esta região e se dedicaram ao cultivo e exportação de café, utilizando para esse fim a mão-de-obra escrava.

Em menos de meio século de fundação, a Colônia Leopoldina já demonstrava a sua prosperidade com a existência de 40 fazendas e uma população de 200 brancos e 2 000 negros, estes últimos, em sua maioria, já eram naturais da futura vila de Helvécia. (cf. Toelsner, *apud* Ferreira, 1988, p.22). No entanto, com o

declínio da cultura do café e a abolição da escravatura (1888), a colônia Leopoldina entraria em decadência fazendo com que os fazendeiros abandonassem a região, alguns retornaram para seus países de origem, deixando para trás um grande número de escravos que se mantiveram no local, sem se dispersarem, como era de costume na época. Também com a decadência da cultura cafeeira, os ex-escravos voltaram sua atenção para a construção da ferrovia Bahia-Minas, cuja inauguração ocorreu no ano de 1897.

Para muitos estudiosos, o fato de os fundadores da atual comunidade de Helvécia não falarem o português como língua materna, e a situação de isolamento em que permaneceram os ex-escravos que formaram a sua população foram fatores que contribuíram para alterações em seu sistema lingüístico (cf. Zimmerman, 1999, *apud* Baxter e Lucchesi, 2004)

Uma das primeiras observadoras dessas alterações foi a professora Carlota Ferreira, que na década de 60, quando colhia dados para a elaboração do Atlas Prévio dos Falares Baiano, foi até a comunidade de Helvécia atraída por comentários, sobretudo dos mais jovens, de que ali havia pessoas que “falavam diferente, engraçado, principalmente os mais velhos” e que muitas vezes, a sua fala era de difícil compreensão até para eles que eram naturais do lugar (Ferreira, 1988, p.22). Assim, mesmo sem os recursos adequados, foram entrevistados 02 informantes mais velhos, um homem com 80 anos e uma mulher com 75 anos, com avós africanos. Os fatos registrados pelas inquiridoras, na época, apontavam para “remanescentes de um falar crioulo”. E foi justamente na morfossintaxe que se observou “os maiores indícios desse crioulo” (*id.,ibid.*).

Nos anos 80 e 90 um grupo de pesquisadores do projeto *Vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras*, da UFBA, retornou a

Helvécia e constituiu duas amostras de fala num total de 40 horas de gravação. Com base na análise dessas amostras, constatou-se que muitas das características observadas na década de sessenta ainda podiam ser encontradas no dialeto da referida comunidade, em especial na fala das pessoas mais velhas, embora se deva ter em conta que a frequência da variação que se verificou naquela época deveria ser bem maior do que a que se constata nos dias atuais.

Segundo Lucchesi (2000, p.86) os aspectos *crioulizantes* detectados no dialeto de Helvécia estão relacionados “com o processo massivo, defectivo, e não normatizado de aquisição/nativização do português por parte dos escravos africanos trazidos para a Colônia Leopoldina e seus descendentes crioulos”. Esse fato pode ser confirmado pelo elevado número de africanos, sobretudo escravos de lavoura, que habitavam as fazendas naquela época. Nesse contexto, os descendentes dos africanos tiveram pouco acesso aos modelos do português de falantes nativos. Ao contrário, os modelos que eram fornecidos às crianças escravas nascidas na colônia eram os de português falado como segunda língua, o que teria provocado um processo de semi-crioulização no dialeto da comunidade, conforme foi observado por Ferreira, nos anos sessenta.

Em 1996, a comunidade de Helvécia possuía uma população de 16.474 habitantes, destes 15.108 habitavam na zona rural, e apenas 1.336 residiam na sede. A agricultura, a pecuária e a indústria de celulose são a base da economia da região. Como acontece na maioria dos pequenos municípios, os moradores de Helvécia são pequenos produtores rurais que se dedicam à agricultura de subsistência, com o cultivo de milho, feijão, arroz, batata, abóbora, além do cultivo e beneficiamento da mandioca, isto é, da produção de farinha. Parte do que sobra de sua produção é vendida nas feiras livres. Os mais jovens e de melhor poder

aquisitivo empregam algum tipo de implemento agrícola em suas lavouras. Os mais velhos, além do pequeno provento da lavoura, contam com o benefício da aposentadoria para reforçar o orçamento familiar.

A implantação da indústria da celulose causou um certo impacto não só no panorama econômico, como também nos aspectos social e ambiental da região. Muitas famílias foram desabrigadas/desapropriadas para darem lugar às grandes plantações de eucalipto; assim, algumas se viram obrigadas a trabalhar em propriedades dos parentes ou se transformaram em mão-de-obra barata nas grandes propriedades rurais da região. Esse aspecto favoreceu a saída dos mais jovens em busca de emprego (homens e mulheres) para as cidades vizinhas (Teixeira de Freitas Ba., Nanuque-MG), ou grandes centros urbanos a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de industrialização do campo, bem como a ampliação do acesso ao sistema de ensino e aos meios de comunicação de massa (rádio e televisão), de certa forma contribuíram para inserir a comunidade de Helvécia no contexto de desenvolvimento sócio-econômico que se implementou na região eliminando praticamente o seu estado inicial de isolamento.

### **3.3.1.2 A comunidade de Cinzento**

A comunidade de Cinzento é remanescente de um quilombo e fica situada na região sudoeste da Bahia, próxima à cidade de Planalto. Testemunha-se que seus fundadores eram oriundos de uma localidade denominada “Arraial dos Crioulos” - Chapada Diamantina, e se estabeleceram às margens do Rio Gavião, nas primeiras décadas do século XIX. Segundo informações de uma antiga moradora do local,

cuja idade declarada é 107 anos, os primeiros moradores chegaram ao local às escondidas, como se fossem fugitivos. Esta também relata que o nome da comunidade se originou de uma história de um boi gordo, que de forma *milagrosa*, apareceu para saciar a fome das primeiras pessoas que moravam no local.

Talvez esse fato justifique o porquê de os primeiros moradores da comunidade escolherem um local acidentado, de difícil acesso, inclusive com dificuldade de recursos hídricos para a própria sobrevivência, fazendo com que seus moradores permanecessem por muito tempo isolados de outros municípios mais próximos. Segundo Silva (2004a), esse local lhes serviu de refúgio e de base para a constituição de um agrupamento étnico e também de parentesco, já que a “endogamia é uma prática comum até hoje”.

Atualmente, Cinzento é uma comunidade de afro-brasileiros, cuja população, predominantemente de negros, vive em suas pequenas propriedades rurais praticando a agricultura de subsistência, sem ter maiores acessos aos benefícios das políticas públicas governamentais que venham melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

### **3.3.1.3 As comunidades de Barra e Bananal.**

As comunidades afro-brasileiras de Barra e Bananal localizam-se no município de Rio de Contas, região Sul da Chapada Diamantina. Consta que o povoamento da região de Rio de Contas ocorreu a partir os finais do século XVII, quando da implantação de uma rota de viagem abarcando Goiás, o Norte de Minas e a cidade de Salvador. Com o objetivo de fixar um ‘*ponto de pouso*’ para os viajantes, foi criado o pequeno arraial de *Creoulos*. Todo esse processo se deu

durante o afluxo dos bandeirantes da região sul do país - mineiros e paulistas - que, durante o ciclo do ouro, se deslocavam para essa localidade com o intuito de explorar os veios cascalhos auríferos que foram descobertos, nos rios e serras da região.

As duas comunidades foram fundadas por negros e as suas origens estão relacionadas ao naufrágio de um navio negreiro oriundo do continente africano. Conforme aponta Sakamoto (*apud* Silva 2004a), os sobreviventes dessa tragédia buscaram um local seguro para se abrigarem. Estes seguiram o curso do Rio de Contas e se instalaram nas cabeceiras do rio Brumado, desenvolvendo a prática da agricultura de subsistência, assim como o cultivo de suas tradições culturais. No entanto, mais tarde foram capturados por bandeirantes e transformados em mão-de-obra escrava nas atividades de mineração.

Mais recentemente, o surgimento da indústria do turismo que se instalou na região contribuiu para reduzir o nível de isolamento destas duas comunidades. São comuns as visitas dos turistas e estudiosos ao local para conhecerem o modo de vida de seus moradores.

Porém, como na comunidade de Cinzento e Helvécia, os habitantes de Barra e Bananal ainda sobrevivem da agricultura de subsistência e convivem em precárias condições de vida, a exemplo da falta de saneamento básico, atendimento à saúde, acesso à energia elétrica, sistema de ensino adequado, etc.

#### **3.3.1.4 A comunidade de Sapé.**

Sapé é um pequeno distrito do município de Valença, que se localiza na região do Recôncavo Baiano. Há uma polêmica sobre o seu nome: os mais velhos o



denominam de *Sapé Grande*, enquanto os mais jovens de *Sapé Alto*. Sua fundação, segundo informam alguns antigos moradores da região, se deu logo após a abolição da escravatura e que no início do século XIX (1800) toda a área que compreendia as comunidades de Rapa Tição, Tabuado e Sapé era pertencente a um único dono, o grande fazendeiro, Sr. Miguel Elia, que na época se dedicava à cultura da mandioca e à pecuária. Relata-se, também, que, nos finais do século XIX, era comum se encontrar em fazendas da região alguns aparatos do tempo da escravidão como, senzalas, correntes e troncos, locais de castigos dos escravos (cf. Silva, 2004b).

Semelhante ao que aconteceu em Helvécia, após a abolição, um bom número de ex-escravos permaneceram trabalhando nas fazendas da região, mesmo sem receberem qualquer pagamento. Muitos dos fazendeiros estavam falidos e, para pagarem suas dívidas com os ex-escravos, lhes ofereciam pequenos lotes de terra, como era de se esperar, em locais íngremes, de pouca qualidade produtiva e distantes dos mananciais hídricos. Sem alternativas, os negros libertos se deslocaram para este local e com a prática da endogamia conseguiram a perpetuação da população local. Especula-se “que cinco mulheres negras de uma família de oito deram origem à comunidade, entre elas, D. Isabel, mãe de Sr. Liordino, que diz ter espalhado pela região mais de 30 filhos.” (Silva, 2004b)

Hoje, a população de Sapé encontra-se na faixa de 100 habitantes, formada principalmente por jovens e crianças. Os moradores contam com um serviço precário de energia elétrica, o que não os impede de utilizarem aparelhos de rádio e televisão. Infelizmente, como era de se esperar, a comunidade é privada de um sistema de saneamento básico, atendimento à saúde, etc. Em relação à educação, existe uma escola primária, que atende às crianças do primeiro ciclo do ensino

fundamental (antigas 1ª a 4ª séries). Para a continuação dos estudos, os moradores de Sapé têm que se deslocar para a sede do município de Valença.

As famílias sobrevivem do plantio de milho, feijão, mandioca, além do cultivo do cravo e pequenas plantações de cacau. Alguns, incluindo mulheres e crianças, trabalham vendendo o dia durante o período de plantação e/ou colheita, cujo valor da diária varia entre R\$ 4,00 e R\$ 10,00 reais. Também se pode perceber que pouco, ou quase nada, restou das tradições da cultura negra na comunidade, principalmente, no que se refere à religião, já que há um predomínio da religião católica, e os informantes faziam questão em afirmar a não existência de cultos afros entre eles.

Ao se considerar a constituição sócio-histórica dessas comunidades e a sua influência na constituição no sistema lingüístico destas, muitos estudiosos têm buscado evidenciar indícios de possíveis processos de mudança/ variação lingüística desencadeado pelo processo de transmissão lingüística irregular que caracteriza os dialetos que foram mais marcados pelo contato entre línguas.

### **3.3.2. População e amostragem.**

Os dados que constituem o *corpus* desta pesquisa foram selecionados de 28 inquéritos lingüísticos, extraídos do banco de dados do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, coordenado pelo professor Dante Lucchesi, da Universidade Federal da Bahia.

Para constituição da amostra deste trabalho, foram consideradas as variáveis estratificadas sexo e idade. Os informantes foram selecionados aleatoriamente, dentre os moradores da comunidade, havendo a preocupação de se estabelecer

uma quantidade que fosse significativa para a análise do fenômeno aqui investigado, pois como afirma Oliveira e Silva (2003, p.119): “não se pode perder de vista que se pretende obter uma pesquisa sobre a comunidade e não sobre a amostra”. Assim, cabe ao pesquisador a tarefa cuidadosa de proceder à generalização a partir dos resultados alcançados a partir da amostra recolhida. É o que se denomina na linguagem estatística de *inferência*.

Os informantes foram estratificados em quatro faixas etárias, assim constituídas: *faixa I* (20 a 40 anos); *faixa II* (41 a 60 anos); *faixa III* (mais de 60 anos); e *faixa IV* (mais de 80 anos). O lapso de tempo estabelecido entre as quatro faixas etárias é de 20 anos, correspondente a uma geração, no sentido de se observar o processo de mudança em curso, utilizando-se o recurso do *tempo aparente*. Ao se correlacionar as quatro faixas etárias à variável sexo, foram compostas 08 células<sup>12</sup>; 06 com 04 informantes cada e 02 com 02 informantes cada, ficando assim subdivididas:

MULHERES	HOMENS
Faixa I 04	Faixa I 04
Faixa II 04	Faixa II 04
Faixa III 04	Faixa III 04
Faixa IV 02	Faixa IV 02
TOTAL 14	TOTAL 14

Com os informantes da faixa IV, todos com mais de 80 anos, constitui-se um *corpus* de controle por se considerar que, na fala dos mais idosos, estariam

---

<sup>12</sup> De acordo com Oliveira e Silva (2003) e Tarallo (1986) o número ideal de indivíduos numa célula é 5 para que seja assegurada a representatividade da amostra. Porém, devido ao grau de homogeneidade sociocultural das comunidades observadas, optou-se por trabalhar com células compostas por quatro informantes.

presentes os traços mais característicos dos dialetos analisados. Por se tratar de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, supõe-se que estes informantes ainda conservem em sua fala traços de uma gramática mais *crioulizante*.

Além dos fatores *sexo* e *idade*, também foram controladas as variáveis sociais nível de escolaridade (analfabeto e semi-analfabeto) e *estada fora da comunidade* (informantes que se ausentaram por pelo menos seis meses da comunidade e os que não se ausentaram por um período igual ou maior do que esse).

### **3.3.3 Técnica de observação**

A metodologia sociolingüística recomenda que o pesquisador estabeleça um contato direto com a comunidade para observar como a língua é utilizada por esta. Porém, alguns cuidados devem ser tomados para que a sua presença não provoque prejuízos na recolha da amostra. Essa recomendação foi seguida pelos investigadores que recolheram o material da amostragem utilizada nesta pesquisa. O acesso às comunidades e o contato com os informantes foram facilitados e intermediados por pessoas das comunidades envolvidas, que foram contatadas inicialmente para este fim.

As entrevistas foram conduzidas de maneira informal, com duração de sessenta minutos, evitando-se perguntas diretas, buscando-se que os informantes conversassem de maneira descontraída, já que o principal objetivo era o de se registrar a sua fala espontânea, ou seja, a *língua vernácula*. Ao lado disso, com esse procedimento procurou-se amenizar o *paradoxo do observador*, como postulado por Labov (1972), i.e., “observar a fala do falante quando ele não se sente observado”. Em outras palavras, isso quer dizer que, o informante deve falar

de maneira natural sem se preocupar com a monitoração de sua fala, conforme salienta Oliveira e Silva (2003, p.125).

Para isso, a estratégia mais adequada é a *técnica de narrativa de experiência pessoal* (cf. Labov, 1972), na qual o informante fala sobre assuntos relacionados à sua vida cotidiana, sobre situações de perigo de morte, problemas de doenças na família, história da comunidade etc. Alguns desses temas, claro que adaptados à realidade local, foram abordados nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, a exemplo do perigo de morte causado por ataques de animais, como cobras e lacraias, muito comuns nas comunidades.

#### **3.3.4 A transcrição das entrevistas.**

Feita a coleta dos dados procedeu-se, à sua transcrição, cujo objetivo primordial foi registrar da forma mais fidedigna possível, todas as características da fala do informante, tanto no plano fonológico, quanto no morfossintático. Como ressalta Paiva (2003, p. 136), “uma transcrição não é e não pode ser uma edição da fala do entrevistado”. Daí que, a tarefa de uma transcrição não pode se dá de maneira aleatória, devendo-se estabelecer critérios para tal procedimento.

Por conta disso, a transcrição das entrevistas que serviram de base para esta pesquisa foi realizada observando-se os critérios apresentados por Lucchesi (1993) em sua proposta de *Chave de Transcrição do Projeto de Estudo do Português Afro-brasileiro – PEGPAB*, na qual se adota o sistema ortográfico de transcrição “que possibilita uma melhor visualização do texto, atendendo igualmente às necessidades da análise” . Assim, de posse dos textos transcritos das entrevistas, procedeu-se ao levantamento dos dados.

Partindo-se do que é estabelecido pelas gramáticas normativas para o emprego do modo subjuntivo (cf. seção 1.4, capítulo I) foram retiradas do corpus 759 ocorrências de contextos de uso das formas do subjuntivo. No entanto, foram excluídas da análise algumas sentenças, a exemplo de expressões do tipo: (i) “lôvado seja Deus”; (ii) “Que Deus te abençoe!”; e (iii) “É se Deus quisé, meu Pai”, por serem consideradas expressões já cristalizadas na gramática de fala dos informantes.

A etapa seguinte correspondeu à codificação<sup>13</sup> dos dados que foram submetidos à análise quantitativa do *Pacote do Programa Varbrul*, tópico que será brevemente abordado no próximo item.

### 3.3.5 O Suporte quantitativo: o Programa Varbrul

A Teoria da Variação prevê análises quantitativas da variável estudada, e para tanto conta com o programa Varbrul, de autoria de David Sankoff (1974), adaptado para microcomputadores do tipo IBM por Pintzuk (1988), cuja versão recebeu mais três novos programas em 1992. Esses programas fornecem as freqüências, em termos percentuais, e os *pesos relativos*, que expressam as probabilidades associadas às variáveis explanatórias consideradas. Também, fornecem os valores percentuais do nível de significância dos grupos de fatores em relação ao fenômeno estudado.

Conforme apontam Scherre e Naro (2003, p. 159) as versões desses programas apresentam as seguintes funções:

---

<sup>13</sup> Segundo Scherre e Naro (2003, p. 155), codificar “consiste em transformar em código identificável pelos programas computacionais disponíveis tudo o que queremos que seja quantificado.” Para isso, o pesquisador escolhe para cada variante ou grupo de fatores um símbolo, que depois será analisado e quantificado pelo Programa Varbrul.

1. preparar os dados para serem submetidos a análises diversas;
2. produzir resultados percentuais os mais diversos, em função dos *infinitos desejos* do pesquisador, incluindo a preparação dos dados para a análise de *pesos relativos*;
3. projetar os *pesos relativos* para análises binária, terneária e eneária;
4. efetuar tabulação cruzada de duas variáveis independentes previamente estabelecidas;
5. efetuar pesquisa de dados pelas cadeias de codificação ou pelos contextos explicitados nos arquivos de dados, seja para a conferência de dados, seja para a criação de novos arquivos de dados.

A ferramenta estatística da metodologia variacionista permite que o tratamento de qualquer fenômeno lingüístico seja feito de forma precisa e segura, cabendo ao pesquisador interpretar de forma conveniente os seus resultados numéricos, já que estes, se constituem em um instrumento que possibilita uma melhor compreensão do dado lingüístico que está sendo investigado.

## A VARIAÇÃO NO USO DO MODO SUBJUNTIVO EM COMUNIDADES DE FALA AFRO-BRASILEIRAS

Nas gramáticas tradicionais, os modos indicativo e subjuntivo são definidos como dois modos que ocupam pólos opostos. Se o falante deseja exprimir fatos em sua certeza e realidade, utiliza-se do indicativo e, se deseja expressar fatos incertos, duvidosos, eventuais, irrealis, utiliza-se do modo subjuntivo. Com base nessas definições, a prescrição gramatical também aponta contextos bem delimitados de uso de um ou de outro modo, conforme já apresentado no item 1.4 do primeiro capítulo desta dissertação.

No entanto, diferentemente das prescrições apresentadas nas gramáticas normativas a análise dos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa aponta o uso do modo subjuntivo como uma regra bastante variável cuja ocorrência se realiza da seguinte maneira:

Quadro 1- Situação da variação do Subjuntivo vs. Indicativo no Português Afro-brasileiro

<b>Forma Prevista pela Norma Padrão</b>	<b>Variação encontrada no dialeto Afro-brasileiro</b>
Presente do Subjuntivo	Presente do Subjuntivo vs. Presente do Indicativo
Imperfeito do Subjuntivo	Imperfeito do Subjuntivo vs. Imperfeito do Indicativo
Futuro do Subjuntivo	Futuro do Subjuntivo vs. Presente do Indicativo



A partir do exposto no quadro acima, observa-se que a variação entre as formas do subjuntivo e do indicativo não se processa de maneira aleatória, havendo uma certa correspondência entre determinadas formas dos respectivos modos. Os exemplos extraídos do *corpus* ilustram bem essa situação:

(a) Presente do subjuntivo vs. presente do indicativo

*Braço, que talvez me **ajude** fazê alguma coisa.*

*Aí a gente vai acompanhano, vai botano na memória, veno com'ê que tá ocorreno as coisa aí... a gente procura mais... sê um pôquinho mais entendido... não... não que **seja**... mas a gente procura um poquim... ININT.*

*...daqui, pra lá, daqui dois ano, num é possive que num **ligue** o minho dessa casa de farinha. Se não ligô, não liga mais nunca, né,*

*Só que os fi...as fia dela é tudo cronta mermo e minha cunhada mermo, que eu tenho um irmão casado cum a fia dela, é cronta ela. E aí nun qué que ela **mora** má...má o marido dela.*

*Quando ele chegô lá na casa de mãe, ele tava na cadêra sentado tomano cerveja. Ah, eu disse assim: "ei João..." eu disse assim... eu disse assim: "por que tu nun já desceu? Ah, eu não quero que mulhé minha **fica** atrás de eu não." Aí desconfiei logo.*

*É, eu acredito que a metade num **volta** não...*

(b) Imperfeito do subjuntivo vs. Imperfeito do Indicativo

*Não, Ana tá na varanda... Se o governo mandas... **desse** a oportunidade, **tivesse** condições de mandá ampliá a rede, a Coelba já tinha ampliado, mas o governo num... disse num tem condições, né?*

*Confusão num... eles num deixava. Tinha um guarda lá, se um **tomasse** uma pinga demais e **começasse** conversá alto, ele já tirava logo pa fora...*

*Era. Se **visse** qualqué coisa de errado, ele trazia pra secretaria, aí tomava 'xepo'...*

*Foi e setenta e cinco ô setenta e seis...setenta e seis eu casei...setenta e seis, setenta e sete, setenta e oito, oitenta ô foi em oitenta e seis, em oitenta e seis mesmo. Choveu quarenta dia, de chuva, dia e noite. As primêra chuva foi grossa e as segunda foi fina, num tinha um carro que **saia**, nem **entrava**. Nós quase derrete, que tinha um cara aqui, um rapaz aí que vêi aqui ontem, num sei se cê viu, tem um carro véi, João Batista...*

*Organizado. Lá ninguém bagunçava não. E se **bagunçava** lá, o guarda já pegava e punha pra fora de lá. Então chamava a poliça e mandava ele embor'logo.*

*... Era custoso a gente achar uma faisquinha de ôro que **dava** uma grama... era custoso... era [era] tudo oro mais fino. Fazia uma grama, mas era juntano com aqueles ôrinho fino.*

### (c) Futuro do subjuntivo vs. presente do indicativo

***Fô** caso de interná, se **tivé** agum amigo que **tivé** um carro, aí a gente pede esse carro, aí, leva, né?*

*.... onteonte mermo eu tomei um monte de comprimido. Eu tomei três de vez porque minha pressão subiu logo assim e encheu. Qualqué coisinha assim toma raiva, se eu **brigá** com você aí daí a pouco pronto.*

*Rapaz é o seguinte viu, eu não sei não. Quem sabe são eles. Pra mim, o que **ganhar** que faça o que **for** possive e o melhor pra gente, né?*

*Aí se **tem** precisão, tem que tê apelá pá Salviano pá Salviano ir lá.*

*Mandioca só dá depois de três anos, planta esse ano e lhe...a **ININT** ela essa ano, luta com ela esse ano, luta esse ano que vem pá dá ponto, ranca o ôto ano de novo. Né prantado hoje e rancado amanhã não, se num **dá** raiz não...*

*O cacau aqui a gente tira e... tirô ele... quem **qué** dêxa uns dois dia ô três lá no... no... no côxo pá ele dá um fermentozinho, e quem não **qué**, tira hoje, amanhã bota no fogo, na estufa [riba] fogo debaxo com... hoje... quand 'é amanhã tá seco.*

Na próxima seção, serão apresentados os resultados estatísticos dos grupos de fatores que se mostraram mais relevantes nesse processo de variação.

#### 4.1. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

Todas as ocorrências foram submetidas ao tratamento estatístico do programa computacional VARBRUL, que selecionou os seguintes grupos de fatores em sua ordem de significância: (i) forma verbal prevista pela norma padrão; (ii) regularidade verbal; (iii) tempo verbal do evento; e (iv) contexto sintático.

Porém, antes da apresentação dos resultados de cada grupo de fator selecionado, será apresentado, no quadro abaixo, o resultado do funcionamento geral do uso das formas do subjuntivo e do indicativo, nas comunidades estudadas.

**Quadro 2: Frequência Geral das Formas do Subjuntivo e do Indicativo.**

<b>Formas do Subjuntivo</b>		<b>Formas do Indicativo</b>		<b>Total</b>	
Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
515	<b>68</b>	244	<b>32</b>	759	100

Estes resultados aproximam-se dos encontrados por Costa (1990a, p.164) em pesquisa sobre o dialeto rural da colônia Santo Antônio (cf. seção 1.5 do primeiro capítulo deste trabalho), cujo percentual de atuação do modo indicativo em contexto do subjuntivo foi de 34.9%.

##### 4.1.1 Variável forma verbal prevista pelo padrão normativo

Esta variável permitiu observar a atuação dos contextos verbais previstos pelas gramáticas normativas, que mais favorecem ou não o uso do subjuntivo. Os resultados encontram-se expostos na tabela abaixo:

**Tabela 1: Uso do Subjuntivo segundo a variável forma verbal prevista pelo padrão normativo. (nível de significância :.020)**

Contexto	Nº de oco./TOTAL	Freqüência	Peso Relativo
De futuro do subjuntivo	358/482	74%	<b>.59</b>
De imperfeito do subjuntivo	143/208	69%	<b>.43</b>
De presente do subjuntivo	14/69	20%	<b>.15</b>
<b>TOTAL</b>	515/759	68%	<b>.69</b>

Os dados acima demonstram que as formas do futuro do subjuntivo são mais utilizadas pelos falantes com freqüência de **74%** e peso relativo de **.59**, seguidas das formas do imperfeito com freqüência de **69%** e peso relativo de **.43**. As formas do presente são as menos utilizadas com freqüência de apenas **20%** e peso relativo de **.15**, constituindo-se em um contexto que favorece a intervenção das formas do indicativo.

Este fato pode ser explicado pela própria estrutura morfológica das formas verbais do subjuntivo<sup>14</sup>. O futuro é morficamente mais forte (desinência modo-temporal **-r**), além do que suas formas se assemelham às do infinitivo. No *corpus*, encontram-se várias ocorrências nas quais, em determinados contextos, os falantes utilizam a forma infinita do verbo em detrimento das formas do futuro do subjuntivo, como nos exemplos (a), (b) e (c). Os demais exemplos são ilustrativos do uso da forma do subjuntivo.

<sup>14</sup> Os verbos apresentam determinadas formas que dão origem a outras (tempos primitivos). As formas do subjuntivo são consideradas derivadas (originadas de outras). Desse modo, as formas do presente do subjuntivo são derivadas da primeira pessoa do presente do modo indicativo, e as formas do futuro e do imperfeito são derivadas do tema do pretérito perfeito do indicativo, em ambos os casos acrescentando-se as desinências de número e pessoa. (Cf. Ernani & Nicola, 1994)

(a) *Por exemplo, se a gente **ir** hoje, amanhã a gente **tamo** de volta, amanhã à tarde.*

(b) *Se **tê** oportunidade, a gente **vai**.*

(c) *É , se ele chegá aí agora, **dizê** assim: ô domingo, eu to dependendo de ocê me dá um conto aí, s'eu tivé ele leva.*

(d) *Agora, a cachaça quando eu **dexá**...*

(e) *Se ele **escondê** a cabeça, menos mau, agora se ele **tivé** oiano ININT vai se **reta**...*

As formas do imperfeito do subjuntivo, cuja desinência é **-sse** apresentam uma oposição mais saliente em relação às formas do imperfeito do indicativo (-va 1ª conjugação e -ia 2ª e 3ª conjugações), o que favorece a marcação das desinências do subjuntivo na forma verbal, a exemplo:

(a) *Se não **tivesse** gente... era duro. É difíci!*

(b) *É, se **fosse** de morá, morava.*

(c) *Era custoso a gente achá uma faisquinha de ôro que **dava** uma grama... era custoso...*

(d) *Se eles **saia**, nós tinha que fica(r) aqui, ó, até chega...*

Já o presente do subjuntivo é morficamente o mais fraco, apresentando pouca diferença mórfica entre as desinências das formas do subjuntivo e do indicativo, ou seja, a desinência [-o], marca do indicativo, é substituída por [-e], nos verbos da 1ª conjugação, e por [-a], nos verbos da 2ª e 3ª conjugações.

Aqui parece funcionar o *princípio da saliência fônica* (Naro e Lemle, 1976) que se baseia na prerrogativa de que as formas mais salientes, por serem mais

perceptíveis, apresentam maiores possibilidades de serem marcadas do que as menos salientes. Desse modo, é coerente a afirmação de que as formas do presente do subjuntivo, por possuírem menos saliência fônica, favorecem a penetração das formas do indicativo, justamente por serem menos sujeitas à marcação. É também, neste contexto que se encontram maiores evidências de *neutralizações* das marcas desinenciais entre os dois modos, independentemente da regularidade ou irregularidade do verbo. Como se pode observar nos exemplos:

(a) *Braço, que talvez me **ajude** faze alguma coisa.*

(b) *... a gente procura mais... sê um pôquinho mais entendido... não que **seja**... mas a gente procura um pôquinho...*

(c) *É, eu acredito que a metade num **volta** não...*

(d) *Porque eu num quis votá em Lula ININT [bando de cima] disse :“Ah... é Lula!”... Agora eu digo: “eu não voto. Nem que ele **ganha**, mas não voto.” [brr]*

#### 4.1.2 Variável regularidade da flexão verbal

Com essa variável buscou-se verificar a influência da regularidade no paradigma da flexão verbal na escolha das variantes no uso das formas do subjuntivo. Este fator se apresenta da seguinte maneira:

**Tabela 2. Uso do Subjuntivo segundo o fator regularidade da flexão verbal. (Nível de Significância .020)**

Fator	Nº de oco.Total	Freqüência	Peso Relativo
Verbo regular	204/273	75%	.58
Verbo irregular	311/486	64%	.46
<b>TOTAL</b>	515/759	68%	<b>.69</b>

Os números apresentados acima indicam que os verbos regulares favorecem o uso das formas do subjuntivo com peso relativo de **.58** e freqüência de **75%**. Já os verbos irregulares, apesar de apresentarem um maior número de ocorrências no *corpus*, é um fator que não favorece a presença do subjuntivo.

Os verbos regulares<sup>15</sup> seguem o padrão de conjugação geral da língua, não apresentando mudanças no seu radical o que facilita o uso das formas do subjuntivo, como nos exemplos:

(a) *É, quando ele **puxá**, é redondo.*

(b) *... se ele **chegasse** assim... sete hora, oito da noite.*

Os verbos irregulares, como o próprio nome indica, apresentam modificações que os afastam do “*padrão regular*” de conjugação verbal. Segundo Câmara Jr. (1985, p.111), essas “irregularidades” podem se referir ao sufixo flexional, como provocar mudanças no radical que “passam a contribuir para as noções gramaticais de modo/tempo e número-pessoa,” originando uma série de padrões morfológicos

<sup>15</sup> Em relação aos verbos regulares deve-se observar as alternâncias vocálicas das 2ª e 3ª conjugações, nas formas rítmicas.

verbais que vai desde mudanças do tema do verbo a profundas modificações fonológicas. Ainda segundo o autor, essas “irregularidades” se processam dentro de uma certa lógica da estrutura verbal da língua. Assim, há verbos que alargam o radical, com a ditongação (saber: saiba/souber); os que acrescentam um fonema ou grupo de fonemas (querer: queira/quiser); os que trocam a consoante do radical (ter: tiver); e os de radicais “heterônimos” (*fôr: ser e ir*), etc.

Há ainda os verbos irregulares que apresentam formas iguais no infinitivo flexionado e o futuro do subjuntivo (*irregular fraco*), e os que não apresentam semelhanças de formas entre o infinitivo flexionado e o futuro do subjuntivo *-irregular forte* (cf. Bechara, 2000).

Todos estes aspectos são complexos e exigem que o falante possua o domínio de uma morfologia mais rica para realizar todos esses processos. Os exemplos abaixo servem de ilustração:

(a) *É se nós **tivesse**... **tivesse** comido desse dinheiro ....*

(b) *Ah, eu estranhei foi muito, vinha aquela zuada assim na cabeça, tanto carro, depois é que acostumei pa atravessa a rua, também, né, se num **sabê** também carro mata.*

(c) *Tem. Agora, se eu lhe **dizê** que aquela pessoa, que aquela pessoa...*

(d) *... eu fui, fiz um exame, ele falo que era... que era... que eu... **fazesse** vê... fez... mod'eu ... mod'eu faze o exame...*

A partir desses exemplos, constata-se que o falante ora realiza as modificações adequadas na forma verbal (exemplo a: **tivesse**); ora utiliza a forma do infinitivo sem realizar as alterações no radical (exemplo b: **sabê/ souber**; e c: **dizê/disser**); e em outros momentos não realiza a modificação exigida no radical



acrescentando ao “tema” do verbo as desinências modo/temporais (exemplo d: **fazesse/fizesse**).

#### **4.1.3 Variável tempo do evento (real ou referido) em relação ao momento da enunciação.**

As relações temporais que se estabelecem na língua são muito mais complexas do que a simples divisão tripartida em *presente*, *passado* e *futuro*, apresentada pelas gramáticas tradicionais.

Segundo Lyons (1979, p.320), o tempo gramatical é uma categoria “dêitica” pois, “relaciona o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referidos na frase ao enunciado, que é o ‘agora’.”

Nem sempre a noção de tempo verbal/gramatical reflete as relações temporais reais, ou seja, em alguns casos o tempo do evento ou do estado não corresponde ao tempo expresso pela forma verbal.

A esse respeito, Cunha e Cintra (1985) salientam que as noções temporais expressas pelas formas do subjuntivo não são tão precisas quanto as do indicativo, por se relacionarem a atitudes subjetivas do falante. Assim, o *presente do subjuntivo* pode indicar um fato presente ou um fato futuro; o *imperfecto do subjuntivo* pode indicar um fato de passado, de futuro e de presente, já o *futuro do subjuntivo* marca a eventualidade.

O comportamento dessa variável em relação ao uso do modo subjuntivo, é exposto na tabela 3.

**Tabela 3. Uso do modo subjuntivo segundo a variável tempo do evento (real ou referido) em relação ao momento da enunciação.(Nível de significância: .020)**

Fator	Nº de Oco./Total	Freqüência	Peso Relativo
<b>Passado</b>	143/206	69%	<b>.57</b>
<b>Atemporal</b>	147/196	75%	<b>.56</b>
<b>Futuro</b>	216/316	68%	<b>.45</b>
<b>Presente</b>	9/41	22%	<b>.26</b>
<b>TOTAL</b>	515/759	68%	<b>.69</b>

Pelos números da tabela acima, constata-se que o uso do subjuntivo é favorecido por dois contextos temporais, quais sejam: o tempo passado, com peso relativo de **.57**, e freqüência de **69%**; e o traço de atemporalidade com peso relativo de **.56** e freqüência de **75%**. O uso do tempo passado indica sobretudo o caráter não factual da sentença, como nos exemplos abaixo.

(a) *Eu tive lá nove dia, fiz um exame, a médica não queria que eu **viesse**...*

(b) *Mãe [disse]: “ você também foi errado, **se você num quisesse que ela fosse**, você ficava quieto, num mandava ela arrumar”*

(c) *Mas **se eu deitasse** na cama só, chegava tudo.*

(d) *Porque se eu **caia** de lá sentada, ou de cabeça, hoje eu era finada...*

Nos enunciados com traços de atemporalidade, ocorre uma neutralização temporal, já que o falante não especifica o tempo do acontecimento, na maioria dos casos ocorre em orações referentes a afirmações condicionais, hipotéticas ou irrealis.

(a) *Se num **chovê** num nasce.*

(b) *Se a gente **sobesse** o dia, moço.*

(c) *È [mermo] a catinga é um fogo... Tamém tem uma coisa... que 'cê ponta assim, ó, que sempe **que 'cê chegá na cidade**, 'cê oia assim... qüa... aquilo ali diz que é uma cidade... tão grande... mas só poque é planíci'... suge a mata...chão de planíci'... só que é uma seca [doida]... as graminha é des'tamanzim!*

(e) *É . **Se fô pá descê**, todo Santo ajuda, né? Agora subir diz qu'ê só Sant'Antôim . Ai... dificuldade ININT.*

O tempo futuro, apesar de apresentar um maior número de ocorrências no *corpus* (316, nas quais o subjuntivo foi usado em 216) e frequência de **68%**, não se mostrou como um fator favorecedor do uso do modo indicativo, fato que se comprova pelo seu peso relativo **.45**.

No tempo futuro o falante, expressa seus desejos, suas conjecturas as quais, eventualmente, possam vir a ser concretizados em um momento posterior.

(a) *Hum, hum. Se **pegá**... um carro, a gente vem embora, a... o... aliás termina... [já...base] de manhã também, o dia amanheceno, na base de cinco hora... dá pra vim embora.*

(b) *Agora, a cachaça **quando eu dexá...eu dêxá é mais fácil**.*

(c) *Não, que a gente quando tá assim coisa de serviço, né, o destino da gente é **chegá pro serviço, quando evém embora**, o destino da gente é...é de chegar em casa, né? Negó de...de passar assim num dá, o destino fica...Ô, diacho!*

(d) *"Ah... é Lula!"... Agora eu digo: "eu não voto. **Nem que ele ganha, mas não voto**."*

(e) *Rapaz é o seguinte viu, eu não sei não. Quem sabe são eles. Pra mim, o que ganhar **que faça** o que **for** possive e o melhor pra gente, né?*

(f) *E agora... É. E agora na... **pra o Natale se eu fô viva... ieu vô**.*

Para alguns autores (Câmara Jr, 1985; Lyons, 1974), o uso do futuro se constitui em uma questão mais “modal” do que “temporal”, cuja utilização serve para indicar a irrealidade e a eventualidade. Talvez esse fato se explique pela própria origem desse tempo verbal. Evidências históricas indicam que o tempo futuro é oriundo das formas volitivas do latim clássico ou das formas do subjuntivo.

O tempo presente se apresenta como um fator que inibe o modo subjuntivo, com peso relativo de . **26** e frequência de **22%**, favorecendo a interferência do modo indicativo. Constata-se também a baixa produtividade do uso desse tempo no dialeto das comunidades, foram 41 ocorrências e o subjuntivo foi usado apenas em 09, como nos exemplos:

(a) *Eu acho que... ficô muinto diferente. Televisão nem imaginava, né? E hoje, graças a Deus, tem tudo em quarqué lugá que 'cê **chegue**... quano num tem, tá levano, que nem aí nas Quémada mesmo.*

(b) *Eu disse: “coitchada”... **Aqui no Planalto não tem um que tem minha idade**... os daqui acabô tudo.*

#### **4.1. 4. Variável contexto sintático**

Para análise dessa variável foram considerados os tipos de sentenças nas quais deveriam ser usadas as formas verbais do modo subjuntivo, conforme foi apresentado na seção (1.4) desta dissertação. Os resultados gerais desse grupo de fatores encontram-se na tabela 4.

**Tabela 4. Uso do Subjuntivo segundo a variável contexto sintático. (Nível de Significância: .020)**

<b>Fator</b>	<b>Nº de Oco./Total</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Total</b>
<b>Orações adverbiais concessivas, finais e comparativas</b>	11/18	61%	<b>.64</b>
<b>Orações completivas verbais</b>	22/47	47%	<b>.61</b>
<b>Orações condicionais com “se”</b>	379/501	76%	<b>.53</b>
<b>Orações relativas</b>	45/85	53%	<b>.40</b>
<b>Oração adverbial temporal</b>	56/94	60%	<b>.37</b>
<b>Oração dubitativa com adv. talvez</b>	2/14	14%	<b>.31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>515/759</b>	<b>68%</b>	<b>.69</b>

Os resultados apresentados na tabela acima demonstram um certo equilíbrio entre os tipos de sentenças sintáticas que mais favorecem o uso das formas do subjuntivo, quais sejam: as orações adverbiais (concessivas, finais, e comparativas), com peso relativo de **.64**, e freqüência de **61%**; as orações completivas verbais, com peso relativo de **.61**, e freqüência de **47%**; e as orações condicionais com peso

relativo de **.53** e freqüência de **76%**. As orações relativas, com peso relativo de **.40**, as temporais, com peso relativo de **.37**, indicam uma maior variação entre as formas do subjuntivo e indicativo. As orações dubitativas aparecem como contexto inibidor do subjuntivo, favorecendo conseqüentemente a intervenção do indicativo, com peso relativo **.31**.

Porém, se forem considerados os resultados em termos de percentuais poder-se-á observar uma mudança no quadro apresentado acima, ou seja, as orações condicionais (76%), as orações adverbiais (61%) e as orações adverbiais temporais(60%), e as relativas (53%) aparecem como os contextos sintáticos mais favorecedores das formas do subjuntivo.

A seguir, cada contexto sintático será apresentado separadamente no sentido de se avaliar melhor a sua relevância para o uso das formas verbais em variação.

#### **4.1.4.1 As orações adverbiais concessivas, finais e comparativas.**

Optou-se por agrupar essas orações em um só contexto devido à sua pouca ocorrência no *corpus* (18 sentenças) , evitando-se com isso uma fragmentação excessiva na análise caso fossem consideradas separadamente.

As orações adverbiais concessivas expressam relações de contraste cuja significação básica contraria uma expectativa. Esse significado é constituído a partir do conteúdo que é dito, bem como, da relação que se estabelece entre falante e ouvinte, na situação comunicativa. Apresentam uma estrutura básica que combina uma oração principal e uma oração concessiva “que expressa um fato (ou noção), apesar do qual a proposição principal se mantém”. (cf. Neves, 2000, p.865) Geralmente, as orações concessivas apresentam o verbo no presente ou imperfeito

do subjuntivo. As ocorrências encontradas no *corpus* exemplificam as construções concessivas com os conectores **nem que** e **mesmo que**, os quais expressam valores semânticos de contrafactualidade/irrealidade:

(a) *Já tá véi', mas **nem que** fosse machado, eu acho que trabalhava pá comê*

(b) *...**mesmo qu'**ele esteje,hoje, num emprego muito bom, mas... se a pessoa pudé segurá o pedacinho de terra dele...*

(c) *“Ah... é Lula!”... Agora eu digo: “eu não voto. **Nem que ele ganha**, mas não voto.”*

Nas sentenças acima, pode-se observar que o falante inicialmente expressa uma objeção à sua asserção, refutando-a em seguida, fazendo prevalecer a sua asserção.

As orações finais indicam a finalidade ou o propósito que motiva o evento expresso na oração principal. Sua estrutura básica pode ser assim apresentada: **oração principal + para que + oração final**. Como exemplificado na ocorrência abaixo:

(a) *A mesma coisa. As vez eu capino, né, Limpo fêjão...ININT... trabaiei quato dia mas... num tem mais a mãe dela. Levantava aqui cedinho aqui, fazia café **pra que eu fosse** sete, seis e meia eu já tava lá na casa deles, pra num perdê a hora. Aí trabaiva o dia todo.*

As orações comparativas apresentam duas características básicas: sintaticamente apresentam a interdependência de dois elementos, e, semanticamente, estabelecem uma comparação entre estes. Essa comparação pode se dar entre iguais ou entre diferentes. Sua estrutura sintática é a seguinte:

**Oração principal + oração comparativa.**

As ocorrências mostram principalmente as sentenças comparativas construídas com a expressão **como se**, ou uma que lhe seja equivalente do tipo “**que nem se**”, “**igual se**” Vejam-se:

(d) *É, não... perto... eles fica de fren... pert'de lá, mas... num chega a morá... num chêga a sê... num chego morá lá não... pertinho não. Mais pra cá um pôco do Campo Verde. Mas é **como se** fosse lá mesmo, é.*

(e) *Não, logo quando eu cheguei eu fiquei meio... 'sustado um pôco mas, logo eu me acostumei tamém. Depois que a gente acostuma a gente vive... mesma coisa **como se** fosse aqui mesmo.*

(f) *É...é assim, ó, que na...**que nem se** fosse Florêngo aqui na comparação que saiu com terno de reis...a vez agora ele vai girano no mundo, vai ganhando, vai ganhando, vai ganhando,*

(g) *Igual se fosse uma galinha.*

Como se pode ver, essas estruturas comparativas trazem, embutidas em si, uma asserção hipotética, identificando-as às orações condicionais. Nesses casos, a variação se dá entre as formas do imperfeito do subjuntivo e do indicativo.

#### 4.1.4.2 As orações condicionais com “se”.

Em relação às orações condicionais com “se”, destaca-se, inicialmente, a produtividade desse tipo de contexto no dialeto das comunidades investigadas. Ao todo foram encontradas 501 ocorrências, sendo que destas, 379 apresentavam o verbo na forma subjuntiva. Isso equivale a dizer que, em termos de uso, as orações condicionais são um contexto que favorece o uso do modo subjuntivo. Os resultados



numéricos corroboram essa premissa, pois o contexto das orações condicionais com “se” apresentou peso relativo de **.53** e frequência de 76%.

A oração condicional (também chamada de **protáse**)<sup>16</sup> exprime a condição para a realização do evento enunciado, o qual é expresso na oração principal (ou **apódose**). Em princípio, as orações condicionais são construções do tipo: **Se + oração condicional + oração principal**.

Ex. *Se num chovê, num nasce.*

São sentenças que se apóiam basicamente em uma hipótese, por isso, são denominadas genericamente de *períodos hipotéticos*. Almeida (1999, p. 359-360), classifica os períodos hipotéticos em: “**reais**, quando existente o fato; **possível**, quando provável, admissível o fato; e **irreal**, quando verdadeiramente inexistente o fato.”

Porém, para Neves (2000, p. 836), essa classificação é inadequada, pois, em termos de “realidade” de enunciado não se deve confundir realidade com a linguagem, i. é, “**real** ou **não-real** não é, nunca, o que está dito, mas aquilo que realmente ocorre, ou seja, os **estados de coisas**.” Desse modo, a autora considera, que seria mais coerente classificar essas orações em: factuais (reais), eventuais (potenciais) e contrafactuais (irreais). O modo subjuntivo só ocorre nos dois últimos casos.

(a) *Já se botá o adubo e jogá o veneno, já sabe que pega.*

(b) *Intê, se topá o... a pessoa andano aí na estrada com a espingarda, ô sinão, com a gaiola, eles toma.*

(c) *Se eu tivé condição de plantá, tem que plantá um pôco de tudo.*

---

<sup>16</sup> Segundo Almeida (1999, p. 358, 359), **prótase** (do verbo grego *proteino* = propor, pôr em questão); e **apódose** (do verbo grego *apodídomi* = definir).

(d) *Agora, aí, se fô caso de interná, entom a gente leva, deixa lá, aí as pessoa vem, um fica lá internada e a gente que vai, já vai logo pronta, tem que fica(r) lá pra todo dia olhá, até dá alta,*

As sentenças acima podem ser classificadas como orações condicionais **eventuais (ou possíveis)** já que o estado de coisas enunciado na *prótase* (condicionante) incide sobre uma eventualidade, e o que se enuncia na *apódose* é tido como certo, desde que eventualmente satisfeita a condição enunciada. Ou em outras palavras, a proposição expressa na oração principal é possível de ser realizada desde que se satisfaça o que foi condicionado na subordinada. Por exemplo, na sentença (a) para que haja a plantação (*já sabe que pega*) é necessário que antes se concretize as ações/condições de preparação do terreno (*botá o adubo e jogá o veneno*).

Por outro lado, as sentenças abaixo podem ser definidas como condicionais contrafactuais/irreais. Indicam um estado de coisas não realizado, ou possível de ser realizado em um determinado tempo. Nas ocorrências (e) e (f) o imperfeito do subjuntivo garante a contrafactualidade da oração principal. Ao lado disso, o uso do mais-que-perfeito por si só garante a contrafactualidade da oração condicional (g) e (h).

(e) ***Se num tivesse dinheiro, ela tinha morrido...***

(f) ***Se o governo mandas... desse a oportunidade, tivesse condições de mandá ampliá a rede, a Coelba já tinha ampliado, mas o governo num... disse num tem condições, né?***

(g) *Nós fazia que nós tinha uma mandioca... um ININT manual... tinha não, temos! Só que a nossa tá parada, porque nós não utilizô mais ela, ela ficô abandonada aí, por mode utilizá, tem que gastá um pôco pa podê botá ela no ponto de iniciá,*

**mas se nós tivesse zelado, dêxado tudo, né, mas confiô, dêxamo abandonada...**

(h) *Acho que me ajuda muito... eu acho que **se eu tivesse estudado** mais era importante pra mim... Acho que... [a] condições foi devagar.*

Como se poder observar, no caso das construções eventuais, usa-se o futuro do subjuntivo, que alterna com o presente do indicativo; já no caso das construções contrafactuais os tempos utilizados são o imperfeito e o mais-que-perfeito do subjuntivo, em variação com o imperfeito do indicativo.

#### 4.1.4.3 As orações completivas verbais

As orações completivas verbais se mostraram como um contexto sintático que favorece o uso das formas do subjuntivo, com freqüência de **47%** e peso relativo de **.61%**. As ocorrências encontradas indicam a presença de orações completivas de verbos volitivos (*querer*); epistêmicos (*achar*), de elocução ou dicendi (*dizer*) e causativos (*mandar, fazer*), conforme ilustradas nos exemplos abaixo:

(a) *é... **acho que seja uma impressão da gente...***

(b) *Eles lá que sabe, né. **Eu queria que estudasse**, eu tinha dois menino... os dois menó tá estudano.*

(c) *E ele... e ele vortô e eu fiz a preme... e eu fiz a preme... o vigáro **diz que eu num fizesse mais não, mo'de eu jogá...** pa riba toda... toda Rainha Santa Isabele, eu sortá um fogo, o tanto que eu pudesse.*

(d) *Aí ele rezô ela e **mandô que fosse po hospital**, que essa menina tava muito ruim.*

(e) *É, eu acredito que a metade num **volta** não...*

(f) *Falô: ah num quero que sua criação vai lá no mêi da minha ara e tal...*

Em relação às orações completivas verbais observa-se que há uma maior variação entre as formas do presente do subjuntivo e presente do indicativo.

#### 4.1.4.4 As orações relativas

As orações relativas não se mostraram um contexto muito favorecedor para o uso do modo subjuntivo. Apresentaram freqüência de **53%**, e o resultado do peso relativo **.40** indica que esse tipo de sentença não é relevante para aplicação do referido modo. Nas 85 ocorrências computadas o subjuntivo foi usado em 45 sentenças, o que demonstra um nível equilibrado de variação com as formas do modo indicativo.

Para Azevedo (1976, 31), o uso do subjuntivo nas orações relativas (adjetivas) vai além do apontado pelas gramáticas tradicionais. Para ele, as formas do subjuntivo nestas orações exigem que o sujeito da subordinada apresente dois traços distintivos, quais sejam, [- definido] e [- determinado]. Este último traço está relacionado à distinção que se estabelece entre “algo conhecido e algo apenas suposto”. No *corpus* foram encontradas orações relativas introduzidas pelos conectores “que” e “quem”.

(a) *Tenho cunhado mesmo, um sobrim, minha sobrinha casada mora lá, pra ele num fez diferença nenhuma daqui, porque **toda hora que cê chegá lá, a casa deles é chêa de gente...***

(b) *É acho que tá ni toda parage do mundo. Na Lapa, ieu vi o padre falano: **quem fosse devoto da igreja e rezasse o teiço e o ofiço de Nossa Senhora***

(c) *Fô caso de interná, se tivé **agum amigo que tivé um carro**, aí a gente pede esse carro, aí, leva, né?*

(d) *As primêra chuva foi grossa e as segunda foi fina, num tinha um carro **que saía, nem entrava**.*

(e) *E eu sempre tirano uns foto, né... mas pra aza que... já tava quase terminano já o filme. Aí, um lado acho que tava terminado já, mas só que eu não sabia coloca o ôto filme, mas eu num sabia colocá e eu dei que fazê pra encontra uma pessoa **que colocava pra mim**.*

Nas orações relativas, constata-se a variação entre as formas do presente do subjuntivo e presente do indicativo, e imperfeito do subjuntivo e imperfeito do indicativo.

#### **4.1. 4.5 As orações adverbiais temporais**

As sentenças adverbiais temporais foram analisadas separadamente devido ao número de ocorrências encontradas no *corpus*. Estas apresentaram peso relativo de **.37**, o que indica que em termos de relevância, as orações adverbiais temporais não são um contexto que favorece o uso das formas do subjuntivo. Nas 94 ocorrências analisadas, o subjuntivo foi usado em 56, essa frequência em termos percentuais corresponde a **60%**. O indicativo foi usado em 38 sentenças, com frequência de **40%**.

As orações temporais apresentam uma relação temporal entre a adverbial e a oração principal. O futuro do subjuntivo é o tempo característico dessas orações, que geralmente apresentam a seguinte estrutura sintática: **quando/loc. temporal + futuro do subjuntivo + oração principal com o verbo no futuro do presente**.

As orações temporais com o verbo no subjuntivo codificam projeções e conjecturas do falante sobre eventos e estados de coisas possíveis de serem realizados no futuro, o que as coloca sob o domínio da modalidade irrealis/eventual.

Na base da oração principal, é expressa uma possibilidade ou um desejo, uma manifestação de verdade ou uma ação com indícios de futuridade.

A relação temporal estabelecida entre os estados de coisas enunciados pode envolver “simultaneidade” (*enquanto*), ou não-simultaneidade (precedência ou subseqüência) do estado de coisas da oração principal em relação ao da oração temporal.

Em sua grande maioria as sentenças adverbiais encontradas nos dados são introduzidas pelo conector **quando**; o uso do **enquanto** foi bem restrito. Vejam-se os exemplos:

(a) *Até lá pode sê que eu vô **quand'eu tivé... quand'eu morrê**, às vez vô contente, porque a terra de nós verdadêra é esse lá.*

(b) *Meu pai morreu, inda tem minha mãe que mora comigo, **enquanto ela fô viva**, eu tô aqui, se ela morrê tomém eu num vô pra lá, eu fico por aqui.*

(c) *Eu boto... eu boto tchempero, cumim, alho e o sal e cabá **quano é no ôto dia... no ôto dia, num é no mesmo dia não...no ôto dia boto lenha o fogo... .. quano faz... tá aquele brasu eu faço um muqueio assim, assim e boto um pó assim assim por cima, ói, e a carne muqueia.***

Nas orações temporais observa-se a variação entre os tempos futuro do subjuntivo e presente do indicativo nas orações introduzidas com o conectivo **quando**.

#### 4.1.4.6 As orações dubitativas com advérbio *talvez*

As sentenças dubitativas introduzidas pelo advérbio modal *talvez* são apontadas por diversos autores como um contexto de uso obrigatório do modo subjuntivo.

O uso dos advérbios modalizadores epistêmicos, a exemplo de *talvez*, codificam uma “adesão” do falante sobre seu próprio enunciado mediada pelo seu conhecimento sobre as coisas. Desse modo, denotam a crença do falante sobre o valor de verdade do seu enunciado. Não há um compromisso do falante com a “verdade” do que é dito, revelando um “baixo grau de adesão” ao enunciado, provocando uma atenuação. O uso do subjuntivo, que pode se dar de modo automático, é indicado como uma das maneiras de se marcar um maior grau de probabilidade, isto é, “maior grau de incerteza” (cf. Neves, 2000, p.245).

Porém, nos dados encontrados nesta pesquisa, essa premissa não foi confirmada. O contexto de orações *dubitativas com advérbio talvez* apresentou peso relativo .31 e frequência de 14%. Das 14 ocorrências encontradas apenas 02 estavam com a forma verbal no subjuntivo, favorecendo, conseqüentemente, a atuação do modo indicativo.

No caso do advérbio *talvez* parece funcionar o *princípio da economia lingüística*, já que os valores de dúvida e baixa certeza seriam expressos pelo próprio advérbio modal (*talvez*) dispensando o uso das formas do subjuntivo, a exemplo das sentenças abaixo:

- (a) ... **tarvez** se a senhora **fô** lá e volta eu posso até dá entrevista...
- (b) ... aí **talvez** agora **leva** até quinze, vinte dia choveno direto...
- (c) **talvez** a gente num **precisava** nem do manguêro, né, mas...

(d) *Principalmente, talvez, ela passa muito mal, depende de saí rápido pá rua, e cadê transporte...*

#### 4.1.4.7 Conclusão da variável contexto sintático

De modo geral, a variável **contexto sintático** tem se mostrado como um fator importante para análise da variação das formas do subjuntivo e indicativo. Este foi selecionado como significativo nas pesquisas de Costa (1990a) e Pimpão (1999), apresentado apenas uma diferenciação em termos de resultados numéricos, quanto à relevância do tipo de oração, em cada dialeto estudado. (cf. tabela 5)

Por exemplo, o contexto com *advérbio talvez* se mostrou significativo para o uso do subjuntivo na pesquisa realizada por Pimpão (1999), com peso relativo de .73 e frequência de 67%. As orações adverbiais de um modo geral se mostraram significativas nos três dialetos favorecendo o subjuntivo; já as relativas sempre apresentaram um comportamento equilibrado quanto ao uso do subjuntivo e indicativo.

Um outro dado importante que se comprova com os dados dessas três pesquisas é o fato de que ocorreu a intervenção do modo indicativo em todos os contextos prescritos pelas gramáticas tradicionais como de uso do modo subjuntivo. O único caso de uso categórico de uso do subjuntivo foram nas orações exortativas encontradas na pesquisa de Costa (1990a).



**Tabela 5: Funcionamento do contexto sintático nos três dialetos**

Dialeto urbano (Pimpão)		Dialeto rural (Costa)		Dialeto afro-brasileiro	
Contexto sintático	Freqüência (%)	Contexto sintático	Freqüência (%)	Contexto sintático	Freqüência (%)
Advérbio talvez	67	Advérbio talvez ou tomara	63.6	Oração dubitativa com adv. talvez	14
Intercaladas	32	-	-	-	-
Cláusulas relativas	44	Subordinadas relativas	68.4	Orações relativas	53
Cláusulas adverbiais	59	Subordinadas concessivas e finais	80.8	Orações adv. concessivas, finais e comparativas	61
-	-	Adv. Temporais, proporcionais, conformativas e comparativas	55	Adverbial temporal	60
-	-	Condicionais	54.2	Condicional com "se"	76
Cláusulas substantivas	70	Subordinada integrante	87.4	Completivas verbais	47

#### 4.2 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

Como já dito anteriormente (cf. seção 3.1), os fatores sociais são relevantes para o estudo da variação e da mudança lingüística. Labov (1983, p. 315) afirma que:

Parece claro a estas alturas no es posible ningún adelanto em la comprensión de los mecanismos del cambio lingüístico sin um serio estudio de los factores sociales que motivam la evolución lingüística.

Desde o trabalho desenvolvido por Labov sobre o inglês na ilha de Martha's Vineyard, em Massachussetts, Estados Unidos, inúmeros estudos, de outros pesquisadores, se seguiram constatando a importância desses fatores

Nesta pesquisa além das variáveis sociais clássicas *idade, sexo, nível de escolaridade* também foi considerada a *variável estada fora da comunidade*, no sentido de se observar o comportamento lingüístico das pessoas que viajaram e mantiveram algum contato com outro tipo de dialeto, em relação àquelas que não se ausentaram da comunidade.

Nenhuma das variáveis sociais foi selecionada pelo programa Varbrul, demonstrando uma preponderância dos fatores lingüísticos sobre os sociais, na análise da variação entre as formas do subjuntivo e indicativo. No entanto, esse fato não invalida que os resultados sejam apresentados.

#### **4.2.1. Variável sexo**

A variável sexo/gênero tem se constituído em um importante fator social para o estudo de fenômenos lingüísticos que se encontram em processo de variação. Estudos têm demonstrado que homens e mulheres possuem comportamentos diferentes frente ao uso da língua.

As mulheres desempenham um papel importante no processo de mudança lingüística. Algumas pesquisas comprovam que há uma tendência de as mulheres utilizarem mais as formas da língua padrão e com isso liderarem as mudanças que caminham em direção da norma padrão. No reverso, segundo Trudgill (1979, apud Monteiro, 2000, p. 75), os homens tendem a ser inovadores quando a mudança acontece no sentido oposto ao da norma padrão.

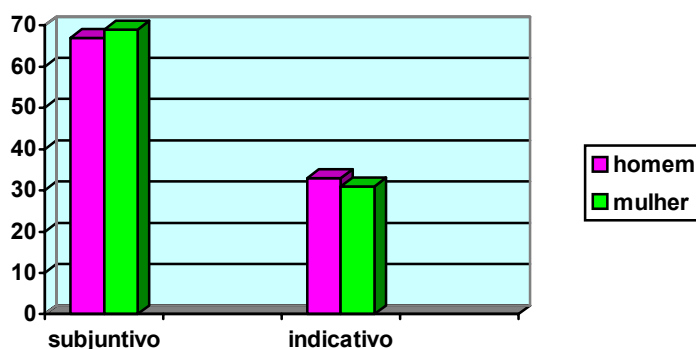
No entanto, apesar desses fatos, deve-se evitar certas generalizações em relação ao comportamento lingüístico de homens e mulheres. O que se deve considerar é o fato de que as diferenças na fala de ambos, refletem de certo modo os padrões comportamentais que a sociedade impõem para homens e mulheres.

No que concerne aos resultados desta pesquisa, os números indicam que não há grandes diferenças na fala dos homens (frequência de 67%) e das mulheres (frequência de 69%) em relação ao uso das formas do subjuntivo. Esses números não confirmam o princípio de que as mulheres tendem a liderar as mudanças em direção ao padrão. Não obstante, esse resultado contraria os estudos anteriores sobre essas comunidades, já que pela história das relações de gênero que geralmente se mantêm nesse tipo de comunidade rural, os homens têm um maior acesso às instâncias públicas, ou seja, vão mais à feira para comercialização dos produtos, viajam mais para trabalhar fora, etc, sendo mais influenciados pelo padrão culto.

No estudo realizado por Costa (1990a) ficou comprovado que os informantes masculinos utilizam mais as formas do indicativo no lugar do subjuntivo, enquanto as mulheres utilizam mais as formas do subjuntivo, confirmando a sua tendência para o uso das formas mais próximas do padrão. Já na pesquisa de Pimpão, (1999), constatou-se que os homens utilizam mais as formas do subjuntivo, com peso relativo de **.63**, em relação às mulheres com peso relativo de **.36**.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Estes resultados encontrados em Pimpão são em relação ao grupo de fatores tempo-modalidade. A autora não apresenta um resultado geral da atuação dessa variável em sua pesquisa. (cf. Pimpão, 1999)

**Gráfico 1: Atuação da variável sexo**

#### 4.2.2. Variável faixa etária.

Em qualquer comunidade de fala é comum se perceber que há diferenças entre a linguagem das pessoas mais jovens e das mais idosas. Porém, nem sempre essa diferenciação observada em função da idade do falante consiste em um indicador de mudança lingüística. Por exemplo, se o falante mudar seu padrão lingüístico, mas o padrão da comunidade permanecer estável, isso não se caracteriza como um processo de mudança (cf. Labov, 1994)

Entretanto, o estudo em *tempo aparente*, isto é, a observação do comportamento lingüístico de pessoas de gerações diferentes, permite verificar se determinado fenômeno, apresenta-se como variação estável ou mudança lingüística. Assim sendo, “o tempo aparente refere-se, pois, ao padrão de distribuição do comportamento lingüístico através de vários grupos etários num determinado momento do tempo.” (Monteiro, 2000, p. 132).

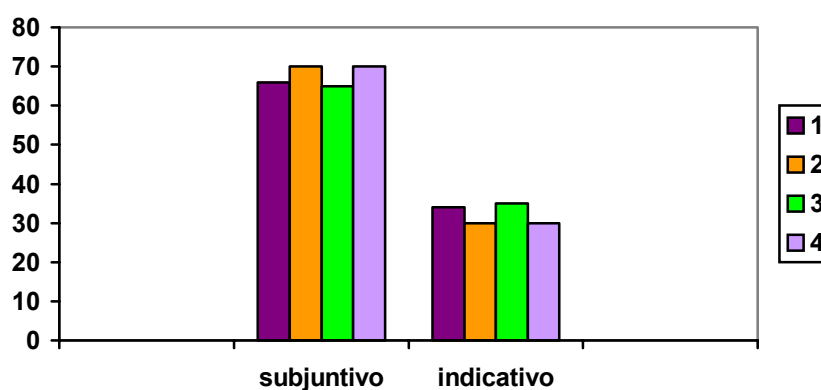
Nas palavras de Tarallo (1986), a correlação entre idade e variação lingüística indica para duas direções básicas: a estabilidade entre as formas concorrentes (*variação estável*), ou a tendência de substituição de uma das

variantes (*mudança em progresso*). Diversos estudos têm comprovado que os jovens utilizam mais as formas inovadoras, enquanto os mais velhos usam mais as formas mais conservadoras.

Os resultados aqui obtidos, em relação à idade, apontam para uma pequena flutuação entre as quatro faixas etárias consideradas, ou seja, a faixa I apresentou percentual de **66%**; a faixa II **70%**; a faixa III **65%**; e a faixa IV **70%**. Estes números indicam que o processo de variação que se verificou neste dialeto configura-se como um processo de variação estável.

Estes resultados de certa forma contrariaram a expectativa que se tinha para esta variável, já que, como se trabalhava com a hipótese de recomposição da morfologia flexional da gramática, que fora perdida durante o processo de transmissão lingüística irregular, esperava-se que os mais novos utilizassem mais as formas do subjuntivo (forma da gramática padrão), em relação aos mais velhos. Na fala destes, esperava-se que fossem encontrados indícios de uma gramática com traços mais crioulizante, ou seja, com menos morfologia flexional.

**Gráfico 2 : Atuação da variável faixa etária**



### 4.2.3. Variável Nível de Escolaridade.

O nível de escolaridade tem se revelado um poderoso condicionante na escolha de determinadas variantes lingüísticas. De modo geral, tem-se constatado que falantes com maior grau de escolarização utilizam com mais freqüência as formas mais próximas da língua padrão, o que de certa forma, ratifica o papel normatizador desempenhado pela escola.

No trabalho de Pereira (1995) ficou constatado que o grupo de informantes que possuía nível de escolaridade mais baixo (domésticas) utilizava mais as formas do indicativo nos contextos de subjuntivo. Por sua vez, Pimpão (1999), constatou que os informantes mais escolarizados utilizam mais as formas do subjuntivo, nos contextos sintáticos do advérbio *talvez* e das orações adverbiais.<sup>18</sup>

Como já abordado (cf. capítulo II), a falta de escolarização da grande maioria da população é uma das causas da bipolarização lingüística que se verifica na realidade sociolingüística do país. Infelizmente, nas comunidades rurais brasileiras é muito difícil de se encontrar pessoas plenamente alfabetizadas, sobretudo as mais idosas. As comunidades envolvidas nesta pesquisa retratam bem esta situação. Diante desse contexto, a alternativa encontrada foi a de dividir os informantes entre aqueles que tiveram um mínimo de contato com o mundo escolarizado (os semi-alfabetizados), e aqueles que não freqüentaram a escola (os analfabetos).

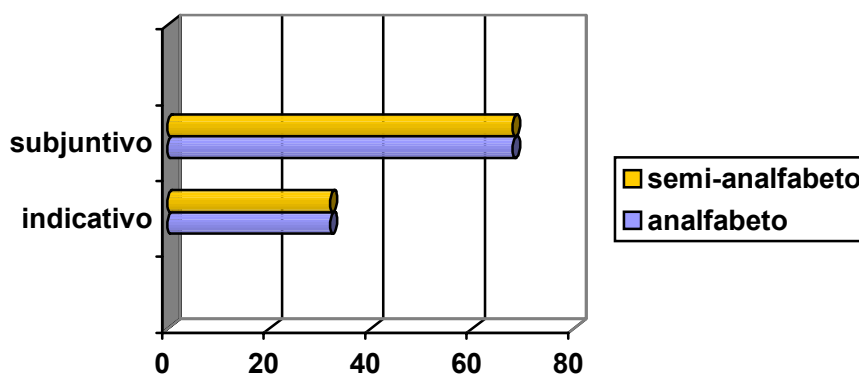
Os resultados encontrados dessa variável demonstram que não há uma diferenciação no uso das formas do subjuntivo em relação aos informantes semi-alfabetizados, e os analfabetos, ambos apresentando freqüência de **68%**. Porém,

---

<sup>18</sup> Pimpão (1999) não apresenta resultados gerais dessa variável em sua pesquisa. Mostrando apenas os índices em relação a esses dois contextos sintáticos.

em um estudo piloto realizado com um *corpus* base da comunidade de Helvécia, que apresenta um dialeto com características “*mais crioulizante*”, comprovou-se que os informantes semi-alfabetizados utilizavam mais as formas do subjuntivo com peso relativo de **.56**, em relação aos analfabetos com peso relativo de **.43** (cf. Santos, 2004).

**Gráfico 3: Atuação da variável nível de escolaridade**



#### 4.2.4. A Variável Estada Fora da Comunidade

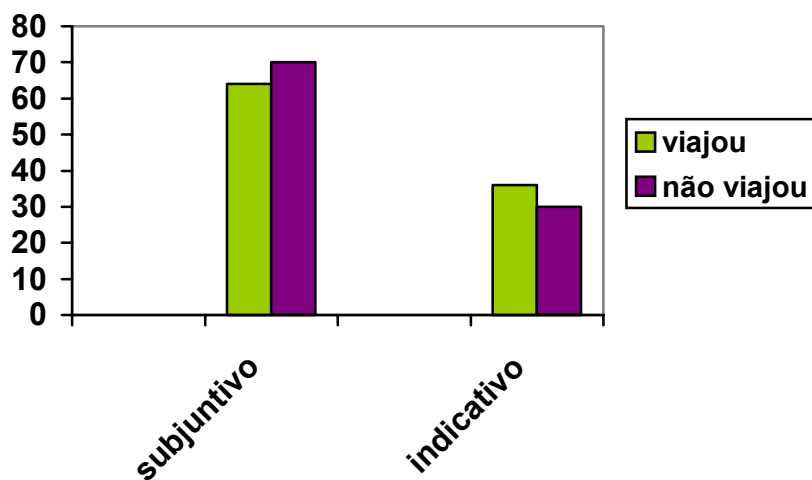
Outro fator importante para se compreender determinados fenômenos lingüísticos em variação é a observação do nível de relação externa que os falantes mantêm com outras comunidades lingüísticas. Postula-se que, quanto maior o nível de isolamento dos indivíduos de uma comunidade de fala, maior será a tendência de conservadorismo lingüístico. Desse modo, quanto mais contato externo a

comunidade de fala mantiver, maiores serão as possibilidades de variação/diversificação na gramática de fala de seus integrantes.

Esse fato torna-se ainda mais relevante quanto se trata da análise de comunidades de fala rurais isoladas, a exemplo das que são aqui analisadas. Acredita-se que devido ao seu isolamento seriam preservados na fala de seus integrantes, principalmente os mais idosos e aqueles que não se ausentaram, indícios de uma gramática mais marcada pelo processo de transmissão lingüística irregular. Por outro lado, seria natural que os padrões lingüísticos mais diferenciadores estejam presentes na fala das pessoas da comunidade que viajaram e permaneceram por algum tempo fora da comunidade, e mantiveram contato com outros padrões lingüísticos diferentes dos seus.

Este fato não foi confirmado nos dados encontrados por esta pesquisa. O uso das formas do subjuntivo na fala das pessoas que viajaram apresentou freqüência de **64%** e das pessoas que não viajaram apresentou freqüência de **70%**. Vale observar que dos 28 informantes, cuja amostra de fala compõem o *corpus* que foi analisado, 16 não se ausentaram da comunidade. Esse dado talvez possa ter influenciado nos resultados obtidos.



**Gráfico 4: Atuação da variável estada fora da comunidade**

Também estes resultados não permitem que se faça uma avaliação mais precisa sobre a interferência vinda de fora sobre o dialeto analisado. Situação diferente da que se observou no estudo sobre o dialeto da comunidade de Helvécia, cujo resultado apontou que os informantes que viajaram utilizam mais as formas do subjuntivo com peso relativo de **.59**, em relação aos que não viajaram com peso relativo de **.44**, demonstrando com isso, a interferência de outros padrões lingüísticos vindos de fora (dialeto semicultos) na realidade lingüística da referida comunidade (cf. Santos, 2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste trabalho permitem que se faça uma descrição da variação no uso das formas do subjuntivo e do indicativo no dialeto das comunidades analisadas.

Constatou-se inicialmente, que a alternância entre as formas desses dois modos não se processa aleatoriamente existindo uma correlação entre as formas variantes, ou seja, o presente e o futuro do subjuntivo alternam com o presente do indicativo, e o imperfeito do subjuntivo alterna com o imperfeito do indicativo. Essa situação vai de encontro às prescrições das gramáticas tradicionais que apresentam os modos indicativo e subjuntivo em distribuição complementar.

A utilização da metodologia da sociolinguística variacionista permite que este fenômeno não seja considerado uma variação livre, mas condicionado por fatores de ordem interna e externa à língua. Desse modo, após a análise dos grupos de fatores condicionadores escolhidos para o estudo da variação das formas do subjuntivo *versus* indicativo constatou-se que o seu encaixamento lingüístico na comunidade de fala é determinado sobretudo por fatores lingüísticos, já que o programa estatístico selecionou como significativas quatro variáveis lingüísticas e nenhuma social.

No que concerne à variável ***forma verbal prevista pelo padrão normativo***, observou-se que, dentre os contextos previstos pelas gramáticas tradicionais, o contexto da forma do presente do subjuntivo é o que mais favorece o uso das formas do indicativo (que chegam a 80% do total), e o contexto do futuro do subjuntivo é aquele em que se observa a maior resistência às formas do indicativo (com nível de variação de apenas 26%). Já no contexto do imperfeito do subjuntivo, observa-se um comportamento instável, com uma maior alternância entre as formas dos dois

modos. Esses dados indicam que a intervenção do indicativo é mais significativa entre as formas que apresentam menor saliência fônica; no caso, o presente do subjuntivo é aquele que possui a marcação morfológica mais frágil.

Comparando-se esses resultados com os de outros estudos, nota-se que o funcionamento dessa variável é bastante diverso. Pimpão (2002, p.257) no seu estudo sobre a variação *presente do subjuntivo versus presente do indicativo* encontrou um índice de 41% de intervenção do presente do indicativo nesse contexto. Já na pesquisa de Costa (1990a, p. 185) sobre o dialeto rural da colônia Santo Antônio são as formas do futuro do subjuntivo que mais permitem a intervenção do indicativo (60.4%), e o presente do subjuntivo (23.4%) e o imperfeito do subjuntivo (14.8%) são os contextos mais resistentes à alternância com o indicativo.

Em relação à variável ***regularidade da flexão verbal*** ficou evidente que os verbos regulares favorecem o uso das formas do subjuntivo, com peso relativo **.58**, já quando o falante utiliza verbos irregulares há uma maior atuação das formas do indicativo, como se comprova pelo peso relativo **.46**. Estes resultados coincidem com os apresentados por Pereira (1995) que também comprovou em sua pesquisa sobre o uso do subjuntivo na fala de jovens da cidade de Juiz de Fora-MG, que os verbos regulares favorecem o emprego das formas do subjuntivo.

A variável ***tempo do evento (real ou referido) em relação ao momento do enunciado*** indicou que o uso do subjuntivo é mais favorecido em quando o falante se reporta a dois contextos temporais, quais sejam, o passado, com peso relativo **.57**, e atemporalidade com peso relativo **.56**. Os contextos temporais de futuro, com peso relativo **.45**, e principalmente, de presente, com peso relativo **.26** permitem uma maior atuação das formas do indicativo.

Estes resultados diferenciam-se dos encontrados por Pimpão (1999), em cuja pesquisa o fator é conjugado com a modalidade. Ficou comprovado que o uso da forma do presente do subjuntivo é favorecido pelo tempo futuro com, peso relativo **.76**, enquanto os traços de atemporalidade/incerteza/pressuposição favorecem a penetração do presente do indicativo, com peso relativo **.31**.

Quanto à variável **contexto sintático**, primeiramente, convém salientar que houve variação entre as formas do subjuntivo e do indicativo em todos os contextos prescritos pelas gramáticas normativas como de uso do modo subjuntivo, e que foram analisados nesta pesquisa. Dentre estes contextos, as *orações adverbiais concessivas, finais e comparativas*, com peso relativo **.64**; as *orações completivas verbais*, com peso relativo **.61** e as *condicionais com “se”*, com peso relativo **.53** são as estruturas sintáticas que mais favorecem o uso das formas do subjuntivo. As *orações relativas* com peso relativo de **.40**; as *adverbiais temporais*, com peso relativo **.37**, e as *dubitativas* com advérbio *talvez*, com peso relativo **.31**, se constituem em contexto inibidor para o uso das formas do subjuntivo, favorecendo, conseqüentemente, uma maior atuação do indicativo.

O grupo de fatores contexto sintático também se mostrou relevante nos estudos realizados por Costa (1990) e Pimpão (1999), observando-se apenas uma diferenciação em termos de resultados numéricos quanto ao tipo de oração que mais favorece a variação no uso das formas do subjuntivo e do indicativo nos três dialetos. (cf. capítulo IV desta dissertação).

Em um estudo de cunho sociolinguístico, como o aqui realizado, a análise dos fatores sociais é importante para se compreender o processo de variação e/ou mudança do fenômeno estudado. Mesmo não sendo selecionados estatisticamente os resultados das variáveis sociais não deixam de ser reveladores do quadro de

variação das formas do subjuntivo *versus* indicativo no dialeto das comunidades analisadas.

Os resultados da variável **faixa etária** apontaram para uma flutuação entre as quatro faixas de idade consideradas. Esperava-se que os informantes mais novos da faixa I (21 a 40 anos) utilizassem mais as formas do subjuntivo principalmente em relação aos informantes mais velhos da faixa IV (mais de 80 anos). Os estudos indicam que geralmente há tendência de mudança quando os mais jovens utilizam mais as formas mais inovadoras, o que não foi confirmado nesta pesquisa.

Na variável **sexo** a diferença entre os resultados dos informantes do sexo feminino (69%) e do sexo masculino (67%) foi mínima, em relação ao uso das formas do subjuntivo. A expectativa era a de que as formas do subjuntivo fossem mais utilizadas pelos homens, visto que são estes últimos que ficam mais responsáveis pelas atividades econômicas da pequena propriedade rural, viajam mais para trabalhar fora, etc, o que lhes possibilita um maior contato com outros padrões lingüísticos diferenciadores do utilizado na comunidade de fala.

Os resultados apresentados pelas pesquisas de Costa (1990) e Pimpão (1999) demonstram que a variável sexo tem um comportamento bastante diferenciado. Na primeira são as mulheres que usam mais as formas do subjuntivo; na segunda esta variável foi selecionada no contexto sintático das cláusulas substantivas e indicou que os homens utilizam mais as formas do subjuntivo.

Quanto à variável **nível de escolaridade** os resultados dos informantes analfabetos e semi-alfabetizados foram praticamente os mesmos (68%). A expectativa que se tinha era a de que o uso das formas do subjuntivo fosse maior entre os informantes mais escolarizados, por terem um mínimo de acesso aos padrões normativos divulgados pela escola.

Nas outras pesquisas (Costa, 1990a; Pereira 1995; e Pimpão 1999) ficou comprovado que os informantes com maior nível de escolarização usam mais as formas do subjuntivo.

Em relação à variável ***estada fora da comunidade*** os resultados não foram muito diferentes, inclusive apontaram para uma diferença pequena em favor dos informantes que não se ausentaram por algum tempo da comunidade (70%), em relação aos que viajaram (64%). Mais uma vez, os resultados contrariaram o pressuposto de que os informantes que viajaram e tiveram algum contato com padrões lingüísticos diferentes do adquirido em sua comunidade de fala empregassem mais as formas do subjuntivo.

Diante do quadro aqui esboçado percebe-se que as condições envolvidas no processo de variação do uso das formas do subjuntivo *versus* indicativo são bastante complexas. Ao se correlacionar os resultados dos fatores lingüísticos com os dos fatores sociais, principalmente, faixa etária pode-se inferir que a variação observada no dialeto das comunidades afro-brasileiras configura-se como um processo de variação estável. Assim sendo, os dados encontrados não foram suficientes para comprovar a hipótese de trabalho inicialmente aventada, ou seja, a influência do contato entre línguas no dialeto das comunidades.

Ao lado disso, deve-se considerar que evidências históricas já sinalizavam para uma variação no uso das formas do subjuntivo *versus* indicativo em textos escritos do português arcaico (cf. Mattos e Silva, 1985; Said Ali, 1964). Fato este, que mereceria uma investigação mais acurada no sentido de se observar em que sentido tal processo se diferencia, ou não, do fenômeno que se constituiu em objeto de análise deste estudo.

Por fim, vale ressaltar que os objetivos desta pesquisa, de certa forma, foram alcançados, pois os fatos aqui apresentados trazem contribuições que ajudam a compreender um pouco mais os diversos matizes que constituem a realidade sociolingüística brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Maria Dulce e Oliveira. *CABO VERDE: Contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago*: Junta de Investigação Ultramar, Lisboa, 1961.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes (1999) *Gramática Metódica da língua portuguesa*. 44 ed. São Paulo: Saraiva.
- ALKMIM, Tânia Maria (2001). *Sociolingüística*. In: *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. v.1. MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez.
- AMARAL, Amadeu (1920). *O dialecto caipira*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”.
- AZEVEDO, Milton M. (1976) *O subjuntivo em português: um estudo transformacional*. Petrópolis: Vozes.
- BAXTER, Alan N. & LUCCHESI, Dante (1997) *A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil*. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, nº 19, março, Salvador: PPGLL/UFBA, p. 65-84.
- BAXTER, Alan N. & LUCCHESI, Dante (2004) *A comunidade de fala de Helvécia – Ba*. Disponível em: < [http:// www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm](http://www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm)>. Acesso em: 15 nov.2004.
- BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BEZERRA, Alba Maria Cavalcante (1993). *A forma em – ria na língua culta falada na cidade de São Paulo*. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. UNICAMP. n. 27. jan/jun. Campinas. P.179-330
- CALVET, Louis-Jean (2002). *Sociolingüística : uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola.
- CAMACHO, Roberto Gomes (2001). *Sociolingüística Variacionista*. In: *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. v. 1 MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso (1979) *História e estrutura da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso (1975). *Dispensos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso (1985). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.



CASTRO, Yeda Pessoa de (2002) *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.p. 39-45

CASTRO. Yeda Pessoa de (1990) *Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos*. In: MELLO, Linalda Arruda (org.). *Sociedade, Cultura e Língua: Ensino de sócio-etnolingüística*. João Pessoa: Shorin. p.91-113.

CASTRO. Yeda Pessoa de (2003) *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*.Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topboaps.p.25-78.

COSTA, Iara Bemquerer (1990a) *O verbo na fala de camponeses: um estudo em variação*. 1990. 203 fls. Tese (doutorado). IEL. UNICAMP. Campinas. São Paulo.

COSTA, Iara Bemquerer (1990b) *O uso do subjuntivo em um dialeto rural português*. In.: NEVES, Maria Helena de Moura. *Descrição do português*. Campus de Araraquara: UNESP.

COUTINHO, Ismael de Lima (1976) *Pontos de gramática histórica*. 7 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CUNHA, Celso (1968) *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

DUBOIS, Jean et al (1987) *Dicionário de lingüística*. Tradução.: Izidoro Blikstein et al. 15 ed. São Paulo: Cultrix.

FERREIRA, Carlota (1988) *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia-Bahia)*. In: FERREIRA, et al: *Diversidade do português do Brasil: Estudos da dialectologia rural e outros*.Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. p. 13-32.

FREIRE, José Ribamar Bessa (2003). *Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento*. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas Gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.p.195-209.

GUY, Gregory (1989) *On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese*. In: *Estudos sobre el Español de América Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervom. p. 227-245.

HORA, Dermeval da (2004) *Teoria da variação: trajetória de uma proposta*. In: Hora, Dermeval da (org.) *Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa. PB. p. 13-28.

HOUAISS, Antônio (1985) *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE.

HUBER, Joseph (1986) *Gramática do português antigo*. Tradução: Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LABOV, William (1983/1972) *Modelos Sociolingüísticos*. Tradução: José Miguel Marinas. Madri: Cátedra.

LABOV, William (1996/1994). *Princípios del cambio lingüístico: factores internos*. Tradução: Pedro Martín Butragueño. Madrid: GREDOS.

LOBO, Tânia (2003) *A questão da Periodização da história lingüística do Brasil*. In: CASTRO, Ivo & DUARTE, Inês. *Razões e emoção: miscelânea em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: CM. v.1, p.395-409.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves (2003) *Lições de Morfologia da Língua Portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbos.

LUCCHESI, Dante (1993) *Proposta de chave de transcrição*. Texto cedido pelo autor.

LUCCHESI, Dante (1994) *Variação e Norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil*. Revista Internacional de Língua Portuguesa. Nº 12. Dezembro. p. 16-27.

LUCCHESI, Dante (1998). *Sistema, Mudança e Variação: um percurso da lingüística neste século*. Lisboa: ed. Colibri.

LUCCHESI, Dante (1999) *A questão da formação do português popular do Brasil*. A Cor das Letras, nº 3, dezembro. Feira de Santana: UEFS, p. 73-100.

LUCCHESI, Dante (2000) *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. 364 fls Tese (doutorado em Letras). Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante (2001) *As duas grandes vertentes na história sociolingüística do Brasil (1500 -2000)*. D.E.L.T.A. São Paulo. 17:1, p. 97-130.

LUCCHESI, Dante (2002) *Norma lingüística e realidade social*. In: BAGNO, Marcos (org.) *Lingüística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 63-92.

LUCCHESI, Dante (2003) *O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil*. In RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara (orgs.). *Contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p.272-283.

LYONS, John (1979) *Introdução à lingüística teórica*. Tradução: Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MATEUS, Maria Helena M. et al (1989). *Gramática da língua portuguesa*. 3 ed. Coimbra: Almedina.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1984) *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2000) *Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro*. GRAGAOTÁ. R.J. nº 09, p. 11-27.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001) *Fatores sócio-históricos condicionantes na Formação do Português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil*. Conferência no XIII Congresso da AFAL, Costa Rica.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004a) *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004b) *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós (2004) *Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX: um estudo de caso*. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio. p. 135-159.

MELO, Gladstone Chaves de (1971) *A língua do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Instituto de Documentação.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) (2003). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, José Lemos (2000). *Para Compreender Labov*. Petrópolis. RJ: Vozes.

NARO, Anthony Julius & LEMLE, Mirian (1976). *Syntatic diffusion*. *Ciência e Cultura*, 29 (3). P.259-268

NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira (1993a) *Sobre as origens do português popular do Brasil*. D.E.L.T.A, v. 9 nº Especial. P.437-454.

NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira (2001) *Sobre as origens estruturais do português brasileiro: crioulização ou mudança natural?* PAPIA, nº 11, p.40-50.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (1993b). *Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil*. In: *Revista D.E.L.T.A*. São Paulo. v.9, nº 1. p. 1-14.

NEVES, Maria Helena de Moura (1996) *A modalidade*. In: KOCK, I. G. V. (org.) *Gramática do português falado*. Vol. V: Desenvolvimento. Campinas. UNICAMP. p.163-195.

NEVES, Maria Helena de Moura (2000) *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, Marco Antônio de, (1987) *Variável Lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical*. D.E.L.T.A. Vol. 3, Nº 1. p.19-34

PAIVA, Maria da Conceição (2003) *Transcrição de dados lingüísticos*. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo:Contexto, p. 135-146.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia (2003). *Relevância das variáveis lingüísticas*. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo:Contexto, p. 67 a 72.

PEREIRA, Ana Lúcia Brandão (1995) *O uso do modo subjuntivo na fala de jovens da cidade de Juiz de Fora/MG*.1995.125 fls.Dissertação (mestrado). PUC.Rios de Janeiro.

PERINI, Mário A. (2000). *Gramática descritiva do português*. 4.ed. São Paulo: Ática.

PIMPÃO, Tatiana S. et al (2002). *Presente do subjuntivo versus Presente do indicativo*. In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação e Mudança no Português Falado da Região Sul*. Pelotas. RG: EDUCAT.

PIMPÃO, Tatiana S. (1999). *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*.1999. 128 fls. Dissertação (Mestrado em Lingüística ). UFSC. Florianópolis.

PINTZUK, Susan (1988). *VARBRUL programs*. Trad. de Ivone Isidoro Pinto, revisão de Maria Tereza Gomes Fioreti e M<sup>a</sup> Marta P. Scherre (coord.) Original Inglês. Inédito.

PONTES, Eunice (1972) *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis. RJ: Vozes.

POPLACK, Shana (1994) *A dinâmica sociolingüística da aparente convergência*. D.E.L.T.A. Vol. 10, Nº Especial. P.141-172.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna (1996). *As línguas gerais sul-americanas*. PAPIA. V.4. nº 2, p.6-18.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna (2000) *Breve História da língua dos índios vistos por Cabral*. UNIVERSA, Brasília, v. 8, nº 3. p.541-552.

SACCONI, Luiz Antonio (1994) *Nossa Gramática: teoria e prática*. 18 ed.São Paulo: Atual.

SAID ALI, M. (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos.

SANTOS, Sônia Moreira Coutinho dos, (2004) *A variação no uso do modo subjuntivo em uma comunidade de fala afro-brasileira*. Anais da XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos. GELNE. Dezembro. João Pessoa. Pb. p.2441-2454.

SAPIR, Edward (1954) *A Linguagem: Introdução ao estudo da fala*. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro. INL/MEC.

SCHERRE, Maria Marta Pereira, NARO, Anthony Julius (2003) *Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul*. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo:Contexto, p.147-177.

SILVA, Ademar da (2002). *A expressão de futuridade no português falado*. Araraquara. São Paulo.S.P: Cultura Acadêmica Editora.

SILVA, Baltasar Lopes, (1957) *O dialeto crioulo de Cabo Verde*. Imprensa Nacional: Casa da Moeda.

SILVA, Jorge Augusto Alves (2004a) *Cinzento: um remanescente de quilombo*. Disponível em:< [http:// www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm](http://www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2004.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (1996). *Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo (2004b) *A comunidade rural afro-brasileira de Sapé*. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2004.

SILVA NETO, Serafim da (1960) *A Língua Portuguesa no Brasil: problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

SILVA NETO, Serafim da (1963). *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL/MEC.

TARALLO, Fernando (1986). *A Pesquisa Sociolingüística*, São Paulo: Vozes.

TARALLO, Fernando (1993a) *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias*. In: ROBERT, Ian & Kato, Mary A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 35-68

TARALLO, Fernando (1993b) *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar no final do século XIX*. In: ROBERT, Ian & Kato, Mary A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 69-101.

TERRA, Ernani & NICOLA, José de, (1994) *Verbos: guia prático de emprego e conjugação*. São Paulo: Editora Scipione.

TEYSSIER, Paul (1997/1980). *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes.

VILELA, Mário (1995) *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.

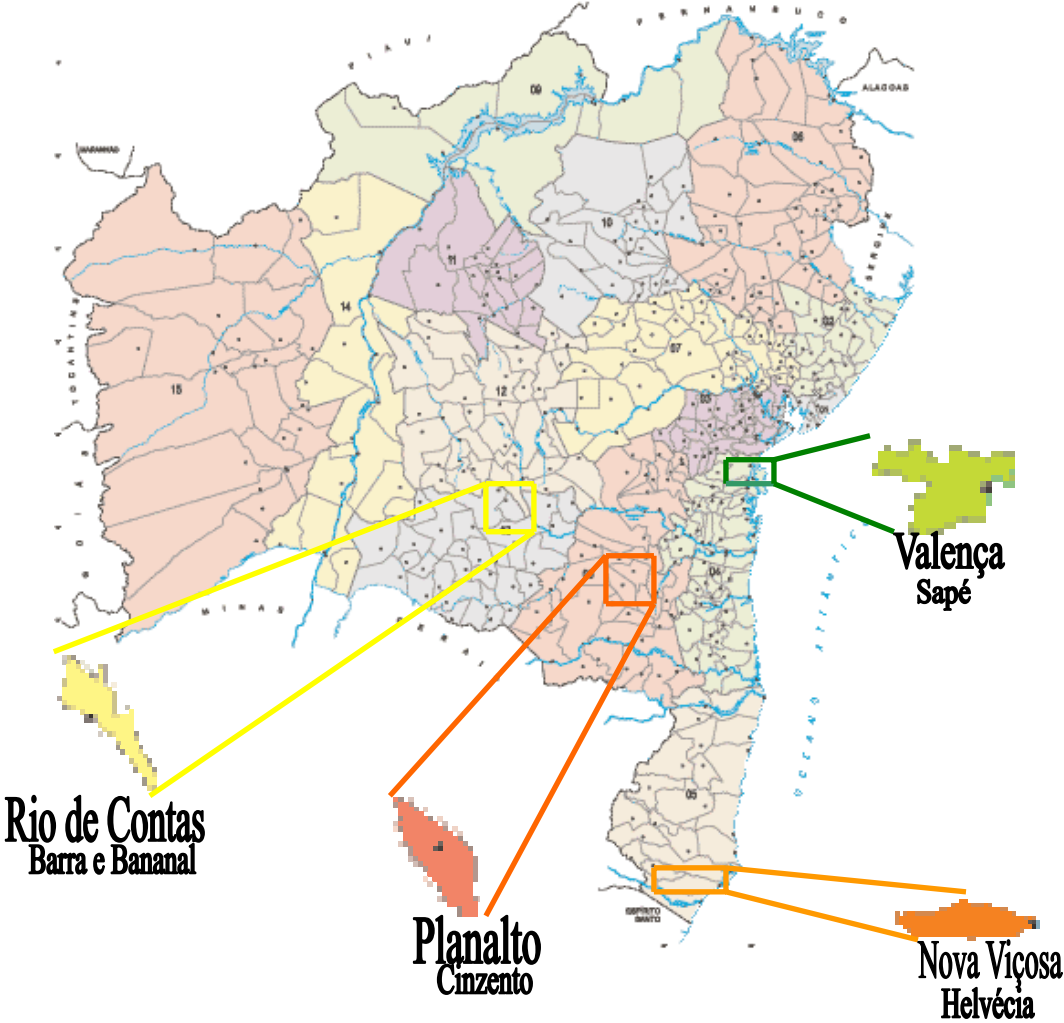
WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. (1998/1968). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução. CAFÉ, Andréa Caricchio et al. Coordenação. TELLES, Célia Marques.PPGLL. UFBA. Tradução não comerciável.

WILLIAMS, Edwin B. (1961) *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução: Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro.

**ANEXOS**

# BAHIA - Municípios

Comunidades Rurais Afro-Brasileiras





Comunidade de Cinzento



Comunidade de Bananal



Comunidade de Sapé



